



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 732 - DE 26 DE JANEIRO A 8 DE FEVEREIRO DE 2025 - R\$ 5,00



Trump no poder

Encarnação das tendências fascizantes

Combater e derrotar a política imperialista dos Estados Unidos com o programa da revolução social e com os métodos da luta de classes



ACORDO DE CESSAR-FOGO NA FAIXA DE GAZA

O fim da guerra e a conquista da autodeterminação do povo palestino se darão sob o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio

Memória Eterna a Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin), Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht

33 anos da liquidação da URSS



Trump no poder

O que está por vir?

À classe operária, cabe responder com o programa da revolução social

Em meio a uma suntuosa cerimônia imperial, Trump tomou posse em 20 de janeiro e assinou à vista da imprensa mundial dezenas e dezenas de decretos. Desconheceu se eram constitucionais ou não. O gesto prepotente conta com o controle dos Republicanos na Câmara Federal, Senado e Suprema Corte. O partido Democrata se encontra debilitado, a ponto de Biden e Kamala assistirem sentados e se levantarem para aplaudir o arrasador ataque de Trump ao seu governo. Os ex-presidentes democratas se postaram ao lado do ex-presidente republicano Bush em cumprimento às formalidades da democracia norte-americana em decomposição.

Um dos decretos mais ofensivos às instituições e ao próprio governo Biden foi o indulto àqueles que invadiram o Capitólio em 6 de janeiro de 2021, em resposta à denúncia de Trump de que a vitória de Biden havia sido fraudulenta. Trump se negou a participar da posse de Biden, confirmando sua responsabilidade perante a tentativa de manifestantes de impedir a cerimônia de transição de um governo a outro. Os interesses pragmáticos dos democratas não deixaram de ocultar uma posição de colaboracionismo e covardia diante de um movimento ultradireitista que abriga tendências fascizantes.

Nesse mesmo terreno, há que se considerar a posição de passividade das direções sindicais e dos movimentos amplamente influenciados pela política do partido democrata. Foi visível a atitude contemplativa das organizações e agrupamentos que advogam e sustentam as teses pequeno-burguesas do “identitarismo” e da igualdade racial. Nem mesmo a ala esquerda dos democratas, representada por Bernard “Bernie” Sanders, se distinguiu nesse lodo de convivência. Todos se encolheram servilmente, aceitando a volta de Trump ao poder como um acontecimento democrático.

Os decretos não se limitaram a questões internas. Indicaram o caminho que Trump pretende percorrer nos marcos das relações internacionais e da crise mundial potenciada pelas guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza. Nesse âmbito de conflagração militar, foi exposta a diretriz de Trump em relação à guerra comercial dos Estados Unidos com a China. Os governos europeus se mostraram “preocupados” com as mudanças de Trump na orientação que vinha sendo conduzida por Biden. O governo chinês procurou se manter equidistante aguardando as ações práticas da nova administração norte-americana. A montanha de decretos para se concretizar depende das reações internas e externas. Trump se utilizou do acordo ditado pelos Estados Unidos ao Estado de Israel e ao Hamas, para mostrar sua força política internacional.

Os decretos foram concebidos para demarcar uma linha ideológica e de ação. Trump a expressou afirmando que os Estados Unidos reagiam ao seu declínio e iniciava um novo momento de ascensão. Responsabilizou os democratas pelo descenso norte-americano e estampou nas primeiras linhas de seu discurso que a “Era de Ouro da América começa agora”.

Esse desejo imperialista reflete o desmoronamento da ordem mundial do pós-guerra ditada pelos acordos de Yalta e Potsdam. As vitórias das forças restauradoras do capitalismo, que levaram à liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e à recondução do capitalismo na China, serviram de respiro para o imperialismo garantir seus interesses

nas novas condições de retomada da crise mundial. Os Estados Unidos e seus aliados não puderam, no entanto, conter o curso da desintegração, que tomou forma e ritmo geral já nas décadas de 1970 e 1980. As forças produtivas entraram em choque aberto com as relações capitalistas de produção e a partilha do mundo realizada após a Segunda Guerra já não garantia a expansão monopolista, chefiada pelos Estados Unidos. A resistência da Rússia em ceder terreno outrora controlado pela URSS e a emergência da China como potência capaz de concorrer com os monopólios passaram a expressar as mais profundas contradições do capitalismo da época imperialista, que historicamente é de transição para o socialismo.

Está nas mãos de Trump não apenas as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza e a guerra comercial com a China, como também a administração da crise europeia. Nada indica que sejam viáveis acordos econômicos e diplomáticos que arrefeçam a escalada militar. A ambição de Trump de reerguer a economia interna aos Estados Unidos está na dependência do curso da economia mundial. Nessa interdependência, o fator determinante é o mundial.

O conjunto de medidas internas tem tudo para agravar a economia nacional, a exemplo da expulsão de milhares e milhares de imigrantes, ou do aumento dos gastos parasitários com os monopólios. O imperialismo norte-americano terá de submeter e saquear mais a fundo a América Latina, Oriente Médio e África para fazer frente ao declínio da economia interna e à expansão mundial da economia chinesa. A ameaça de intervenção no Canal do Panamá, México e Venezuela são indicadores da política trampista de proteção aos interesses do imperialismo norte-americano. Faz parte dessa linha, as ameaças ao Canadá e à Groelândia. Esse plano certamente depende dos choques entre as forças que hoje configuram a crise mundial. Os Estados Unidos não têm como levá-lo adiante ao mesmo tempo, de uma só vez. O pronunciamento de Trump no Fórum de Davos em tom pacifista e de conciliação de interesses com a China, de fato, procura ocultar o belicismo norte-americano, que apareceu na exigência da OTAN elevar em 5% o seu orçamento militar.

A classe operária dos Estados Unidos e mundial deve se preparar para o avanço das tendências fascizantes que se manifestam na Europa e que Trump tem tudo para encarná-las. Não haverá pacificação nem interna, nem externamente. A rota de colisão dos Estados Unidos e aliados europeus com a China tende a progredir, embora possa haver alguma pausa curta. O cessar fogo na Faixa de Gaza não desativará os confrontos que envolvem o Oriente Médio, tendo de um lado o Irã e de outro Israel/Estados Unidos. A China necessita aumentar sua influência e a Rússia não pode recuar mais do que recuou na Síria. A Rússia precisa de um acordo com a Ucrânia, desde que a paz ou armistício se configure como uma vitória. Essa configuração do presente momento evidencia mais dificuldades do que facilidades para Trump impor sua política internacional.

Na medida em que a nova administração norte-americana dar passos na aplicação do plano “América em primeiro lugar”, os explorados e as nações oprimidas poderão reagir, mais cedo ou mais tarde. A estratégia contra as medidas e ações do imperialismo se encontra no programa da revolução social, que

CONTINUA →

é proletária e internacional. As reivindicações mais elementares de defesa da vida das massas, como o combate à expulsão dos imigrantes e a toda sorte de discriminação, despertarão na classe operária a necessidade de unificação e de organização independente.

A cada enfrentamento ao plano Trump, interna e externamente, emergirá o programa da revolução social e a tarefa de su-

perar a crise de direção, construindo os partidos revolucionários como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) vem desenvolvendo a linha do internacionalismo proletário, seguindo e respondendo passo a passo aos acontecimentos que refletem a decomposição do capitalismo e colocam à luz do dia as tarefas próprias da revolução social. ■

Crise política e crise econômica

Não é novidade o fato de a crise política ser um reflexo da crise econômica. Não se trata de uma relação mecânica, certamente. O fundamental está em verificar as particularidades da interdependência. Lula voltou ao poder na situação de profunda crise política do governo Bolsonaro. Ficou patente que os impactos da pandemia não se limitaram ao elevado número de mortes e aos desastres da saúde pública. Manifestaram-se na economia na forma de abrupta queda no crescimento, no amplo fechamento de fábricas e negócios, na projeção do desemprego e na elevação da dívida pública.

Se se buscar mais atrás os elos da crise econômica, se chega à recessão de 2016. E a crise política se eleva ao auge com a derubada da presidente Dilma Rousseff (PT) por meio de um golpe institucional. A governabilidade petista foi interrompida na metade do quarto mandato. Um dos pontos fundamentais da crítica da oposição burguesa se centrou na responsabilização dos governos Lula e Dilma de aplicarem uma política contrária à estabilidade fiscal, cujo ponto de partida para a sua estabilização se encontrava no Plano Real, de Fernando Henrique Cardoso, adotado em meados da década de 1990.

No primeiro mandato, Lula seguiu a linha traçada pelo governo do PSDB, mas desandou no segundo e, assim, o petismo concluiu prostrado no quarto mandato conduzido por Dilma Rousseff. Voltaram os déficits primários e a dívida pública iniciou uma nova escalada. A oposição de centro-direita, direita e ultradireita aproveitou-se da crise econômica de 2016 para estruturar um movimento golpista envolvido das aureolas de legalidade.

A ditadura civil de Temer foi montada para realizar uma transição política até a eleição do novo presidente. Abria-se uma etapa de contrarreformas, reatando a espinha dorsal forjada pelos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, cujo grande feito foi o de quebrar o ciclo da elevada inflação, que vinha em ritmo de escalada desde o fim da ditadura militar. É bom lembrar o quanto esse distúrbio infernizou o governo de Sarney e inviabilizou o mandato do primeiro presidente, Fernando Collor de Mello, eleito após o fim do regime militar e desposto sob acusação de corrupção.

O golpe militar de 1964 triunfou nos marcos de uma profunda crise econômica, que encerrava o período de prevalência do nacionalismo burguês assentado no processo de industrialização. Os vinte um anos de ditadura exercida pelas Forças Armadas – de 1964 a 1985 – estabilizou a política burguesa. Os governos militares contaram com a possibilidade de elevação da dívida pública e do crescimento econômico. Esgotadas as etapas das várias administrações exercidas pelas juntas militares, o Brasil se encontrava imerso na crise de endividamento, explosão inflacionária, na exposição carestia e na emersão da miséria e fome.

A resposta de Fernando Henrique Cardoso como ministro do governo de transição de Itamar Franco e depois como presidente eleito foi a de conter o movimento grevista e os protestos populares, cortar gastos sociais, impulsionar as privatizações e garantir aos banqueiros e credores da dívida pública o pagamento da alta carga de juros e as amortizações, bem como abrir ainda mais a economia para a penetração do capital internacional.

A “estabilização” iniciada pelo governo do PSDB se mostrou

provisória. O remédio contundente de controle fiscal e corte da ciranda inflacionária não poderia ser seguido e mantido por todos os governos que o herdaram. Os próprios banqueiros e monopólios forçaram a escalada do endividamento público que, em grande medida, sustenta o parasitismo financeiro.

Os governos petistas, seguindo a cartilha do nacional-reformismo, procuraram se diferenciar do PSDB pondo em marcha um assistencialismo mais amplo que o previsto pelo governo Fernando H. Cardoso, que também se utilizou do receituário da social-democracia para compensar as consequências sociais brutais das medidas antinacionais e antipopulares.

Nota-se que as particularidades das crises políticas das últimas três décadas e meia têm uma base econômica comum: o baixo crescimento, o avultado parasitismo, a alta concentração de riqueza em poder de uma ultraminoria, os desequilíbrios regionais, as contradições entre a cidade e o campo, a espoliação do país pelo capital externo e a pobreza e miséria que atingem amplamente a maioria oprimida. No fundo desse conjunto de fatores interligados, se encontra o caráter histórico da economia semicolonial, marcada a ferro pelo desenvolvimento desigual e combinado.

O potencial de crescimento econômico do Brasil é gigantesco, mas se acha condicionado pela grande propriedade dos meios de produção, pelos monopólios, pelo capital parasitário, pela imensidão da miséria da população e pela dominação imperialista. A burguesia, quanto às suas frações mais poderosas e influentes no Estado, está unida em torno da avaliação de que o grande problema está em que os governantes não foram às últimas consequências com as reformas (na realidade, contrarreformas). De forma que é preciso ir mais fundo no processo de contrarreforma montado no governo de Fernando H. Cardoso.

Temer é louvado por ter aprovado a liquidação das conquistas trabalhistas. Bolsonaro, por dar sequência com a reforma da Previdência. Lula teve o mérito de concluir a reforma tributária,

A importância de compreender a natureza da crise política e seus vínculos com a crise econômica está em expor a política das contrarreformas antinacionais e antipopulares dos governantes. Em combater as falsificações das direções burocráticas que controlam o movimento operário, camponês, popular e estudantil. Em levantar o programa próprio dos explorados. Em organizar as massas no campo da organização independente e da ação direta.

ainda que tenha sido limitada pelos interesses corporativos. Mas, seus efeitos terão de ser provados no futuro. Agora, o que o grande capital exige é um programa de cortes amplos nos gastos públicos e uma reforma administrativa contundente. Lula já recuou no pressuposto de elevar o valor real do salário mínimo como instrumento de ativação do mercado. O pacote fiscal dos ministros Haddad e Tebet foram atacados por serem considerados débeis, ficando muito aquém do que o capital financeiro e credores da dívida pública esperavam.

O embate em torno do superávit fiscal e, portanto, da natureza e valor das medidas econômico-financeiras resulta em agravamento da crise política. As altas taxas de juros determinadas pelo Banco Central como política monetária contraditam com a política fiscal do governo federal. A especulação com o valor cambial do Real e as pressões inflacionárias favorecem os interesses da grande burguesia, que exige medidas fiscais mais duras, que se chocam com os programas assistencialistas do governo, com suas relações com o funcionalismo público e com a burocracia sindical, que tem dificuldade em explicar aos trabalhadores o baixo salário mínimo nas condições de exorbitantes aumentos dos bens e meios essenciais de sobrevivência da maioria oprimida.

Nesse imbróglio, emergem os mais distintos interesses da oligarquia capitalista, premidas pelo processo interno e externo da crise capitalista. No Congresso Nacional e mesmo no Judiciário, desaguardam as exigências de proteção contra medidas que atinja um setor e livra outros. O governo Lula não tem como se movimentar sem que esteja sob as decisões da oligarquia partidária, que tudo faz para resguardar seu controle político do Estado. O episódio mais recente da crise política se expressou na tentativa dos ministros Haddad e Tebet, atendendo a Receita Federal, de controlar o fluxo financeiro do Pix. Lula os fez voltar a atrás pressionado pela oposição que acusou o governo de pretender aumentar impostos.

O pressuposto da grande burguesia para as medidas governamentais e as contrarreformas é o de descarregar o seu peso sobre a

força de trabalho, sobretudo. A mudança no critério de recomposição do salário mínimo foi aplaudida, certamente com reservas devido a sua limitação, segundo o julgamento dos capitalistas. Lula e seus ministros exibem o crescimento de 3,2% do PIB e a redução da taxa de desemprego. E os opositores reclamam da obrigação do governo de manter a inflação dentro da meta estipulada de 3%. Ocorre que a média inflacionária oculta a elevação do preço dos alimentos nas condições em que o salário mínimo de R\$ 1.518,00 perdeu valor real de compra, quando o Dieese calcula seu valor em R\$ 7.067,68.

Lula se apoia no colaboracionismo ou na passividade das centrais e das direções dos sindicatos. Essa é uma poderosa moeda de troca que o governo de frente ampla, montado pelo PT e seu caudilho Lula, oferece nas condições de conflitos em torno às medidas governamentais e avanço da crise política. Conter a revolta da classe operária e dos demais trabalhadores e desviar a luta de classes para as disputas interburguesas, é a função do sindicalismo colaboracionista, que serve magnanimamente ao governo de Lula.

A importância de compreender a natureza da crise política e seus vínculos com a crise econômica está em expor a política das contrarreformas antinacionais e antipopulares dos governantes. Em combater as falsificações das direções burocráticas que controlam o movimento operário, camponês, popular e estudantil. Em levantar o programa próprio dos explorados. Em organizar as massas no campo da organização independente e da ação direta.

O ponto de partida está em combater todas as medidas antinacionais e antipopulares; em levantar a bandeira do salário mínimo vital, do emprego a todos com a redução da jornada sem reduzir os salários, da revogação de todas as contrarreformas; do não pagamento da dívida pública, da estatização do capital financeiro sem indenização e do controle operário da produção em todos os ramos da economia. Essa campanha deve ser posta em prática pela vanguarda com consciência de classe, intervindo nos sindicatos, movimentos e organizações da juventude oprimida.

As privatizações do governo ultradireitista de Tarcísio

A imagem do ultradireitista Tarcísio de Freitas/Republicanos dando marteladas na Bolsa de Valores para comemorar a entrega de estatais à iniciativa privada se tornou uma marca de seu governo. Esse foi um dos principais temas de sua campanha. O próprio governo chegou a utilizar o termo “maratona de leilões”. Segundo apurado pela imprensa no final de 2024, “a equipe da secretaria de Parcerias em Investimentos quer arrecadar R\$ 500 bilhões até dezembro de 2026 com 25 leilões, antes a meta era de R\$ 400 bilhões.

Já foram garantidos R\$ 340 bilhões”. A venda da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e os leilões na Educação ganharam enorme projeção.

Tarcísio, no entanto, apenas está dando prosseguimento a uma tendência mais abrangente. Sua linha é a de acelerar um processo que vem desde a transição da ditadura militar ao período chamado de “redemocratização”. O país vinha de uma fase de avanço



na participação do Estado na economia, durante a era Vargas. Getúlio criou Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (1952) e a Petrobrás (1953). Durante a ditadura (1964-85), coube a uma fração das Forças Armadas assumir a linha estatista, identificada com o fenômeno do nacionalismo militar. Nesse sentido, foi significativa a postura do general Geisel ao não aderir ao Tratado de Não Proliferação Nuclear e a de general João Figueiredo de criar a

usina nuclear Angra 1, atitude de acordo com o interesse de sustentação da soberania nacional. Uma tentativa que acabou falindo, tendo como ato simbólico de encerramento, em 1990, o gesto do então presidente, Fernando Collor, jogando uma pá de cal em uma das perfurações experimental na Serra do Cachimbo. Durante o governo Sarney, as maiores estatais entregues foram a Riocel, a Aracruz, a Sibra, a Caraibas Metais e a Companhia Brasileira de Cobre – CBC.

Com o governo Collor, as privatizações deram um salto. O presidente criou o PND – Programa Nacional de Desestatização. Destacou-se nesse período a venda da Usiminas, que beneficiou principalmente o grupo Gerdau. Com Itamar Franco, vieram as privatizações da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, a Açominas, a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), a Embraer, bem como subsidiárias da Petrobras. Com Fernando Henrique, presidente que criou o Conselho Nacional de Desestatização (1997), vieram as privatizações da Companhia Vale do Rio Doce, da Telebrás e da Light. Lula e Dilma, apesar do discurso crítico às privatizações, também foram responsáveis pela entrega de importantes estatais, com a concessão de várias rodovias, das usinas de Santo Antônio e Jirau, de aeroportos e do Campo de Libra, na camada do pré-sal. Temer realizou mais de uma centena de projetos de concessão, a maioria no setor da energia. Bolsonaro, com seu ministro entreguista Paulo Guedes, colocou em prática um amplo plano de concessões, tendo como ponto alto a venda da Eletrobras.

Em São Paulo, foi muito importante nesse processo a criação, em 1995, do PED - Programa Estadual de Desestatização, pelo governador Mário Covas – seguindo a linha ditada desde a presidência, à época ocupada por seu correligionário FHC, do PSDB – partido assumidamente privatista. A Eletropaulo, empresa do setor de energia criada por Paulo Maluf, em 1981, foi fatiada por Covas e leiloada em etapas, entre 1998 e 2001 – a exceção coube à EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), criada com a divisão da Eletropaulo, que foi privatizada somente agora, em 2024. Esse processo de entrega da Eletropaulo foi bastante conturbado, envolvendo denúncias de corrupção. A CESP - Companhia Energética de São Paulo seguiu um curso semelhante, sendo desmembrada e leiloada. A Viação Aérea São Paulo - VASP foi privatizada no governo de Orestes Quércia, em 1990, numa operação que também foi alvo de investigações por suspeita de corrupção. Vale citar ainda a venda da Telebras, que seguiu o padrão de fatiar e leiloar. A Telesp foi vendida a uma empresa espanhola – fato relevante, pois uma boa parte dos leilões resultou em um processo simultâneo de desnacionalização. Capitalistas espanhóis também abocanharam o Banespa (comprado pelo grupo Santander).

Como se vê, as privatizações do governador Tarcísio dão continuidade a um processo que tem quase meio século. Tarcísio avançou com a venda do Lote Litoral Paulista, de Rodovias; do Trem Intercidades Eixo Norte; da Sabesp; da EMAE; do serviço estadual de loterias, além das privatizações na Educação – com a criação de 33 escolas já sob a gestão privada, além da entrega da manutenção de outras 143 escolas à iniciativa privada. Estão na sua mira ainda linhas da CPTM e Metrô, portos, gestão das unidades da Fundação Casa (antiga Febem), concessão de pelo menos oito parques, a estrada de ferro de Campos do Jordão, o Ginásio do Ibirapuera, além de serviços de remoção, guarda e leilão dos veículos autuados pelo Detran e pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

O discurso que tenta legitimar as privatizações não se alterou muito durante essa trajetória. De maneira geral, defende-se que as estatais são ineficientes e que oneram os cofres públicos, de maneira que, privatizando, as empresas podem passar por uma “mo-

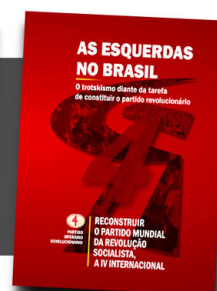
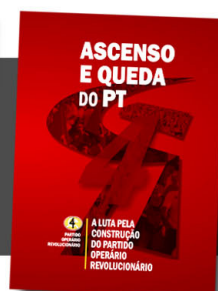
dernização” administrativa, fiscalizadas por agências reguladoras, recebendo aportes financeiros que permitiriam atingir metas que, na ponta do processo, beneficiariam a população. Na realidade, as privatizações atendem aos interesses do capital parasitário e do intervencionismo imperialista na economia nacional. Eis por que a entrega das estatais corresponde a medidas antinacionais e antipopulares.

Porém, como já se passaram algumas décadas desde as primeiras concessões, já é possível realizar um balanço crítico, e a conclusão é de que todo esse discurso a favor das privatizações é falacioso. Em primeiro lugar, porque as concessões são feitas, via de regra, com aportes dos bancos públicos. A venda das escolas por Tarcísio, por exemplo, foi financiada pelo BNDES – banco federal, portanto, uma privatização patrocinada pelo governo Lula/Alckmin. O mesmo BNDES foi utilizado em diversas das concessões listadas acima. O caso mais emblemático foi o da venda da Vale do Rio Doce, fartamente subsidiada pelo banco federal. Em segundo lugar, a “ineficiência” das estatais se baseia em comparações com o setor privado, o que implica quase sempre em uma armadilha, pois o rendimento das empresas particulares se apoia em um enxugamento de “gastos”, obtido com a quebra de direitos dos trabalhadores, demissões, terceirizações e outros expedientes, resultando em tarifas mais elevadas à população, piora no atendimento e em fiscalização praticamente nula – afinal, as tais agências reguladoras já mostraram ter, todas elas, um caráter patronal.

Na verdade, a burguesia necessita abocanhar setores controlados pelo Estado como forma de aplicar os seus capitais, diversificar seus investimentos. Na base desse processo se encontra a crise do capitalismo, particularmente o fenômeno da superprodução e do parasitismo financeiro. Os capitalistas produzem uma massa enorme de valor que não pode ser investida na produção, sob a pena de impulsionar as tendências desagregadoras da economia. Nesse sentido, as privatizações constituem uma das respostas burguesas à crise estrutural do sistema. Do ponto de vista da classe operária, é necessário combater as privatizações e concessões não só em função das consequências negativas para os explorados – elevação de tarifas ou a piora da qualidade dos serviços/produtos ofertados – como também a violação da soberania da nação oprimida. Esse enfrentamento é necessário fundamentalmente devido à perspectiva histórica do proletariado, de superação revolucionária do capitalismo e construção do socialismo.

O Partido Operário Revolucionário sempre se colocou contra as privatizações, defendendo a reestatização, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores, daquelas que foram entregues à iniciativa privada. Trata-se de erguer a luta contra a sanha privatista da burguesia e em defesa do controle operário da produção. Esta tarefa depende da ligação entre as reivindicações elementares dos explorados a as bandeiras mais abrangentes, de combate anticapitalista. É com esse programa que o POR tem atuado nos sindicatos e movimentos, colocando a necessidade de derrotar o plano privatista de Tarcísio e de todos os governos empregando o método da ação direta das massas.

ADQUIRA

COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

Abaixo publicamos o Manifesto condenando os assassinatos dos camponeses do assentamento Olga Benário, em Tremembé. O POR distribuiu nas manifestações contra o aumento de passagens dos transportes públicos e no ato em frente à Secretaria da Educação.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Condenemos com mobilização o ataque e o assassinato de moradores do assentamento Olga Benário!

Que as centrais, sindicatos, MST e outros movimentos organizem manifestações em todo o país

Que as organizações dos trabalhadores da cidade e do campo organizem um Tribunal Popular para investigar, julgar e punir os crimes contra camponeses e indígenas

14 de janeiro de 2025



Na calada da noite de 10 de janeiro, homens motorizados e armados fuzilaram membros do Assentamento Olga Benário, em Tremembé, Vale do Paraíba, que faziam vigília a um terreno que faz parte do assentamento realizado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), em 2005. Morreram Valdir do Nascimento de Jesus e Gleison Barbosa de Carvalho. Outros seis assentados foram hospitalizados em estado grave.

A vigília foi decidida em razão da ameaça de invasão de grileiros que há muito vinham pressionando as lideranças do Assentamento Olga Benário a abrirem mão dessa parte da área. A demora do INCRA em estabelecer novos assentados favoreceu os interesses dos especuladores imobiliários de Tremembé. Uma vez que o coordenador e membro do MST, Valdir do Nascimento de Jesus, resistiu ao objetivo dos grileiros e organizou a vigília, os facinoras voltaram no início da noite preparados para atirar nos camponeses desarmados.

Os assassinatos foram obra de capangas, cuja suspeita de serem contratados por especuladores imobiliários e, possivelmente, terem ligação com o narcotráfico. Houve identificação de alguns deles e a prisão de Antônio Martins dos Santos Filho, vulgo “nero

do piseiro”, dono de uma casa de Forró, em Tremembé. Os assentados e o próprio MST não têm dúvidas de que se trata de um ataque de grileiros que aproveitaram a demora do INCRA em fazer o assentamento dessa parte do terreno, que foi deixado pelos seus assentados devido às dificuldades econômicas. O fato é que se trata de uma área sobrevalorizada devido à sua vizinhança com o centro urbano.

O governo Lula enviou seu ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, para lamentar o ocorrido e prometer punição aos responsáveis. Não explicou por que o INCRA não havia resolvido o problema, sabendo do conflito.

Membros do MST lembraram que a decisão do governo Jair Bolsonaro (PL), que passou a emitir títulos de propriedade de terra aos assentados e, assim, permitindo a venda de terrenos, criou as condições legais para acabar com o processo de assentamento. No estado de São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas vem favorecendo a ofensiva dos grileiros, sob a máscara da regularização das terras devolutas. É o que se passa mais visivelmente no Pontal do Paranapanema. Está claro que os bandidos do Tremembé se sentem cómodos sob o governo da ultradireita, abertamente dedicado ao fortalecimento do Estado policial, que serve, em grande medida, aos grandes capitalistas. Por outro lado, o governo federal regido pelo PT se mostra impotente diante dos governadores bolsonaristas.

Uma semana antes dos assassinatos em Tremembé, no Paraná, quatro indígenas Avá-Guarani foram baleados por jagunços contratados por fazendeiros. Dois dias antes, em Rondônia, a polícia cercou o Acampamento Nova Esperança, no município Nova Brasilândia. A ação violenta do estado em proteção de fazendeiros combina com a ação de jagunços contratados por particulares. Essa relação retrata bem o que se passa no campo envolvido pela luta dos camponeses e indígenas pelo acesso à terra ou pela defesa dos assentamentos e acampamentos.

Na medida em que avançam as forças produtivas capitalistas nas regiões agrárias e florestais, gestam novos e recrudescem os antigos conflitos agrários. A expansão do agronegócio fortalece a estrutura latifundiária historicamente dominante e subordinam ainda mais os pequenos agricultores. A via dos assentamentos

como meio de realização da reforma agrária se mostrou inviável e esgotada. A adaptação do MST à política institucional da reforma agrária não tem evitado o recrudescimento da luta de classes no campo, como indica a continuidade dos assassinatos de camponeses e indígenas.

A passividade como se recebeu a notícia do ataque gangsteril contra o Assentamento Olga Benário e o assassinato de dois de seus líderes é assombrosa. A hipocrisia da solidariedade do governo Lula e a pura lamentação sobre o caixão dos mortos são recebidos com desdém pelo poder econômico. O governador Tarcísio e autoridades do município de Tremembé podem muito bem ficar de braços cruzados esperando as investigações da polícia, sabendo que no final das contas os mandantes não serão punidos.

Até agora o MST não organizou manifestações, a CUT se limitou a uma nota de lamentação e, enfim, as organizações operárias e camponesas permitiram que os assassinatos ficassem nas mãos da polícia e da Justiça que servem aos capitalistas. Não é com indignação verbal que os camponeses se defenderão contra a horda da jagunços e da própria violência estatal.



O Partido Operário Revolucionário (POR) chama os camponeses, operários, demais trabalhadores e juventude oprimida a exigirem que o MST, CUT, outras centrais e sindicatos que constituam os comitês regionais e um comitê nacional de luta pelo direito à terra aos pobres do campo e indígenas e pela organização da auto-defesa contra os ataques dos latifundiários, grileiros, madeireiros e empresas de garimpagem. Que os comitês tenham por base a formação da aliança operária e camponesa, e que trabalhem por colocar em pé um Tribunal Popular para investigar, julgar e punir os crimes dos capitalistas contra os explorados do campo e da cidade.

Pelo fim dos assassinatos de camponeses e indígenas!

Combater os crimes da burguesia contra os trabalhadores com a organização independente e pelos métodos da ação direta!

Romper a passividade, em defesa da terra aos camponeses e da proteção territorial dos povos indígenas!

Que as organizações operárias e camponesas convoquem imediatamente manifestações em todos o país!

Honremos a luta daqueles que ocupam as terras e as defendem em favor da maioria oprimida!



Ceará

Crise no PSOL

Se a nomeação de Técio Nunes (candidato à prefeito pelo PSOL nas eleições de 2024) e de Zuleide Queiroz (candidata à vereadora) para integrar as prefeituras de Fortaleza e do Crato, respectivamente, a recente nomeação do presidente estadual do PSOL, Alexandre Uchôa, para ocupar cargo no gabinete de Evandro Leitão, pôs ainda mais lenha na fogueira da crise psolista.

No dia 14/01, Técio Nunes (da corrente Primavera Socialista) para surpresa de poucos, aceitou o convite para assumir a Coordenadoria Especial de Política Sobre Drogas da gestão petista em Fortaleza. Bem antes, dia 20 de dezembro, a professora da URCA, Zuleide Queiroz, se afastava da corrente Resistência e aceitava convite para assumir a Secretaria de Direitos Humanos da prefeitura do Crato, onde o petista José Ailton acabava de ser eleito.

A reação das correntes internas opositoras foi de lançar uma inócua carta aberta com 134 assinaturas que pedia a independência do partido em relação aos governos que o PSOL, na véspera, ajudara a eleger, sob a justificativa de "combate ao fascismo". Ao menos 9 correntes internas exigiam de Técio o licenciamento da direção do partido, assim como fora feito com sua esposa, Adelita Monteiro que assumiu a secretaria de juventude do governo Elmano em janeiro de 2023.

Desta vez, Técio e sua corrente majoritária no PSOL, resolveu bancar o ingresso nas gestões petistas sem recuar internamente. Reuniu a executiva estadual e fez aprovar uma resolução permi-

tindo a assunção de cargos nas prefeituras de Fortaleza e Crato por quaisquer militantes sem prejuízo de sua participação na direção da sigla. Foi a pá de cal sobre os opositores internos, apesar destes controlarem os três mandatos parlamentares com Renato Roseno, Gabriel biologia e Adriana "nossa cara". A aprovação da resolução teve o efeito imediato de levar a adesão, do presente da sigla à gestão Evandro. A minoria promete recorrer ao Diretório Nacional.

O vergonhoso apoio do PSOL ao PT e a partidos burgueses aliados não podia passar sem deixar complicações internas. De tanto martelar que diante do fascismo se justificam as alianças mais amplas e os programas mais duvidosos, pavimentaram, dessa maneira, o caminho para o desprendimento futuro de quadros militantes que passaram a encarar como normal adentrar as gestões burguesas para prosseguir na "luta" antifascista. A verdade é que a única diferença entre a ala direita e a ala esquerda psolista é que a primeira se apresenta mais coerente que a segunda, malgrado toda sua política podre.

Diante da crise psolista, a vanguarda precisa extrair a lição de que é preciso se desvencilhar de todo oportunismo, de toda política de colaboração de classes aberta (maioria) ou velada (minoria). É preciso repudiar as tramas reformistas e eleitoreiras e fincar pé na tarefa inadiável de construir o partido revolucionário no Brasil sem o qual é impossível sepultar o capitalismo apodrecido e livrar os trabalhadores de todas as suas chagas.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Janeiro/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Pernambuco

Greve dos rodoviários em Recife contra atraso dos salários mostra o caminho da ação direta

Unificar a luta dos rodoviários com o movimento contra o aumento da tarifa e a privatização do metrô

No dia 22 de janeiro, os rodoviários da Região Metropolitana de Recife paralisaram devido atraso no pagamento dos salários. As empresas responsabilizam o governo do estado, Raquel Lyra (PSDB), por não ter repassado o subsídio. Após aproximadamente 12 horas de paralisação, os salários foram pagos e a paralisação foi encerrada. Foi acertado o método próprio de paralisação dos ônibus para pressionar a patronal a realizar o pagamento dos salários.

O abuso da patronal sob o lombo dos trabalhadores é sentido pelos motoristas e pela população. Os rodoviários sofrem com a superexploração da dupla função, que desde a extinção e demissão massiva dos cobradores trabalham por dois, dirigindo e cobrando, e mal recebendo por um. A dupla função é um duro ataque da patronal, em colaboração dos governos. No dia 21/01, um dia antes da paralisação, um motorista de ônibus passou mal, causando um acidente que deixou pelo menos 15 pessoas feridas. São muitos os relatos de rodoviários adoecidos por causa da estafante jornada e dupla função. A recém-eleita direção do sindicato (CUT), assim como a gestão anterior (Resistência/PSOL), abandonou a luta contra a dupla função.

No início deste mês, houve aumento da tarifa do ônibus de R\$ 4,10 para R\$ 4,30, que afeta diretamente o custo de vida dos explorados. Junto a este ataque, a privatização do Metrô de Recife pode ser acelerada em relação aos planos do governo de concluí-la em

2026, o que significará demissões, destruição de direitos e aumento das tarifas para atender aos interesses dos capitalistas do transporte. Faz falta uma articulação entre essas lutas, deixando cada movimento isolado por conta do corporativismo.

O POR, por meio da Corrente Proletária na Educação e Boletim Nossa Classe tem atuado nas lutas do transporte mostrando que o ataque às condições de vida dos rodoviários e metroviários é parte do conjunto de ataques da burguesia aos empregos, salários e direitos. Por isso, é importante que os sindicatos, centrais sindicais, entidades estudantis e movimentos populares organizem a luta em defesa do salário, que neste momento está diretamente relacionado com a luta contra o aumento das tarifas. A paralisação dos rodoviários de Recife mostrou que o caminho de pressionar e derrubar os ataques dos governos e as empresas é o da ação direta (com greves, paralisações, atos massivos de rua). Que a defesa do transporte público se choque contra o avanço da privatização do Metrô e demais serviços públicos, em defesa do emprego e dos direitos. Pela estatização do transporte rodoviário, sem indenização. Essas empresas já lucraram demais às custas de subsídios e exploração dos motoristas, cobradores e usuários. Que o sistema de transporte coletivo (metrô e ônibus) seja controlado pelos próprios trabalhadores, são eles que sabem as necessidades de itinerários, horários, qualidade do serviço e que fazem o transporte funcionar.

São Paulo

Patrão fecha a fábrica ZABET em Bauru e demite 495 trabalhadores

Combater o fechamento de fábricas e as demissões com a greve, ocupando as fábricas e implantando o controle operário da produção

A fábrica Zabet, indústria do ramo da alimentação, encerrou suas atividades em Lençóis Paulista no início de 2025, em 6 de janeiro, demitindo 495 operários e operárias, em sua maioria mulheres e com mais de 15 anos de trabalho na empresa.

Os porta vozes dos patrões divulgaram que a produção que era feita na fábrica será transferida para outras unidades, e que ocorreram negociações com as direções sindicais. O resultado das negociações, como vimos, foi mais uma traição da burocracia sindical que aceitou o acordo de demissão dos operários por meio do PDI (Plano de Demissão Incentivada). Além de negociar o acordo que condena os operários ao desemprego, a burocracia traidora também, aceitou a exigência da empresa de que os operários que aderissem ao PDI deveriam abrir mão do direito de apresentar futuras reclamações trabalhistas na justiça. Com a ajuda do sindicato pelego, submetido a patronal, a proposta foi aprovada em votação secreta por 276 votos a favor e 24 contrários. Para deixar a empresa de mãos livres para fazer o que quisesse, a burocracia permitiu que a negociação da indenização fosse feita individualmente entre os

operários e a empresa, o que significa mais um brutal ataque da burguesia sobre o operariado.

A burocracia abandonou totalmente a defesa das reivindicações da classe operária e tem trabalhado em prol da patronal. O Boletim Nossa Classe, chama os operários e operárias da ZABET a rejeitem o nefasto acordo de demissão e a lutarem contra o fechamento da fábrica. Portanto, defender os empregos e salários com seus métodos históricos de luta que são a greve, a ocupação da fábrica e controle operário da produção.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a rejeitem a política de traição das burocracias sindicais e a construírem as comissões de fábrica independentes, classistas e revolucionárias. Chama o operariado a construir a unidade da luta pelo fim da escala 6x1 e a lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho), pela defesa do salário mínimo vital, suficiente para suprir as reais necessidades da família trabalhadora, pela escala móvel de reajuste de salários de acordo com o aumento do custo de vida e pela estabilidade no emprego.

Realizado o Encontro Operário em São Paulo

No dia 28 de dezembro, realizou-se o Encontro Operário mensal e presencial, que tem como objetivo construir as comissões de fábricas e oposições classistas e revolucionárias nas fábricas e sindicatos. Na primeira parte do encontro, foi feito um balanço das campanhas realizadas pelo partido no movimento operário, através do Boletim Nossa Classe.

Na campanha pelo fim da escala 6x1, destaca-se que o grande ausente nas manifestações, como as que aconteceram no dia vinte de novembro, é a classe operária. Tanto o movimento VAT, ligado ao PSOL, como o PSTU, que dirige o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, por exemplo, não realizaram assembleias com os operários para aprovar a greve e um plano de luta unificado da classe operária e demais trabalhadores, pelo fim da escala 6x1 e a implantação da escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada, sem redução de salários). Ao contrário, canalizam a luta para a via parlamentar, gerando ilusões na democracia burguesa.

O POR, tem feito a campanha nas fábricas chamando os operários a não terem nenhuma ilusão no parlamento burguês e acreditar em nosso método próprio de luta, que são a greve, a ocupação de fábricas, manifestações de rua e bloqueios. Defendeu que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, como preparação da greve geral, para colocar abaixo as contrarreformas do governo Temer, Bolsonaro e do Lula.

Na segunda parte, houve a formação política. Estudamos o terceiro capítulo "o colaboracionismo de classe", das Teses de Pularcayo do POR boliviano, que foram aprovadas no 19º Congresso

Mineiro de 1946. O terceiro capítulo inicia afirmando que a luta de classes é, em última instância, a luta pela apropriação da mais-valia. Os proletários que vendem sua força de trabalho lutam para fazê-lo em melhores condições e os donos dos meios de produção (capitalistas) lutam por continuar usurpando o produto do trabalho não pago, ambos perseguem objetivos contrários, o que resulta em interesses irreconciliáveis. Que não podemos fechar os olhos diante a evidência de que a luta contra os patrões é uma luta à morte, porque nessa luta se joga o destino da propriedade privada.

Outra ideia importante do terceiro capítulo afirma que, toda intenção de colaboração com nossos carrascos, toda intenção de concessão ao inimigo em nossa luta, é nada menos que uma entrega dos trabalhadores à burguesia. A colaboração de classes quer dizer renúncia de nossos objetivos. Toda conquista operária, mesmo a mais pequena, tem sido conseguida depois da dura luta contra o capitalismo. Não podemos pensar em um entendimento com os subjugadores, porque o programa de reivindicações transitórias tem como estratégia a revolução proletária.

O terceiro capítulo conclui dizendo que a realização de nosso programa de reivindicações transitórias, que deve nos levar a revolução proletária, está subordinado sempre à luta de classes. É uma tarefa central na luta de classes derrotar os reformistas que apregoam a colaboração de classes. Nós aboliremos a exploração capitalista. Guerra à morte contra o capitalismo! Guerra à morte contra o colaboracionismo reformista! Pela via da luta de classes para a destruição da sociedade capitalista!

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

São Paulo

O aumento das passagens é parte do aumento geral do custo de vida

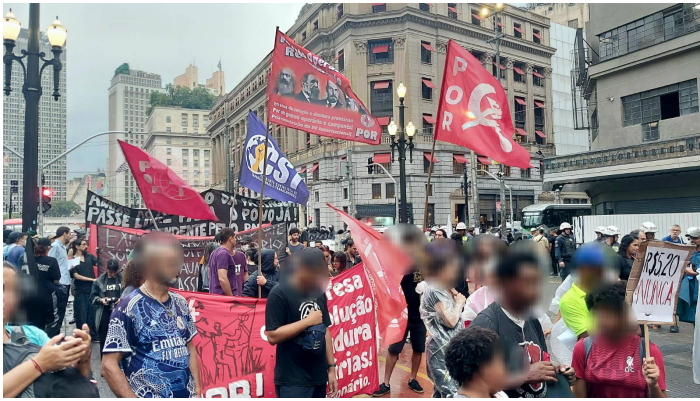
*Fortalecer o movimento através da unidade em torno às reivindicações comuns
Pela construção de um comitê de frente única, para discutir e deliberar
democraticamente sobre a mobilização*

Caminhamos para a quarta manifestação contra os aumentos das passagens em São Paulo, nos ônibus e no Metrô. Desde o dia 5 de janeiro, a tarifa do ônibus subiu 13,6%, passando a custar R\$ 5,00, e a do Metrô e CPTM subiram 4%, passando a custar R\$ 5,20. É bom lembrar que o sistema de ônibus de São Paulo é concessionado, ou seja, está entregue aos capitalistas. E no caso do Metrô e CPTM, o governo Tarcísio tem trabalhado para privatizar o restante do transporte sobre trilhos (uma parte já foi entregue à iniciativa privada). Engana-se quem ainda alimenta ilusões de que as privatizações trazem algum benefício aos trabalhadores. Com as privatizações e concessões o transporte fica pior, mais caro, mais demorado e com mais falhas, basta ver o caso das linhas controladas pela Via Mobilidade, como a linha Esmeralda, por exemplo.

Até agora, os governos têm ignorado os protestos, esperando que a luta contra os aumentos morra de inanição. A resposta tática do movimento deve ser a de avançar, unificando as lutas ao redor das reivindicações comuns, além de ampliar a democracia interna. Esses são os fatores-chave para que o movimento possa superar os limites impostos pelo isolamento atual.

Em relação à unificação da mobilização, trata-se de vincular os aumentos das passagens com a elevação geral do custo de vida dos trabalhadores. Os alimentos subiram 8%, o aluguel 13%, os combustíveis subiram em torno de 10%. Em contrapartida, muitos trabalhadores sequer receberam o dissídio, quando muito tiveram 4% de aumento. Sem falar dos milhões que sobrevivem do trabalho informal ou se equilibram no desemprego. Segundo o DIEESE, a cesta básica aumentou em todas as 17 capitais pesquisadas pela entidade, sendo que em São Paulo a elevação foi de 10,55%, muito acima da inflação anunciada, de menos de 5%. Neste sentido, a luta contra os aumentos das passagens deve ser parte da luta pelas condições de vida da maioria oprimida.

A bandeira de unificação das lutas implica identificar as diversas lutas em curso no momento para vinculá-las à luta contra os aumentos, a exemplo da luta camponesa pela terra e contra a violência dos jagunços, grileiros e latifundiários; ou a luta dos metroviários, que foram recentemente condenados a pagar uma multa milionária, por terem feito uma greve em 2021; bem como com a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos



salários, sintetizada na reivindicação de “fim da escala 6x1”. Esses movimentos isolados são mais frágeis do que unificados, afinal, os inimigos são comuns, a burguesia financeira, latifundiária, industrial e os governos serviçais dos ricos e poderosos.

Nesse sentido, é preciso pressionar as direções sindicais, camponesas e estudantis, para que trabalhem sob a política da unificação. Para que a unificação das lutas seja possível, é preciso ampliar a democracia interna no movimento. O Movimento Passe Livre (MPL) só tem força política na medida em que expressa a luta contra os aumentos, em defesa do transporte público. A mobilização, no entanto, vai além do MPL, existem outros agrupamentos (partidos, coletivos etc.) que também atuam nessa luta, com diferenças significativas em relação aos autodenominados “autonomistas”. O que fazer diante dessas diferenças? Na semana passada, a atitude tomada pelas direções (MPL e entidades estudantis, estas dirigidas principalmente pelo PCdoB) diante das diferenças políticas foi a pior possível: levaram o movimento a uma divisão, com dois atos separados, em dias diferentes na mesma semana. O resultado foi negativo: ao invés de uma passeata unitária, massiva e combativa, ocorreram dois atos relativamente pequenos – sem desprezar a importância política que tiveram.

Isolados e com uma política corporativista, o MPL e as entidades estudantis conduzirão o movimento à derrota. Neste sentido, é preciso aprender com a história do próprio movimento contra o aumento das passagens desde a sua origem, em meados dos anos 2000, quando os protestos eram organizados por um comitê democrático de frente única, com debate das propostas e votação para decidir os seus aspectos políticos e organizativos mais importantes, como data e horário dos próximos atos, o trajeto da manifestação, ações de luta complementares (a exemplo das panfletagens unificadas) etc. Além disso, o trabalho de um comitê é mais democrático, pois permite que as diferentes ideias sobre os rumos do movimento possam se expressar. Um exemplo do caráter antidemocrático do movimento atual são os “jograis”. Apesar da aparência coletiva, o jogral faz com que apenas os organizadores da manifestação possam expressar sua linha política, fazendo com que os presentes se limitem a repetir as formulações das direções políticas (MPL e entidades).

O Partido Operário Revolucionário sempre participou das lutas contra os aumentos das passagens apresentando às massas trabalhadoras que esses aumentos estão vinculados à carestia de vida em geral. Daí a importância de que os sindicatos, centrais e outros movimentos sociais se incorporem às manifestações. Além disso, defendemos o método da democracia operária, que é aquele que permite a livre expressão das diferentes ideias e resoluções práticas para aquele movimento. A tarefa de todo trabalhador com consciência de classe é atuar sob as bandeiras da unificação e da democracia operária, para avançar a luta contra esse aumento e contra todos os aumentos que massacram a maioria oprimida.

As bandeiras que unificam os explorados partem da defesa dos empregos, salários e direitos: nenhum aumento nas passagens do transporte coletivo; passe livre para estudantes e desempre-

gados; salário mínimo vital (de acordo com o DIEESE, seu valor deveria ser de R\$ 7.067,68), com elevação de acordo com a alta do custo de vida; emprego a todos, com estabilidade e com a redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários; estatização do sistema de transporte, sem indenização, sob o controle dos que estudam e trabalham; revogação de todas as contrarreformas que tiram direitos dos trabalhadores. Essas bandeiras devem ser o ponto de partida para unificar e fortalecer o movimento e, assim, avançar até a vitória da nossa mobilização.

Reproduzimos abaixo o pronunciamento do POR no terceiro ato

Boa noite, camaradas. Estamos aqui na terceira manifestação contra o aumento das passagens do transporte na cidade de São Paulo. Como as pessoas sabem, teve aumento das passagens em diversas cidades, na região e em outros estados também. E, por isso, essa luta é tão importante.

O Partido Operário Revolucionário está aqui para defender a ideia de que esse aumento da passagem não é algo isolado, faz parte do aumento geral da carestia de vida da classe operária, dos camponeses e da maioria oprimida. Por isso, é tão importante a defesa que o Partido Operário Revolucionário faz aqui, que é a unificação das reivindicações e das lutas.

O que significa isso? Significa que existe uma série de lutas acontecendo em diversos locais. Existe uma luta muito importante agora do movimento camponês, que foi atacado na cidade de Tremembé, deixando mortos, feridos, dentre esses, militantes do MST. Por isso, essa luta, essa resposta é tão importante. Existe também uma luta muito importante acontecendo, que é contra a escala 6x1, pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. Essa luta precisa ser unificada com a luta contra as passagens dos transportes coletivos, porque faz parte do aumento do custo de vida.

Por isso, a defesa do Partido Operário Revolucionário é a unificação das reivindicações. É importante unificar as reivindicações. Mas, também, é importante unificar as lutas, não pode ter luta isolada. Não podemos fazer, como aconteceu essa semana, dois atos separados contra o aumento da passagem. Isso dividiu a manifestação e enfraqueceu a resistência. Enfraqueceu a luta contra o governo do Tarcísio e contra o governo Nunes. A luta precisa ser unificada.

Abaixo todos os aumentos do transporte público. Estatização e controle por parte dos trabalhadores do transporte coletivo. Contra a carestia de vida. Pela redução da jornada sem redução dos salários. Essas são bandeiras do Partido Operário Revolucionário para essa manifestação.

São Paulo

Balanço parcial da campanha contra o aumento das tarifas de transporte na capital paulista

Não podemos deixar morrer a luta contra o aumento das tarifas!

Não é hora de baixar a guarda!

A tarefa que se coloca é erguer a luta unitária do conjunto dos explorados contra o aumento das tarifas, contra a carestia de vida e contra a superexploração do trabalho

O primeiro ato da campanha deste ano contra o aumento das tarifas de transportes, anunciado por Nunes e Tarcísio, aconteceu no dia 9/1. O POR participou da ação e já publicou seu balanço. Para fazer a devida avaliação das outras três manifestações que se seguiram, nos dias 14, 16 e 22/1, é preciso retomar algumas das considerações contidas no primeiro balanço.

Em síntese, o partido caracterizou que “apesar das limitações, o protesto [do dia 9] se constituiu como um ponto de partida importante na campanha pela derrubada do aumento”. O artigo completo pode ser lido no Jornal Massas No 731. Nele, entre as “limitações” citadas figurava o corporativismo das direções, as quais tratam o aumento como um problema de “mobilidade urbana”, ou seja, como uma “questão de transporte”. O problema é que o centro da questão, do ponto de vista de classe, é que o aumento das tarifas representa uma elevação do custo de vida para os explorados. Insere-se, portanto, no quadro mais amplo da superexploração do trabalho e da miséria impostas pelo capitalismo em crise.

Não se trata de um mero detalhe: as caracterizações divergentes, do POR e das direções desse movimento, resultam em linhas políticas distintas para a mobilização. Partindo da hipótese de que se trata de um problema de mobilidade urbana, cabe exigir dos governos que apliquem uma política alternativa, que esteja à altura de superar os obstáculos; se a questão é encarada como parte da luta contra o agravamento da pobreza, cabe organizar a resistência à burguesia do setor dos transportes e aos capitalistas em geral, mobilizando as massas contra as medidas de ataque promovidas pelos governos, ligando esse combate à defesa das reivindicações elementares dos explorados como um todo (empregos, salários e direitos); no primeiro caso, a defesa da “política alternativa de defesa do transporte público” pode ser encampada pela juventude, e pode ser absorvida (cooptada) pelo Estado burguês, mesmo que de forma distorcida (Nunes, por exemplo, fez campanha ao redor da “Tarifa Zero aos domingos”); no segundo caso, a luta contra a carestia conduz diretamente à luta de classes, colocando os oprimidos em choque com a burguesia e seu Estado, exigindo a mais ampla unidade no campo da independência de classe.

Outra consequência das caracterizações divergentes é que, vista como uma questão de mobilidade urbana, cabe a defesa do “Passe Livre para todos”. O POR já fez a crítica a essa bandeira, que comparece como um remédio para todos os males. Inserindo a questão no quadro geral de aprofundamento da miséria, cabe a defesa combinada do não aumento das tarifas; do passe livre a estudantes e desempregados (setores que, por não receberem salários, necessitam de medidas específicas de proteção); do emprego a todos, com estabilidade; do salário mínimo vital (que não seja inferior ao calculado pelo DIEESE, hoje no valor de R\$ 7.067,68); da luta pela derrubada de todas as contrarreformas, que precarizam as condições de vida e de trabalho das massas e, finalmente, da estatização, sem indenização, de todo o sistema de transporte, sob controle dos trabalhadores e usuários.

Este último aspecto, referente à estatização, comparece no artigo como a segunda grande limitação política das direções. Nas

passatas, a palavra de ordem cantada sobre isso é: “só vai mudar, quando o povo controlar. Tarifa Zero quando? Tarifa Zero já”. Não fica claro quem é o “povo” e nem como poderiam exercer esse “controle”. O MPL historicamente se coloca contra a consigna de estatização, pois são autonomistas/anarquistas e a questão do Estado emerge como um problema para estes – não cabe aqui desenvolver as formulações críticas do marxismo sobre a defesa da “abolição” do Estado pelos anarquistas. Já as entidades estudantis, que têm disputado com o MPL a direção dessas manifestações, são em grande parte dirigidas pelos estalinistas do PCdoB, os quais formalmente procuram não se opor à bandeira de estatização, mas na prática não a defendem em suas falas e materiais, não fazem qualquer campanha por ela.

Vale ressaltar que a perspectiva do POR, de mobilizar as massas contra a carestia de vida, implica a exigência aos sindicatos, centrais e movimentos sociais de que se incorporem à luta contra o aumento das tarifas de transporte. Implica também se posicionar contra o aumento da superexploração do trabalho, hoje sintetizada na bandeira concreta de fim da escala 6x1. Por que não realizar uma plenária conjunta das duas mobilizações? No entendimento do POR, seria muito positiva a aprovação de um conjunto de ações unitárias, simultaneamente contra o aumento da carestia e pelo fim da 6x1, dado que são temas intimamente ligados.

Por último, se a mobilização se volta aos explorados de conjunto, principalmente contra a carestia, é inevitável que tenha de ser organizada por meio de uma frente única. Isso, pois impõe a construção de uma unidade entre sindicatos, entidades e setores distintos dos oprimidos. Pressupõe, desse modo, a existência de divergências.

O POR defende que se forme um comitê de frente única – como era feito pelo menos até 2013 pelo MPL. Esse comitê deve se guiar pelo princípio da democracia operária, segundo o qual todas as posições e propostas podem ser expressas, as diferenças são defendidas e votadas, e o próprio movimento aprova também as resoluções para colocar em prática o que foi decidido pela maioria.

Esses cinco aspectos, isto é, 1) a defesa da luta contra a carestia, 2) da unidade no campo da independência de classe, 3) de um sistema de reivindicações que conduz ao choque dos explorados com a burguesia e os governos, 4) da estatização e 5) da democracia operária, compõem a linha política do POR para essa mobilização.

A importância de retomar esses pontos, já contidos no balanço do primeiro ato, está em que tais aspectos continuaram pesando na condução dos atos subsequentes. A começar pelo problema do divisionismo. A convocação de duas passatas na mesma semana, como se passou nos dias 14 e 16, só faz sentido se há um levante das massas, uma mobilização em ascenso, que são momentos raros, quando há disposição para realizar manifestações seguidas umas das outras. Do contrário, se não existem essas condições favoráveis, a tendência é de que a deliberação por atividades muito próximas no calendário leve a uma divisão das forças. E foi o que aconteceu: verificou-se a existência uma intersecção, ou seja, gru-

pos que participaram dos dois atos, como no caso do POR e outros agrupamentos; mas, houve quem participasse com peso de um e não no outro. O próprio MPL, por exemplo, mandou somente alguns representantes ao ato de terça, dia 14, convocado pelas entidades estudantis. Estas também deram mais peso ao ato de terça e não ao de quinta, convocado pelo MPL. Resumindo, devido ao divisionismo das direções, ao invés de uma ação mais numerosa, com maior expressão política, acabaram se materializando duas atividades menores, sem grande projeção.

As manifestações de terça e quinta tiveram aproximadamente o mesmo tamanho. A polícia mobilizou um desproporcional aparato em todas as passeatas – no caso da última, ocorrida no dia 22, esse aspecto não passou despercebido, mesmo aos trabalhadores da região. O percurso de ambos os atos foi semelhante também, ambos saíram do Teatro Municipal. O do dia 14 terminou na Praça da República (a justificativa foi a presença da Estação República do metrô, que faz parte da Linha 4 – Amarela, que é privatizada; o do dia 16 passou pela mesma Praça e foi até a Prefeitura de SP, no Viaduto do Chá.

Houve uma diferença importante entre essas duas manifestações: a direção das entidades estudantis levou uma “pipoqueira” (pequeno aparato de som) e permitiu as falas das correntes e quem

mais se inscrevesse. Não tivemos notícia de qualquer exclusão. O pronunciamento do POR foi filmado e pode ser encontrado em suas redes sociais na íntegra. Esse foi um fator positivo, que não se repetiu no ato do MPL. Este insiste na prática do jogral, que tem uma aparência “horizontal”, possui um apelo estético, mas é profundamente antidemocrático, pois a direção decide o conteúdo e quando se realiza o jogral, cabendo aos demais apenas reproduzir o que é ditado.

A manifestação do dia 22 possivelmente foi a menor. Esse dado da realidade acabou dando um tom de finalização da campanha por parte das direções. Diante dessa constatação, o POR está levantando a linha política de não baixar a guarda, não deixar a mobilização contra o aumento das tarifas morrer com uma derrota, erguer a luta unitária do conjunto dos explorados contra o aumento das tarifas, contra a carestia de vida e contra a superexploração do trabalho. É empunhando essa perspectiva que o POR participará da próxima atividade, a se realizar no dia 25/1, convocada pelo MPL, às 9h, em frente à Catedral da Sé. O POR defende, por fim, que o MPL, as entidades estudantis, os sindicatos e demais organismos do campo da luta dos explorados realizem uma plenária aberta, para que esses pontos de balanço possam ser avaliados coletiva e criticamente, de modo a permitir a superação dos obstáculos e o fortalecimento da mobilização.

São Paulo

Plenária pelo fim da escala 6x1 e democracia operária

No dia 25 houve uma plenária convocada por um conjunto de organizações contra a escala 6x1. O POR, que participa de um grupo de mensagens com essas organizações, não tomou conhecimento de uma reunião para convocar a plenária. O texto abai-

xo discute o problema da democracia operária no movimento e a tática frentista para avançar nessa luta. Escrevemos também uma carta dirigida às organizações da plenária com a linha política defendida pelo partido.

Movimento pelo fim da escala 6x1 em SP

Resposta do POR à sua exclusão da reunião que decidiu pela realização da Plenária do dia 25/1

Em SP, existe uma frente única organizada através de um grupo de mensagens intitulado “Fim da escala 6x1”. Em meados de janeiro, processou-se em seu chat uma polêmica, após a publicação da convocatória da Plenária do dia 25. Esta convocatória continha assinaturas de algumas organizações, com um card de divulgação pronto. Um companheiro do POR indagou quando havia sido convocada a reunião que discutiu e deliberou sobre essa Plenária. Constatou-se que não havia chamado dessa natureza, algumas organizações se reuniram seletivamente, por fora da frente, e firmaram esse acordo. O POR criticou a sua exclusão, que assumia a forma de um veto político.

Foram poucas as respostas – um silêncio bastante significativo. Somente duas merecem destaque, em função da relevância para a luta política: um dos membros (não há certeza sobre a qual partido pertença) justificou que se tratava da primeira convocatória, e que quem quisesse poderia se juntar a partir da Plenária seguinte, e que não se tratava de veto político a nenhuma organização da esquerda. Outra participante, que afirmou não estar organizada em nenhum partido/coletivo, minimizou a questão das assinaturas, que o importante era a luta coletiva.

Trata-se de confusão política. Sobre a segunda resposta: não se trata de uma mera questão de assinaturas – a insinuação é bastante pernicioso, como se a crítica à exclusão fosse movida somente pela necessidade de dar visibilidade à corrente política, e não construir a mobilização de fato. Se fosse clara na crítica, a militante deveria

caracterizar o POR como oportunista – o que não fez, nem poderia fazer. A primeira resposta, do outro militante, na verdade, só confirmou que a decisão de excluir o POR foi tomada fora das instâncias do próprio movimento.

Qual é o verdadeiro problema? Evidentemente, não há o que questionar no fato em si de algumas organizações firmarem os seus acordos políticos. O erro consistiu em decidir à parte do movimento aspectos que dizem respeito ao seu conteúdo (principalmente as consignas) e ao seu funcionamento (um de seus aspectos é a convocatória para suas atividades). Em outras palavras, os acordos feitos por fora dos fóruns, entre as organizações e militantes, não podem se sobrepor ao coletivo. O correto seria terem feito um chamado amplo a uma reunião da frente para debater a proposta de uma Plenária.

A origem dessa frente remonta à unidade com o VAT (Vida Além do Trabalho). Houve uma ruptura, justificada pelos membros da atual composição como resultado da expulsão em grande número, devido a divergências, feita pelo VAT. É muito significativa a exclusão ao POR acontecer em um grupo que reúne excluídos de outra frente política. Hoje participam algumas organizações, além do POR (não foi possível identificar todas): PCBR, PSTU, OCI, ART, MRT e outras.

O POR não estava atuando dentro dessa frente antes do choque com o VAT, tendo se incorporado ao grupo de mensagens em meados de dezembro de 2024. Esteve realizando sua campanha

própria contra a escala 6x1, pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, ao lado de um conjunto de bandeiras, nas fábricas e entre os trabalhadores em geral e a juventude oprimida, com a distribuição de panfletos, agitação usando caixa de som, artigos no Jornal Massas, pronunciamentos ao microfone e palavras de ordem nos atos e assembleias, campanha visual com colagem de cartazes e pirulitos nas manifestações e publicações nas redes sociais.

Já integrado ao grupo de mensagens, o POR participou das atividades do dia 20/12, dia nacional de mobilização contra a superexploração da escala 6x1. A Declaração do partido sobre o dia nacional e os balanços das suas intervenções em SP e PE se encontram publicados no Jornal Massas No 730.

Carta do POR à plenária pelo fim da escala 6x1

A luta contra a odiosa escala 6x1 já percorre um período em que é possível fazer um breve balanço de seus caminhos. Esse balanço é fundamental para pensarmos as ações futuras, superar os obstáculos e dar o impulso necessário a essa reivindicação tão justa e tão amplamente aceita pelas classes trabalhadoras.

O movimento atual pelo fim da escala 6x1, que não pode representar menos do que a redução da jornada sem redução dos salários, surgiu nas redes sociais, mas como uma reivindicação material muito concreta. Amplos setores do capital se utilizam dessa escala e das jornadas exaustivas, bem como das leis que massacraram ainda mais os trabalhadores, como o "banco de horas", os contratos intermitentes, a lei da terceirização etc. Dois setores se destacam: o comércio varejista e a produção. Entre os trabalhadores do varejo e na classe operária, seja nas fábricas ou na construção civil, a escala 6x1 é amplamente aplicada.

O movimento se fortaleceu ao longo de 2024, ganhando a simpatia de amplos setores da população. Lamentavelmente, no 1º de Maio a campanha não se vinculou às manifestações históricas do Dia do Trabalhador, o que certamente lhe daria força. Ao longo do ano, manifestações isoladas foram combinadas com o abaixo-assinado original da campanha e com movimentações do PSOL, PT e PCdoB, na Câmara Federal. O objetivo era conquistar certa quantidade de assinaturas para que uma PEC fosse protocolada.

O ponto alto da campanha esteve entre o chamado nacional para manifestações no dia 15 de novembro e a greve dos trabalhadores da PepsiCo, no fim desse mesmo mês. Isso porque ambos acontecimentos expressaram o caminho da vitória: as mobilizações massivas e unitárias, de um lado, e o método da ação direta coletiva, a greve, de outro. De lá para cá o movimento arrefeceu, o que em parte pode ser explicado pela própria ação das correntes majoritárias no campo da esquerda. A exemplo do fato de Erika Hilton não ter protocolado a PEC no fim de 2024, apesar de já ter as assinaturas suficientes, pois a presidenta bolsonarista da CCJ, Caroline De Toni (PL-SC), contrária à proposta, poderia apresentar bloqueio político à tramitação. Assim, Hilton aguarda a troca no comando da Câmara e na CCJ, que acontecerá em fevereiro. A subordinação das ações nas ruas e nas greves às tramitações parlamentares é o caminho da derrota.

Ainda no plano institucional, o Ministro do Trabalho, Marinho (PT), teve uma posição à direita de Alckmin, que defendeu a proposta alegando que cabia ao Parlamento aprovar. Marinho, por sua vez, foi contrário a uma aprovação geral do fim da escala 6x1, e defendeu que se realizassem negociações separadas entre os sindicatos e patrões, aceitando assim a lógica geral da reforma

A posição do POR é de que essa frente tem de se guiar pelo princípio da democracia operária: deve realizar suas reuniões essencialmente, permitir que todas as tendências políticas expressem suas posições e propostas, votar as formulações divergentes e aprovar os meios para que as deliberações sejam colocadas em prática. Depois, feito o balanço coletivo das ações, aponta-se a continuidade das ações. Esse funcionamento serve de base à unidade de ação, sendo resguardada a liberdade de crítica.

É preciso lançar um chamado aos sindicatos, centrais e outros movimentos a que se incorporem à luta pelo fim da odiosa escala 6x1. Está aí o caminho a ser seguido para que a mobilização se fortaleça e, assim, os explorados possam, pela própria experiência, transformar seu ódio instintivo à superexploração do trabalho em combate classista, consciente.

trabalhista de fragmentar os Acordos Coletivos. Já Lula segue em silêncio sobre o principal problema do momento envolvendo o trabalho no país.

A superexploração do trabalho no Brasil teve grande impulso com a aprovação da contrarreforma trabalhista no Governo Temer. Bolsonaro ampliou os ataques com a contrarreforma previdenciária e outras medidas. O Governo Lula mostrou ser de continuidade aos governos anteriores nos aspectos econômicos fundamentais: manteve as contrarreformas aprovadas e realizou a sua própria, o pacote de ajustes apresentado por Haddad e Tebet, com aprovação de Lula. Esse pacote ataca profundamente os explorados e despeja ainda mais sobre as costas dos trabalhadores os custos parasitários da dívida pública. Tem a função principal de cumprir as metas do Arcabouço Fiscal. As medidas essenciais do pacote são os cortes na saúde e educação, a redução no número de beneficiários do BPC e do Abono Salarial, além do ataque ao salário mínimo, limitando seu aumento a 2,5%. De conjunto, expressam ataques diretos aos setores mais explorados dos trabalhadores. Eis o porquê de não ser possível desvincular o problema da escala 6x1 com o problema das contrarreformas.

Assim, essa plenária está diante da importante tarefa de retomar o fôlego das manifestações pela redução da jornada de trabalho. Para isso deve aprovar uma plataforma de reivindicações e os métodos de luta para conquistar essas reivindicações. Devemos aprovar a luta por:

- Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários. Fim da escala 6x1!
- Escala móvel das horas de trabalho, com a divisão das horas necessárias entre todos aptos ao trabalho, respondendo assim ao problema crônico do desemprego e da informalidade.
- Estabilidade no emprego a todos. Fim da terceirização, com a efetivação de todos os terceirizados e trabalhadores com contratos precários.
- Salário mínimo vital, suficiente para sustentar uma família trabalhadora, ajustado de acordo com o aumento da carestia de vida, que segundo o DIEESE está hoje em R\$ 7.067,68.
- Revogação de todas as contrarreformas que destroem as condições de trabalho no país.
- Formação de comitês de luta pela redução da jornada de trabalho nas universidades, escolas, bairros e setores fabris.
- Convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações, como forma de retomar o caminho da luta nas ruas e preparar a Greve Geral no país.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Rio Grande do Norte

Realizado o segundo ato contra o aumento das passagens em Natal

No dia 29 de dezembro, foi oficializado o aumento das passagens de ônibus de Natal, aprovado pelo Conselho Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana, com um aumento de 8,8%, de R\$4,50 para R\$4,90.

O segundo ato contra o aumento das passagens (21/01) foi convocado pela UEE (União Estadual dos Estudantes) em conjunto com outras entidades estudantis, como a APES (Associação Potiguar dos Estudantes Secundaristas), a UMES (União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas), a UNE e a CUT. Estavam presentes outras correntes políticas e partidos, além de mandatos como o de Daniel Valença/PT. A concentração se deu em frente à prefeitura com algumas palavras de ordem pedindo direito ao passe livre e revogação imediata do aumento das passagens. Houve caminhada em direção à STTU (Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana), onde a polícia barrou a entrada do prédio.

Ceará

Campanha salarial na rede municipal



A direção do Sindiute (Articulação/PT) entregou dia 06 de janeiro, na primeira audiência do ano com o novo titular da SME, Idilvan Alencar, a pauta

da campanha salarial 2025 onde constam pontos como: índice de reajuste do piso em 6,27%, concurso público, eleições para diretores de escola, fim do confisco dos aposentados de 14% e fim da lei que retira direitos dos novos concursados.

No dia 15 de janeiro, houve nova rodada de negociação, desta vez com o próprio prefeito Evandro Leitão/PT que disse que até 29/01, data da assembleia da categoria, apresentará sua proposta de reajuste. A burocracia tem feito bravata dizendo que decretará greve caso o prefeito não pague o piso. A bem da verdade é que está pronta a receber qualquer migalha, incluindo um pagamento inferior ao piso e implantado em diversas parcelas. A defesa

O POR interveio defendendo a revogação do aumento das passagens. Denunciou que o aumento das passagens está atrelado ao aumento do custo de vida em todo país e que o salário mínimo atual é insuficiente para acompanhar esse aumento. Defendeu o passe livre para estudantes e desempregados, que são os que não podem custear o transporte, também a estatização das empresas dos transportes sem indenização. E colocou-se pelo controle dos transportes entre os que trabalham e os usuários. Por fim, se solidarizou com os camponeses assassinados em Tremembé/SP e com a luta local dos trabalhadores em educação de Macau/RN. Mostrou a necessidade de unificar as lutas em todo o país, e que as centrais sindicais devem organizar as massas para enfrentar os ataques da burguesia.

da recomposição dos direitos retirados dos novos concursados e o fim do confisco dos aposentados não passam de demagogia da burocracia que sequer tem reivindicado a revogação da reforma previdenciária de Sarto.

Evandro Leitão tem anunciado cortes gerais nas despesas da prefeitura, justificando que recebeu a máquina com um déficit de R\$ 2 bilhões do governo anterior. Além da eliminação de cargos comissionados, a prefeitura promete demitir terceirizados - em meio a um silêncio completo do Sindiute. É quase certo que use esta justificativa para não atender as reivindicações da categoria. Por outro lado, a burocracia sindical tem se colocado contra a contratação de psicólogos e outros profissionais para as escolas apoiando-se no mesquinho interesse corporativista de que estas contratações roubarão recursos do Fundeb.

É preciso preparar a greve da categoria na assembleia do dia 29/01 em defesa dos empregos dos terceirizados, da devolução dos direitos dos novos concursados e por um reajuste que cubra não apenas o piso salarial, mas recupere as perdas e assegure o salário mínimo vital a cada professor. A Corrente Proletária na Educação/POR, que constrói a oposição (MOB) na categoria, trabalhará para impulsionar a luta geral do magistério municipal.

São Paulo

Ato em frente à Secretaria da Educação

Direção da Apeoesp é novamente enrolada pelo governo

A burocracia da Apeoesp convocou, de última hora, um ato no dia 22 de janeiro, na Praça da República, em frente à Secretaria da Educação (Seduc). Esta recebeu uma pequena comissão, formada por membros da direção sindical. Os professores que atenderam ao chamado, contratados e efetivos, estavam preocupados com o desemprego e as mudanças no processo de atribuição de aulas.

São diversos ataques do governo sobre as condições de trabalho e emprego dos professores: as salas do período noturno e os cursos da EJA que foram fechadas, diminuindo a quantidade de aulas disponíveis; a redução drástica da grade curricular, com a diminuição do número de aulas; o aumento do tempo de aula, de

45' para 50', que causa problemas de acúmulo e diminuição de aulas; o autoritarismo dos diretores das escolas PEIs, que têm o poder de dispensar os professores, colocando-os em uma condição de perseguidos e rejeitados, além das regras rígidas para que as aulas possam ser atribuídas aos professores. Existem ainda diversos outros problemas apontados nas lives que ocorreram no dia 18 de janeiro, entre os professores e a diretoria. Enfim, são inúmeros problemas que se acumularam durante os anos de imobilismo da burocracia sindical.

O retorno da comissão do sindicato à praça, após mais de duas horas, não trouxe nenhuma resposta concreta para o conjunto dos

professores. Sem uma mobilização massiva para sustentar as exigências feitas pelo sindicato, a resposta do governo foi apenas a de estudar as reivindicações levantadas e marcou uma nova reunião para o dia 28 de janeiro. Sabemos que é pura enrolação, que o governo não pretende reverter nenhuma das medidas nefastas que impôs, e a diretoria da Apeoesp sabe muito bem disso – mas, apesar disso, mantém a posição de convocar uma assembleia apenas para o dia 21 de março.

Em março, a disposição de luta dos professores que tiveram aulas atribuídas dificilmente será maior do que agora, pois é neste momento que a insatisfação com os problemas da atribuição está explodindo nas escolas e diretorias de ensino. Muitos professores, inclusive efetivos antigos na rede, se encontram indignados, pois tiveram de escolher aulas em diferentes turnos, de disciplinas que não são as suas de formação, em mais de uma escola, enfim, viram se aprofundar a precarização das suas condições de trabalho. Depois de iniciado o ano letivo, a tendência é de acomodação da situação. Já os que ficaram desempregados vão procurar outras formas de sobrevivência, o que também dificultará a mobilização do setor.

A Corrente Proletária atuou no ato com seu boletim, com o dizeres “Nenhuma sala, turno ou escola fechada! Nenhum professor sem emprego!”. Reivindicou que se convocasse uma assembleia, com ampla divulgação, para o início de fevereiro. Ressaltou a urgência das centrais e sindicatos convocarem um Dia Nacional de Luta, em defesa das reivindicações elementares dos explorados (emprego, salários, direitos, além da defesa da Educação e da Saúde públicas), de forma a ligar os ataques de Tarcísio e Feder à luta para pôr abaixo a contrarreforma do governo Lula/Haddad, bem como de todos os governos que golpeiam os trabalhadores e a juventude oprimida.

Reproduzimos abaixo três passagens do Boletim

Nenhuma sala, turno ou escola fechada! Nenhum professor sem emprego!

Não podemos esperar até março, a luta tem de ser agora! Nossa luta é em defesa dos empregos, salários e direitos! Que a direção da Apeoesp convoque a assembleia estadual!

São Paulo - ABC

Encontro da CPE - UFABC debate programa classista para o sindicato

O Encontro da Corrente Proletária CPE-UFABC de 20 de janeiro de 2025 debateu um programa sindical e um plano de gestão classistas, considerando que se aproxima o processo eleitoral para o próximo mandato (2025 a 2027) da direção do SinTUFABC.

Houve informes sobre: I) o 1º Encontro dos Servidores da Educação Estadual - Itaquera e Região, que organizou a retomada do funcionamento da Afuse na região; II) a participação da CPE na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) da Leste 3, que ressaltará o vínculo entre a saúde mental e as condições de estudo e trabalho; III) o movimento contra o aumento das tarifas do transporte público na Grande São Paulo; IV) o Bole-

É preciso tomar as ruas contra a precarização, a terceirização e a privatização!

Estabilidades a todos, com a efetivação de todos os contratados!

A atribuição de aulas deve ser presencial, envolvendo a fiscalização do sindicato, com listas, pontuação, vagas e todas as informações pertinentes divulgadas antecipadamente e de forma transparente, seguindo o critério de tempo de trabalho.

Abaixo a superlotação das salas, máximo de 25 alunos por turma!

Em defesa da Educação de Jovens e Adultos e dos cursos noturnos!

“E de nada vão adiantar os recursos à Justiça burguesa e à Assembleia Legislativa, expediente utilizado pela direção da Apeoesp em oposição ao combate massivo e unitário nas ruas. Sem os métodos de luta próprios da classe operária, a exemplo das assembleias democráticas, da greve, das passeatas multitudinárias nas grandes avenidas e das ocupações de escola, a categoria só pode esperar mais uma série de derrotas. Nunca conquistamos nada sem luta!

A Corrente Proletária na Educação defende que o caminho é da unidade entre efetivos, estáveis e contratados; entre docentes, funcionários, estudantes e suas famílias; entre empregados e desempregados; entre ativos e aposentados; entre os educadores e os trabalhadores em geral. Isso porque a raiz dos ataques que atingem os explorados de conjunto é o mesmo: os governos e a burguesia descarregam o peso da crise do capitalismo sobre as massas, tendo em vista a necessidade de preservar os seus próprios interesses de classe.

Como a essência dos ataques é comum, apesar das particularidades, o caminho que fortalece os trabalhadores só pode ser o da unidade. Para construir esse combate frentista, é fundamental a realização das assembleias - por categoria e de unidade entre os setores. Daí a importância também de que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa das reivindicações elementares dos explorados (emprego, salários, direitos, além da defesa da Educação e da Saúde públicas), de forma a ligar a luta contra os ataques de Tarcísio e Feder à luta para pôr abaixo a contrarreforma do governo Lula/Haddad, bem como de todos os governos que golpeiam os trabalhadores e a juventude oprimida”.

tim CPE-UFABC N.º 55; V) o Curso de Formação Política do POR sobre “A dissolução da URSS e a crise mundial” que ocorrerá em 16 de fevereiro.

A discussão sobre o programa teve como referência as formulações sobre organização sindical, elaboradas após o Encontro da CPE-UFABC de 19/12/24. Foi discutido o tema “liberdade sindical”, tanto em seu aspecto mais geral, de direito de organização sindical, quanto em relação à real participação, expressão e representação dos trabalhadores no movimento sindical. Destacaram-se os seguintes pontos: I) a necessidade da independência política, organizativa e financeira para a liberdade sindical; II) a participação

nas atividades sindicais dentro da jornada de trabalho (liberação/abono sindical); III) a relação entre a participação e a organização, que se expressa na representatividade; IV) o direito de representação, no interior do movimento sindical, conforme as posições eleitas proporcionalmente (não à censura às minorias); V) que a representação sindical esteja subordinada às instâncias sindicais, em particular às assembleias; VI) o pleno direito de expressão e crítica no interior do movimento sindical e o dever de unidade dos explorados diante dos exploradores (instituições burguesas);

Quanto ao tema “filiação e participação sindicais” houve uma exposição do processo de deturpação do caráter classista dos sindicatos, que envolveu, de um lado, a incorporação de colônia de férias, shows, premiações, convênios e outros “atrativos”, visando a filiação sindical por meio de “benefícios” assistenciais para suprir direitos não alcançados pelos baixos salários; e, de outro, o abandono das reivindicações e dos métodos de luta dos explorados. Assim, criticou-se a utilização de mecanismos alheios à cultura operária como forma de atrair trabalhadores, diferenciando a filiação da participação e colocando a necessidade de promover ações de formação sindical e política, como debates e materiais de

comunicação, visando a elevação da consciência política e a participação dos trabalhadores.

Foram abordados outros tópicos como: transparência e comunicação das atividades sindicais e dos posicionamentos políticos; relação com outras categorias e entidades, sobretudo de trabalhadores terceirizados; independência de classe e unidade geral dos explorados; funcionamento regular do sindicato; e propostas de gestão.

Por fim, caracterizou-se que o SinTUFABC tem uma estrutura democrática, mas sem controle real da base, de modo que está aparelhado por uma direção autoritária e governista e que precisamos de um sindicato classista, de base, democrático e combativo, com funcionamento coletivo, regular e transparente. No processo eleitoral para a próxima gestão do SinTUFABC, defendemos a conformação de uma chapa unitária da oposição objetivando retomar o SinTUFABC para a luta. Esse debate poderá ser acompanhado em nossos materiais.

O próximo Encontro da CPE-UFABC será em 17 de fevereiro, às 17h, quando estudaremos o texto “As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo” escrito por Lênin em março de 1913.

‘Mês da visibilidade’ expõe a violência reacionária sobre as pessoas trans

Segundo a ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, uma pessoa trans é assassinada a cada três dias no Brasil. Foram 145 pessoas trans assassinadas em 2023, 14 a mais do que no ano anterior. Os números podem ser ainda maiores, dada a subnotificação. O perfil das vítimas era de 94% mulheres, pretas ou pardas; 72% jovens de 18 e 29 anos; 34,5% de pessoas que viviam da prostituição. E mais da metade assassinada com requintes de crueldade. O Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo.

Como se vê, a barbárie sobre esse grupo social continua bastante avançada. Não é preciso dizer que as trans pobres, que fazem parte das classes trabalhadoras são aquelas que mais sofrem os efeitos deletérios do capitalismo em decomposição. A ligação entre uma coisa e outra é simples, com o avanço da crise capitalista, crescem a desigualdade, a fome, a miséria, etc., o que empurra uma parcela da população para posições ideológicas atrasadas, reacionárias. Aí estão as razões principais da manutenção da discriminação mesmo com políticas afirmativas que não fazem senão tapar o sol com a peneira e alimentar ilusões democratizantes de inclusão social. De fato, as diversas formas de opressão que vemos no capitalismo, como a opressão sobre as mulheres, negros, indígenas e LGBTs, possuem raiz na opressão de classe, que é seu fundamento material. Assim, só uma resposta política que atenda as exigências do problema de classe poderá resolver a opressão sobre as pessoas trans.

No dia 29 de janeiro de 2004, foi organizado em Brasília um ato

nacional para o lançamento da Campanha “Travesti e Respeito”, no Congresso Nacional. Essa campanha foi um marco na história do movimento contra a transfobia, sendo organizada por pessoas trans e travestis. Outras leis foram aprovadas depois disso, como forma de mitigar a violência. Mais de 20 anos depois, os números indicam que não houve reversão no quadro de violência e assassinatos. Pelo contrário, os números aumentaram, o que também pode ser reflexo do maior registro de ocorrências. Seja como for, se assumir transexual no Brasil é um ato de coragem que implica assumir grandes riscos, principalmente se sua origem for proletária.

O Congresso corrompido até a medula está comprometido com a burguesia e seus ajustes fiscais. Até podem conceder uma lei aqui outra ali, expressando uma máscara de proteção. O papel aceita tudo, no entanto, a violência reacionária e cotidiana segue seu curso de acordo com o avanço da crise capitalista mais geral.

O movimento LGBT de conjunto sofre ainda com outro problema fundamental, sua direção política, orientada para o distracionismo e identitarismo (sobreposição da identidade sobre a classe). O formato e o conteúdo político das ‘Paradas do Orgulho LGBT’ comprovam essa afirmação. A tarefa das pessoas trans para combater a violência reacionária consiste em romper com as ilusões democratizantes dos reformistas e centristas, formar no interior do movimento direções classistas e revolucionárias, vincular a luta das pessoas trans com a dos demais oprimidos, e pressionar as direções sindicais e populares que assumam a defesa de todos os oprimidos contra a degradação de suas condições de vida.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Rondônia

O ano de 2025 inicia com onda de violência em Porto Velho

Responder com o programa da classe operária

Na segunda semana do mês de janeiro, as notícias de ondas de violência estamparam os principais jornais do estado e do país, ocorridas principalmente em Porto Velho e adjacências, com as ações policiais em municípios vizinhos e distritos.

O estopim da violência, que gerou a intervenção do aparato policial do estado iniciou com a operação realizada pela polícia militar, contra as “ações do crime organizado”. Usaram como alibi o assassinato de um policial militar, que morava em um apartamento do “Orgulho do Madeira” e acionaram uma operação em dois conjuntos habitacionais: “Orgulho do Madeira” e “Morar Melhor”, localizados na zona leste, periferia da cidade de Porto Velho.

No condomínio “Orgulho do Madeira”, vivem cerca de 15 mil pessoas em apartamentos do programa “Minha Casa Minha Vida”. O serviço de “segurança do estado” diz que a região é dominada pelo Comando Vermelho. Em uma das ações da polícia, realizada no dia 8 de janeiro, um dos chefes da facção foi morto pela PM.

A ação do comando militar iniciou após o pronunciamento do governador, coronel Marcos Rocha, ordenar uma operação policial, denominada de “Ação pela vida”. Que foi dirigida aos condomínios do programa “Minha Casa Minha Vida”.

Marcos Rocha lançou uma operação de guerra, acionando bases com concessão de helicóptero, com o apoio da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), Polícia Militar do Estado de Rondônia (PMRO), Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), Ministério Público (MPRO), Polícia Civil (PCRO), Superintendência de Polícia Técnico-Científica (Politec), Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF). Contou, também, com o apoio do policiamento dos estados do Amazonas, Acre e Mato Grosso. O que significa dizer, eliminar fisicamente os acusados que se envolveram na

morte do policial militar e encarcerar outros suspeitos. Como resultado, 6 suspeitos procurados pela polícia foram assassinados. Outras 14 mortes foram tidas como confronto com a polícia e os 8 populares que perderam a vida, a polícia apresenta como vítimas dos ataques das facções.

Nos três dias de violência intensa, mais de 20 veículos foram incendiados em Rondônia. Dentre esses veículos estavam ônibus do transporte coletivo de Porto Velho e da cidade de Candeias do Jamari, ônibus escolares da prefeitura, ônibus particulares e viaturas. No momento, a onda de violência arrefeceu. No entanto, a operação militar continua atuando. Já foram presas mais de sessenta pessoas desde 13 de janeiro.

O que fica de lição é que a violência policial que elimina os trabalhadores, principalmente os jovens pobres e negros da periferia, é parte da barbárie social que se aprofunda com a aguda crise do capitalismo putrefato. Os governos do Estado policial ao invés de abrir postos de trabalho e escola para atender as potencialidades da juventude e dos desempregados, utiliza a violência reacionária contra os oprimidos. Esses assassinatos promovidos pela operação policial precisa ser encarada como crime de classe, que decorre da concentração de riquezas nas mãos de poucos e crescimento da miséria da maioria explorada. É visível que a pobreza e a miséria acabam arrastando uma parcela da juventude para a desgraça das drogas e a criminalidade. Por isso, a militância do Partido Operário Revolucionário diz que não existe outro caminho para os explorados que não seja colocar suas forças à disposição de construir o seu partido, que organiza os explorados por meio do programa revolucionário, que tem como estratégia o fim do capitalismo, fonte de toda sorte de barbárie social, como essa que estamos assistindo em Porto Velho.

Tese da Corrente Proletária Estudantil - 16º Conselho Nacional de Entidades de Base da União Nacional dos Estudantes (CONEB/UNE)

Para defender a juventude e o direito à Educação, a UNE precisa romper com o governo e organizar a luta contra o pacote de contrarreformas de Lula!

A cada dia fica mais evidente que o terceiro governo Lula é de continuidade dos governos Temer e Bolsonaro. A política de destruição da Educação Pública segue em marcha. Para sustentar as metas do arcabouço fiscal e pagar os altos juros da dívida pública, o governo aplica mais cortes ao já minguado orçamento da Educação. O Novo Ensino Médio, odiado por estudantes e professores, foi implementado. As direções estudantis fizeram uma oposição de faz de conta, sem massificar e unificar os atos nas escolas, institutos, universidades e ruas. As privatizações continuam, em parceria com os governos estaduais. As malditas reformas trabalhista e previdenciária não foram revogadas.

Mais recentemente, o governo e o Congresso Nacional aprovaram um pacote de ataques aos trabalhadores, sobretudo os aposentados, pensionistas e os que recebem benefícios como o BPC e o PIS-Pasep. O salário mínimo que condena os trabalhadores a

fome e à miséria estará sujeito ao teto do novo arcabouço, distanciando-se ainda mais do salário mínimo vital. Segundo o Dieese, o mínimo necessário para manter uma família de 4 pessoas deveria ser, em dezembro, de R\$ 7.067,68. O pacote imposto pelo governo tem como objetivo pagar juros da dívida pública aos banqueiros e garantir os interesses da burguesia nacional e do imperialismo.

Em relação aos direitos das mulheres, o governo tem se alinhado com resoluções obscurantistas que restringem ainda mais o direito ao aborto legal inclusive de crianças vítimas de estupro. O favorecimento aos latifundiários, agronegócio e mineradoras alimenta a destruição da natureza e a violência contra camponeses pobres, indígenas e quilombolas.

É preciso enfrentar o golpismo bolsonarista com independência de classe. O governismo das direções das principais centrais,

sindicatos, movimentos sociais e entidades estudantis tem sido um bloqueio às lutas da juventude e maioria explorada. O imobilismo favorece que o descontentamento popular seja capitalizado pela ultradireita.

Pelo fim da escala 6x1! Por emprego para todos, inclusive a juventude

Uma reivindicação que tem o potencial de colocar as massas em movimento é a de fim da escala 6x1, que afeta milhões de jovens e trabalhadores em todo o país. Se todos trabalharem menos, é possível garantir empregos para todos. Com jornadas menores, muitos trabalhadores poderão dar continuidade aos seus estudos. A campanha impulsionada Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e organizações políticas, porém, tem sido direcionada para o parlamento, criando a ilusão de que é possível colocar fim à escala 6x1 e conseguir a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, por meio de projetos de lei a serem aprovados pelo parlamento burguês. O fim da superexploração será arrancado nas ruas. Eis por que é imprescindível erguer comitês de luta em todo o país, exigindo das centrais e entidades estudantis um Dia Nacional de Luta, com bloqueios e paralisações.

Em defesa da universidade pública e gratuita. Abaixo a mercantilização do ensino! Não à precarização, ao EAD e à privatização!

O estrangulamento orçamentário e sucateamento das instituições públicas de educação está intimamente ligado ao favorecimento da rede privada. O legado dos vinte anos do ProUni, apesar da promessa de democratização, manteve a imensa maioria da juventude fora do ensino superior, ao mesmo tempo em que foi a base para a criação de megacorporações de ensino, alimentadas por recursos públicos. Quase 80% dos jovens está fora do ensino superior e, dos que conseguiram ingressar, 79,3% estão matriculados em instituições privadas. A destruição da Educação também se manifesta no crescimento do ensino à distância, acelerado pela resposta burguesa à pandemia. A maioria dos futuros professores está sendo formada em cursos a distância. Além disso, a virtualidade e plataformação avança cada vez mais sobre o ensino presencial, com a permissão de percentuais crescentes de atividades a distância na educação básica e superior.

Apesar das promessas eleitoreiras de expansão do número de campi das instituições públicas, as instituições existentes estão caindo aos pedaços. A UFRJ teve a água e a luz cortadas, o que obrigou a universidade a não ofertar alguns cursos. Os trabalhadores terceirizados sofrem com sobrecarga, demissões e atrasos em salários. Nas estaduais, o cenário de falta de professores e condições adequadas de estudo também se manifesta. Na UERJ, os estudantes denunciaram os ataques à permanência estudantil com ocupações e piquetes e foram duramente reprimidos.

É preciso responder a essa situação com a luta pela estatização da rede privada sem indenização e constituição de um único sistema público, gratuito, laico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham. Nas instituições públicas, que as assembleias gerais universitárias calculem tudo que é necessário para garantir as condições de trabalho e estudo e os meios de arrancar do Estado o financiamento integral da educação pública. Não podemos aceitar o corte do orçamento e sua transferência para emendas parlamentares, colocando a comunidade universitária de joelhos perante os politiquieiros, violando ainda mais a autonomia universitária.

Em defesa da permanência estudantil! Por restaurantes universitários, moradia e creches como serviços universais

Uma parcela enorme da juventude nem estuda e nem trabalha. Os que conseguem vencer barreiras sociais, de discriminações raciais, de opressão sobre as mulheres, homossexuais, transexuais e passar pelo ENEM, enfrentam inúmeras dificuldades para permanecer. As dificuldades envolvem o transporte, moradia, alimentação; relacionam-se com o quadro de empobrecimento e precarização das famílias trabalhadoras e da ausência de perspectivas futuras, ante ocupações cada vez mais instáveis e precárias. O governo procura mascarar essa condição, adotando medidas assistenciais como o Pé-de-Meia no Ensino Médio e, agora, o Pé-de-Meia licenciaturas. A baixa formação de professores é resultado dos baixos salários da profissão e precarização das formas de contrato. Cada vez mais aumenta o número de professores com contrato temporário de trabalho e, no caso dos concursados, com piso salarial e carreiras cada vez piores.

Para defender de fato o direito à Educação, é preciso que a UNE empunhe a defesa do acesso irrestrito ao Ensino Superior, sem nenhuma seleção. Que a universidade esteja aberta a todos os que desejam nela estudar. Que seja garantida a alimentação nos restaurantes universitários como um direito universal, que haja moradia para todos os filhos das e dos estudantes. Que não haja nenhum jovem sem estudo e sem trabalho. Que os empregos destinados à juventude tenham a jornada compatível com os estudos.

Para dar um futuro à humanidade, a juventude precisa empunhar a bandeira da revolução socialista

A destruição da educação no Brasil é parte de um ataque geral do imperialismo em todo o planeta. Por isso, nossa luta é internacionalista e anti-imperialista. A juventude precisa estar atenta às tendências do capitalismo em crise, que arrasta a humanidade para a barbárie. As guerras de dominação, a exemplo da Ucrânia que vai completar 3 anos e o genocídio do povo palestino escancararam o crescimento das tendências bélicas, que podem levar a enfrentamentos entre potências nucleares. O colapso ambiental é descarregado de forma mais intensa sobre os oprimidos. A agonia sem fim do regime burguês torna a vida das massas oprimidas e exploradas cada vez mais insuportável e exige que a juventude busque se vincular às tradições revolucionárias. Que nossa luta em defesa da educação e outras reivindicações básicas leve à elevação da consciência classista. A experiência histórica mostra que não há saídas pela via eleitoral. Pelo contrário, a democracia burguesa em decomposição que faz ressurgir a cada passo, as tendências fascistas em toda parte. A juventude está chamada a lutar pela revolução socialista se quiser oferecer um futuro à humanidade.

Não há como reformar a Universidade em meio a esse sistema apodrecido. Uma nova universidade será fruto de uma nova sociedade. O que significa dizer que a luta em defesa do ensino se entrelaça com a luta do conjunto dos explorados para sepultar a sociedade capitalista por meio da revolução proletária.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Propomos a aprovação do seguinte plano de lutas:

O 16º CONEB da UNE delibera que a UNE:

Rompa com o governismo e se coloque no campo da oposição revolucionária ao governo Lula.

Exija dos sindicatos, Centrais, movimentos populares que convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas com bloqueios e paralisações, para derrubar o pacote de contrarreformas de Lula, em defesa dos empregos, salários e direitos.

Mobilize a juventude estudantil na luta pela revogação das contrarreformas (previdenciárias, trabalhistas, novo ensino médio), derrubada do Novo Arcabouço Fiscal e não pagamento da dívida pública.

Contribua com a formação de comitês de luta pelo fim da escala 6x1, redução da jornada sem redução de salários, e pelo salário mínimo vital, com escala móvel das horas de trabalho e dos salários, garantindo emprego a todos.

Desenvolva uma campanha contra as privatizações das empresas estatais e dos serviços sociais e pela reestatização do que já foi privatizado, sob controle coletivo dos trabalhadores.

Combata a destruição e privatização da Educação pública com a defesa da estatização, sem indenização, da rede privada de ensino e criação de um sistema único de Educação público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e sob o controle dos que estudam e trabalham, por meio das Assembleias Gerais Universitárias.

Defenda a presencialidade da Educação, com a bandeira de fim do EaD e expropriação das empresas educacionais e de tecnologia que lucram com a privatização e plataformação do ensino.

Reivindique o acesso irrestrito ao Ensino Superior, sem nenhuma seleção. Que seja garantida a alimentação nos restaurantes universitários como um direito universal, que haja moradia para todos os estudantes que necessitarem, assim como creches para todos os filhos das e dos estudantes. Por passe livre para estudantes e desempregados. Que não haja nenhum jovem sem estudo e sem trabalho. Que os empregos destinados à juventude tenham a jornada compatível com os estudos.

Realize ações concretas pelo fim do genocídio do povo palestino. Que impulse a luta anti-imperialista, ligando as lutas em defesa da Educação, das empresas estatais pela autodeterminação dos povos oprimidos.

Palestina

CERQUI Internacional 

Nesta edição:

Palestina – Declaração do CERQUI - Cessar-fogo;

Palestina – Intervenção no Comitê de Pernambuco;

Argentina - Editorial;

Argentina - Fechamento de fábricas;

15 de janeiro de 1919, assassinados Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht;

101 anos do falecimento de Lênin;

33 anos da Dissolução da URSS – Percurso das formulações congressuais do POR sobre o processo de restauração capitalista na ex-URSS e Rússia.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Acordo de cessar-fogo na Faixa de Gaza

O Estado sionista de Israel não abandonará o objetivo de anexação do que resta do território palestino

Está posta a unidade da maioria oprimida árabe para derrotar a dominação imperialista e o colonialismo sionista

O fim da guerra e a conquista da autodeterminação do povo palestino se darão sob o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio

17 de janeiro de 2025

O anunciado acordo de cessar-fogo entre o Estado de Israel e o Hamas foi traçado pelos Estados Unidos e apoiado pelos governos árabes, tendo à frente a diplomacia do Catar e do Egito. Ocorre no momento de transição do governo democrata de Biden para o do republicano Trump. O fundamental está em que o cessar-fogo, caso a previsão das três etapas seja cumprida, se realizará sobre uma montanha de cadáveres palestinos, mutilados, desaparecidos

e deslocados, bem como sobre uma vasta destruição das cidades e quebra quase total da vida econômica. As milhares de crianças, adolescentes, mulheres e velhos abatidos pelos bombardeios retratam a barbárie das guerras de dominação da época do capitalismo imperialista.

Os conflitos originados desde a decisão da Inglaterra de dar curso ao movimento sionista de incursão na Palestina, na Primeira



Guerra Mundial, e as guerras desencadeadas pela criação do Estado sionista de Israel em 1948, após a Segunda Guerra, não atingiram o nível de destruição e carnificina como a que teve início em outubro de 2023, com a invasão das Forças de Segurança de Israel na Faixa de Gaza. Até mesmo organismos do imperialismo, como a ONU e seus Tribunais, foram obrigados a reconhecer que o Estado sionista recorreu ao genocídio. O 1º Ministro, Netanyahu, e seu auxiliar, o ex-ministro da Defesa, Yoav Gallant, foram condenados por “crimes de guerra e de humanidade”, pelo Tribunal Penal Internacional (TPI).

O principal responsável pelos quinze meses de intervenção militar na Faixa de Gaza, incursões assassinas na Cisjordânia, bombardeios no Líbano e ataques na Síria, no Irã e no Iêmen são os Estados Unidos. Certamente, o imperialismo norte-americano contou com aliados europeus e com Estados serviais do próprio Oriente Médio. É obrigatório lembrar que os Estados Unidos vetaram todas as tentativas de cessar-fogo e de estabelecer um marco de discussão sobre o fim da guerra.

Imediatamente ao anúncio dos termos do acordo negociado no Catar, as Forças de Defesa de Israel realizaram mais um dos ataques fulminantes, deixando 87 mortos, entre eles 21 crianças e 25 mulheres. Esse foi o sinal do Estado sionista sobre as condições do cessar-fogo, combinado com os Estados Unidos e seus sabujos do Oriente Médio. Estimam-se, assim, 46.876 mortos.

A destruição da Faixa de Gaza chegou-se ao ponto de os Estados Unidos reconhecerem o fracasso estratégico do governo de união nacional israelense de liquidar o Hamas e impor ao movimento de resistência a rendição. As suas lideranças foram assassinadas e milhares de seus militantes, mortos em combate, mas novos líderes substituíram os abatidos e se recrutaram milhares de combatentes. As massas palestinas sacrificadas não cederam aos invasores genocidas.

Para uma fração do governo de Netanyahu, a obra está inacabada e, portanto, a carnificina teria de ir às últimas consequências. Somente assim o Hamas seria varrido da Faixa de Gaza e Israel passaria a governar os palestinos revoltosos. Essa é a posição do ministro da Segurança, Itamar Ben-Gvir, do partido Otzma Yehu-

dit (Poder Judeu), e do ministro das Finanças, Bezalel Smotrich, do partido Sionismo Religioso, que expressam as forças políticas mais radicais do sionismo. Netanyahu do Partido Likud (Consolidação), caracterizado de centro-direita, contou com a aliança da ultradireita para formar seu governo. Há um risco de cair se o Poder Judeu e o Sionismo Religioso cumprirem a promessa de romper a aliança. A oposição minoritária, Yair Lapid, do partido Yesh Atid (Há Futuro), ofereceu apoio ao Likud no Parlamento para que o acordo de cessar-fogo seja levado adiante.

Trump, que participou das negociações no Catar por meio de seu representante, Steve Witkoff, tem interesse em administrar a guerra que extrapolou a intervenção na Faixa de Gaza, avançou sobre o Líbano e ampliou o seu raio de ação para a Síria e o Irã. Pode, assim, virar-se contra a Rússia e concentrar os objetivos econômicos e militares diante da China. Uma suspensão da guerra na Faixa de Gaza, ainda que difícil de se concretizar, permitirá a Trump retomar sua política de esmagamento do Irã. A derrubada do governo Assad e perda de influência da Rússia na Síria foram providenciais para reforçar a presença norte-americana no Oriente Médio. Está nos cálculos de Trump a retomada do Acordo de Abraão com a Arábia Saudita que implica maior proteção ao Estado sionista, melhores condições para armar o cerco ao Irã e fechar passagem à penetração da China no Oriente Médio. Temos presente que o conselheiro de Segurança de Trump, Mike Waltz, declarou que “há que destruir o Hamas”, que “nunca mais voltará a governar Gaza.

A questão da Faixa de Gaza entra o cálculo geral dos interesses norte-americanos na região. Eis por que o Acordo de Catar deve ser tomado nesse marco mais amplo. Certamente, a instabilidade na Faixa de Gaza continuará prevalecendo. Não há garantia de que o Estado sionista irá cumpri-lo.

O Hamas se viu forçado a chegar a um acordo que não garante a total e imediata retirada das Forças de Defesa de Israel. Os 15 meses de bombardeios diários e o sofrimento imensurável do povo palestino não tinham como deixar de ser o fator que mais pesou na balança das negociações no Catar. O Hamas continuará sendo a força política na Faixa de Gaza, uma vez que não se rendeu. No entanto, seu enfraquecimento facilitará aos Estados Unidos imporem as condições do cessar-fogo, de forma que se tiver êxito a governabilidade da Faixa de Gaza contará com a intervenção econômica dos Estados Unidos e dos aliados do Oriente Médio. Não por acaso, já se fazem cálculos dos bilhões de dólares necessários para reerguer minimamente a vida econômica e social na Faixa de Gaza.

Faz parte desse objetivo colocar no centro da reconstrução a Cisjordânia e, portanto, a Autoridade Palestina, que é servial dos Estados Unidos e conivente com o Estado sionista. Esse é um antigo plano que vem sendo recauchutado pelos Estados Unidos sob a farsa da constituição de dois Estados na Palestina. Essa carta foi posta na mesa pelo governo de Biden, como uma bandeira distractionista para ocultar o genocídio e o avanço do colonialismo sionista.

É imperativo reconhecer que não há uma definição precisa do caminho que está tomando a guerra de dominação na Faixa de Gaza. Neste momento, o fundamental está em que o imperialismo norte-americano fortaleceu sua presença no Oriente Médio e tem como tomar as rédeas dos choques a partir da queda do regime de Assad, recuo do Irã e da Rússia e fragilização do Hezbollah no Líbano.

A substituição do desgastado governo Biden por Trump permitiu que se armasse o Acordo de Catar. A recomendação do Gabinete de Segurança e Política de Israel, reunido em 17 de janeiro, foi aceita pelo Gabinete de Governo, no mesmo dia. Essa decisão atesta a influência de Trump, que passou a ditar as ordens à burguesia sionista, que Biden não pôde impor.

É preciso ter claro que o Acordo do Catar mantém a subordinação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia aos ditames de Israel. A

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSICÃO E RESPOSTA DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



divergência sobre o Corredor Filadélfia e a passagem fronteiriça de Rafa são indicadores de que Israel pretende controlar parte do estreito território da Faixa de Gaza. O teste começou no domingo, dia 19, com a troca de prisioneiros. Durante 45 dias, nessa primeira fase, não haverá mais bombardeio. Caso seja cumprido, na segunda fase, se espera um acordo de cessar-fogo definitivo, quando todos os prisioneiros contabilizados serão trocados. Na terceira, e última fase, o Hamas entregaria os corpos dos israelenses mortos e assim se discutiria a reconstrução da Faixa de Gaza.

Basta essa forma do acordo para suscitar mais dúvida do que certeza de que a intervenção sionista não recuará nos objetivos anexionista. Trata-se de uma necessidade econômica de um Estado limitado e que pode se expandir incorporando toda a Palestina. É bem conhecido que nas imediações da Faixa de Gaza, no Mar Mediterrâneo, existe uma valiosa reserva petrolífera.

Qualquer ilusão nesse acordo, como sendo favorável aos palestinos, poderá ser fatal para a sua resistência. Pode-se entender a declaração do Hamas de que foi uma vitória no sentido que os Estados Unidos tiveram de reconhecer que a resistência não havia sido definitivamente quebrada. Mas, não se deve afirmar que foi um acordo progressivo, uma vez que foi imposto pelos opressores e as concessões foram minúsculas. A vantagem para os palestinos está em poder respirar por algum tempo, enquanto durar a primeira fase. Não se pode ter a certeza de se cumprirão as duas últimas. E, se cumpridas, o principal algoz do povo palestino, que são os Estados Unidos, exercerão maiores poderes na Faixa de Gaza e no Oriente Médio.

É dever revolucionário admitir que o Hamas se viu obrigado a aceitar esse tipo de acordo. Não poderia dizer não ao plano de Biden, lançado desde maio. Não tinha capacidade para propor e lutar por um acordo de imediata retirada das Forças de Defesa de Israel e garantir a independência dos palestinos na reconstrução da Faixa de Gaza. Essa capacidade somente poderia ser alcançada se as massas árabes, unidas às persas, se sublevassem em defesa da autodeterminação da nação oprimida e levantassem uma barreira anti-imperialista aos Estados Unidos e aliados. O resultado foi que o apoio do Irã, do Iêmen – a Síria nada pôde fazer – e do Hezbollah libanês se mostraram frágeis por não expressarem um movimento revolucionário.

O Hamas e, em certa medida, o Hezbollah, sofreram com os ataques mortíferos de Israel, munido de armas e farto financiamento norte-americanos. E, de fato, os Estados Unidos entraram na guerra cercando o Irã e bombardeando o Iêmen. Esses acontecimentos e fatores objetivos da guerra no Oriente Médio indicam que a possibilidade do acordo do Catar se realizar é pequena. E se se realizar, será sob a vigilância de Trump e as imposições colonialistas do Estado sionista.

A tarefa continua sendo a de a vanguarda revolucionária continuar combatendo pela autodeterminação do povo palestino e pela união dos oprimidos do Oriente Médio sob a estratégia programática dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio e, como parte desse objetivo histórico, unir palestinos e judeus sob uma República Socialista da Palestina.

Palestina - Intervenção

Comitê de Solidariedade à Palestina- Pernambuco debate balanço do cessar-fogo

No dia 21 de janeiro, foi realizada uma reunião do Comitê de Solidariedade à Palestina-PE com o objetivo de debater a conjuntura, em meio aos esforços de reagrupamento e reorganização do comitê, para subsidiar a elaboração do novo panfleto a ser distribuído para a população nas próximas mobilizações.

O principal eixo da discussão foi o significado do acordo de cessar-fogo. Cada corrente presente expressou sua posição. O PSTU caracterizou o cessar-fogo como uma vitória das massas palestina e dos movimentos de solidariedade no mundo. Destacou a impressionante resistência do povo palestino diante da superioridade militar de Israel, impondo baixas. A caracterização de vitória se deveu à impossibilidade de Israel impor seu plano de colonizar o norte de Gaza e instalar um governo subordinado a Israel; à interrupção dos acordos de Israel com os países árabes. Ao exaltar a derrubada de Assad na Síria, o PSTU atribuiu também à luta palestina. Por fim, reafirmou a impossibilidade dos dois Estados. O MRT ressaltou que a gestão do acordo por parte de Trump e Netanyahu não é um detalhe, considerando todas as indicações de que o novo governo republicano será brutal. Diferenciou-se do PSTU na análise da Síria, indicando que houve interesses opostos às massas, com a ingerência da Turquia e dos EUA.

A UP destacou que o cessar fogo, ainda que seja um motivo para comemorar, é temporário. Alertou que o senso comum de que o acordo resolve a situação dos palestinos levaria a um maior silenciamento da causa, o que deve ser combatido. Criticou a postura do governo brasileiro no caso do soldado israelense que veio passar férias no país e foi ajudado, provavelmente por bolsonaristas, e fugir do país. A fala de um militante do PSOL foi indicada como não expressando o pensamento do partido, comentando alguns aspectos das movimentações de Trump, redirecionando

seus esforços em torno do Irã e China, ao mesmo tempo em que o governo republicano será de grande repressão também às massas estadunidenses.

O PCO caracterizou o cessar fogo como uma vitória inquestionável dos grupos armados liderados pelo Hamas, “uma das maiores vitórias da história da humanidade”, confirmando que está em marcha uma revolução na Palestina, em uma situação revolucionária. Destacou a grandeza do acordo em que o Hamas conseguiu tudo e Israel nada. Que o comitê deve fazer um ato de comemoração do cessar fogo, pois Israel saiu humilhado.

O POR atuou distribuindo um manifesto com sua declaração. Ressaltamos que não devemos nutrir nenhuma ilusão no acordo, que apenas representa um respiro para os palestinos de Gaza, ao mesmo tempo em que não será respeitado por Israel, que continua matando e aprisionando, sobretudo na Cisjordânia, nesse momento. Destacamos que a libertação dos presos palestinos em troca dos reféns se dá em meio a uma realidade em que antes de 7 de outubro, Israel aprisionava 5 mil palestinos. E depois, prendeu mais

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA
Abraham Leon

R\$ 30

Abraham Leon
A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionais.

18 mil, dentre eles muitas crianças e mulheres. Ou seja, por mais que tenhamos que celebrar cada libertação, a imensa maioria dos presos continuará submetido às torturas e violências do cárcere israelense. Em relação à questão territorial, ainda será negociada a “faixa de segurança” entre Israel e Gaza, com a intenção de ampliação. E a decisão sobre a reconstrução de o governo de Gaza só se dará após a libertação de todos os reféns israelenses. Precisamos dizer às massas que o objetivo de anexação colonial continua e que a libertação do povo palestino depende da sublevação da classe operária, sobretudo do Oriente Médio, por meio de revoluções que originem repúblicas socialistas na região.

A partir do debate, foram elencados os seguintes pontos para a política do comitê no próximo período.

1. Caracterizar o cessar fogo, que era uma reivindicação do comitê, como uma conquista fruto da resistência heroica do povo palestino. Mostrar que Israel não conseguiu destruir o Hamas e se apoderar de Gaza e foi desmascarado internacionalmente em seu plano de genocídio.

2. Permanece o plano do imperialismo e do sionismo de anexar o território palestino integralmente e exterminar o seu povo. Israel tem direcionado seus ataques e prisões para a Cisjordânia.

3. Pela libertação de todos os presos palestinos que permanecem nos cárceres israelenses!

4. Que as centrais sindicais, sindicatos, organizações populares e estudantis desenvolvam ações concretas de solidariedade ao povo palestino e fortaleçam os comitês.

5. Devemos continuar exigindo que o Governo Lula rompa todas as relações com o Estado de Israel.

6. Ante a proposta de Prisão para Netanyahu, feita pelo PSOL, propusemos, e foi a provada, a defesa dos tribunais populares para julgar e punir Netanyahu e todos os criminosos de guerra do sionismo e imperialismo.

7. Que a reconstrução de Gaza seja custeada por seus agressores, sob um plano controlado pelo povo palestino.

8. Fora Imperialismo do Oriente Médio, pela autodeterminação dos povos.

9. Viva a resistência heroica do povo palestino.

10. Por uma Palestina Livre do Rio ao Mar.

No ponto 10 abrimos a divergência sobre a necessidade de defender uma Palestina Socialista, uma vez que não há espaço para o Estado burguês palestino. O PSTU se opôs imediatamente, defendendo a Palestina laica, democrática e antirracista, mantendo-se no âmbito do antigo programa da OLP. O PCO se opôs alegando que não podemos ir além do que o Hamas defende e que o comitê, por ser uma frente, não deve ter bandeiras que impeçam quem defende outras soluções para a Palestina se somem. O PSOL disse concordar com o socialismo, porém via que não era tático defender algo que não corresponde ao que o povo palestino quer. A questão foi levada a voto e MRT, POR e UP defenderam a inserção da defesa da Palestina socialista. PCO, PSOL e independentes foram contra e o PSTU se absteve. Foram 4 votos para cada posição e abstenção, levando à decisão de não incorporar. Ainda assim foi importante reafirmarmos que a autodeterminação do povo palestino só é possível pela via revolucionária, junto à luta pelo socialismo, não virá das mãos de nenhuma ala da burguesia, seja do imperialismo ou do nacionalismo árabe.

Argentina - Editorial

A crise política vai se aprofundar *Combater qualquer ilusão de que a política de Milei possa ser derrotada com as eleições*

Vivemos uma catástrofe social de magnitude igual ou superior à que experimentamos em 2001. Milei pode se sustentar e continuar com sua política porque é apoiado por corporações poderosas, porque boa parte delas está envolvida na jogatina financeira, obtendo grandes benefícios. Sustenta-se porque a oposição burguesa não tem nenhum plano alternativo que se oponha às políticas do governo, não sabe que medidas tomar para reverter a situação atual. O governo é sustentado porque a liderança da CGT decidiu se esconder novamente. Ao mesmo tempo, as referências de combate, resistência e independência ainda são muito fracas.

O governo não alcançou todos os objetivos que propôs no início, mas conseguiu um grande retrocesso dos salários e aposentadorias, interrompeu completamente as obras públicas, reduziu as transferências para as províncias, produziu demissões em massa, liberou preços, eliminou subsídios e controles. Arrancou uma série de direitos conquistados em décadas de luta, e ameaça acabar com tudo o que puder.

Neste contexto de profunda agudização da luta de classes, onde os grandes capitalistas estão querendo tudo, os principais partidos da burguesia estão engajados há semanas na luta eleitoral deste ano, arrastando os diferentes setores da burocracia sindical. Nesse enosco, se dividem e brigam por questões absolutamente miseráveis, pelas posições nas chapas, pelo adiantamento ou não das eleições em cada província, se se deve ou não realizar eleições primárias.

O Partido Radical já estava dividido no ano passado, uma parte de sua bancada no Congresso se alinhou com o governo. A mesma coisa acontece com o PRO. O partido em construção (LLA) de Milei tenta absorver o máximo de dirigentes para seu espaço encurralando Macri. O peronismo também teve suas migrações para o partido governista e está tentando alinhar suas forças com a presidência do partido nas mãos de Cristina Kirchner, mas com pouco entusiasmo e uma disputa com Kicillof. Outros partidos menores que são satélites dos principais aguardam a definição das eleições internas. Em nenhum caso, aparece o debate de ideias ou programas de governo.

As massas são totalmente alheias ao jogo eleitoral, preocupadas com seus sofrimentos permanentes. Não aparecem propostas sobre quais medidas poderiam tirá-las desse desastre. O peronismo opositor ainda está lambendo as feridas da última derrota eleitoral e do fracasso de seu último governo. Limita-se apenas a fazer diagnósticos e reclamar da situação.

As eleições não resolverão nada, apenas servirão para nova distribuição das cadeiras no Congresso. O governo, em minoria absoluta em ambas as câmaras, foi capaz de realizar um ataque furioso contra a nação e os trabalhadores. Devemos combater qualquer ilusão de que a política de Milei possa ser derrotada pelo voto. Aqueles que estão entusiasmados com as frentes eleitorais anti-Milei mostram toda a sua impotência e incapacidade de enfrentar sua política.

É necessário promover o debate a partir das bases sobre qual é a resposta política à crise, quais as medidas e quais os métodos para as impor.

A prioridade é a luta por salários e aposentadorias, para impedir as demissões e suspensões, para a reintegração dos trabalhadores demitidos, para acabar com a precariedade trabalhista, por um plano imediato de obras públicas para resolver as necessidades mais urgentes, por um orçamento para a saúde e a educação, para revogar os tarifas em todos os serviços. Essas demandas mínimas e urgentes dependem de desconhecer o programa do FMI, desconhecer a dívida, impor uma política protecionista à produção nacional, estatizar o comércio exterior e os bancos, acabar com os monopólios que controlam setores vitais da economia, recuperar todos os recursos para colocá-los a serviço da industrialização do país.

Essas medidas elementares de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores e de luta contra o submetimento e entrega do país, só podem ser impostas pela ação direta das massas. Devem ser impostas pela classe operária dirigindo a maioria oprimida. Nenhum setor da burguesia ou da pequena burguesia tem um programa para sair da crise, todos fracassaram e nos levaram à ruína. Não há saídas intermediárias. Ou a maioria oprimida se levanta e acaba com essa catástrofe ou suportará os traços mais atroz da barbárie capitalista que já se manifestam.

(Extraído do Jornal Massas, nº 472, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Argentina

É urgente deter o fechamento de fábricas e empresas, reabrir as que fecharam. O movimento operário deve tomar essa tarefa em suas mãos

O desemprego é o pior flagelo que a classe operária sofre. É a maior ameaça de destruição física. Centenas de milhares de empregos já foram perdidos devido à paralisação das obras públicas em todo o país decidida pelo Governo, pela demissão de servidores públicos e das empresas estatais, ao fechamento no comércio. A queda acentuada da produção e do consumo provocada pelo governo, aliada à abertura indiscriminada das importações, agrava a crise. Os empregadores, por sua vez, aproveitam o medo do desemprego para avançar ainda mais contra as condições de trabalho e os salários. Mencionamos alguns casos das últimas semanas.

A fábrica de calçados, a multinacional Dass, que produz para a Adidas, demitiu seus 360 trabalhadores em Coronel Suárez. Em 2018, a empresa demitiu mais de 800 trabalhadores na mesma fábrica e depois foi reativada. No início de 2024 havia cerca de 900 trabalhadores. Uma das maiores fábricas da região e que gerava um grande movimento econômico em torno dela.

A fábrica de cerâmica Loimar, com mais de 50 anos, na cidade de Tandil, na província de Buenos Aires, paralisou a produção e há temores de demissões em massa. A empresa justifica a decisão com "queda nas vendas e aumento dos custos operacionais e tarifas de eletricidade difíceis de sustentar". Em 30 de outubro, os fornos para fabricação de tijolos foram desligados e, em 19 de novembro, a produção de pisos cerâmicos cessou completamente. Decisões que também impactam o fornecimento de materiais e transporte. Os trabalhadores suspeitam que seja uma manobra para reduzir o número de trabalhadores ou impor outras condições de trabalho quando reabrir. Também afeta a economia da cidade.

A Acindar suspendeu 700 trabalhadores de sua fábrica em Villa Constitución, província de Buenos Aires, por tempo indeterminado. A decisão foi tomada "devido à quebra da produção", que se deve à menor procura interna e à entrada de produtos estrangeiros. A empresa também suspendeu 400 contratados.

Em Zárate, os trabalhadores estão se mobilizando para denunciar a demissão de centenas de trabalhadores de Atucha.

A Dánica fechou sua fábrica de Llavallol na região sul da Grande Buenos Aires e pagará apenas metade da indenização, argumentando a "situação econômica muito grave" e o "alto custo da mão de obra", rejeitando o acordo sindical com o sindicato dos trabalhadores do óleo. O histórico fabricante de margarinas, criada em 1939, demitiu 150 trabalhadores.

40.000 trabalhadores do estado estão ameaçados de demissão devido ao vencimento de seus contratos em 31 de março.

- Toda empresa que feche ou demita deve ser estatizada sob controle dos trabalhadores;
- Deter as demissões no Estado
- Impor um plano de obras públicas a ser desenvolvido pelas empresas estatais sob controle operário para resolver as necessidades mais urgentes da população; construção de moradias, escolas, hospitais, esgotos, calçadas, etc.
- Impor o monopólio estatal do comércio exterior para impedir a importação de produtos que são produzidos localmente, que divisas sejam desperdiçadas pela importação de produtos de luxo ou que não sejam necessários para a produção para cuidados de saúde e assim concentrar todo o movimento de divisas;

O capitalismo, incapaz de desenvolver as forças produtivas, as destrói, devido à sua subordinação ao capital financeiro, empurrando setores cada vez mais amplos das massas para a pobreza, o desemprego e a precariedade do trabalho. Não é apenas Milei, é Milei agindo em nome das corporações capitalistas e do parasitismo bancário. A burocracia sindical está prostrada neste processo porque está presa a seus acordos com os patrões e os governos, porque não pode propor que a única saída da crise esteja nas mãos dos trabalhadores assumindo o destino da nação.

(Extraído do Jornal Massas, nº 472, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

15 de janeiro de 1919, assassinados Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht



Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram dois destacados militantes do Partido Comunista Alemão. Foram assassinados por ordem do governo socialdemocrata de Scheidemann. Presos no dia 15 de janeiro, após a atuação na greve geral de 5 a 12 de janeiro em Berlim, sofreram as mais cruéis torturas. Rosa Luxemburgo duramente golpeada foi morta a tiros e jogada no canal Landwehr de Berlim. Karl Liebknecht foi morto com um tiro na nuca e seu corpo enterrado em uma vala comum.

Rosa Luxemburgo iniciou bem cedo sua militância revolucionária, na segunda metade de 1890. Juntamente com outros militantes, criou o movimento socialdemocrata polaco. Desde 1897, interveio no movimento socialdemocrata alemão. Quando iniciou a Primeira Guerra Mundial, se colocou pelo internacionalismo proletário, se opondo aos créditos de guerra. Foi fundadora do grupo “Internacional”, denominado Espartaco. Usou o codinome Junius

no momento em que esteve presa para escrever o folheto “A crise da socialdemocracia”. Lênin sempre destacou sua militância, mas nunca deixou de criticar seus erros políticos, em particular quanto ao partido, ao imperialismo e a questão nacional, visando ajudá-la a compreender as posições corretas.

Karl Liebknecht foi um extraordinário militante do movimento operário alemão. Iniciou sua militância desde cedo, como estudante secundarista. Em 1912, foi eleito deputado do Reichstag. Quando iniciou a Primeira Guerra, se destacou como um fervoroso opositor ao governo e foi o único no Reichstag a votar contra os créditos de guerra. Juntamente com Rosa Luxemburgo criaram a União Espartaco. Esteve à frente na organização da vanguarda operária alemã, dirigiu o jornal “A Bandeira Vermelha”, ajudou a erguer o Partido Comunista Alemão e foi um dos dirigentes da insurreição dos operários de Berlim em 1919. Lênin tinha uma enorme consideração à sua militância revolucionária. Diz Lênin: “Este homem é o símbolo de fidelidade de um dirigente aos interesses do proletariado e de lealdade à revolução socialista. É o símbolo de uma luta inconciliável contra o imperialismo, não em palavras, mas nos fatos”.

O Partido Operário Revolucionário publicou o livro “Socialismo ou Barbárie”, dedicado aos revolucionários Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Na contracapa traz as imagens dos dois destacados militantes com os dizeres: “Assassinados pelo governo socialdemocrata de Ebert e Scheidemann, em 15 de janeiro de 1919. Ambos se destacaram na luta contra o reformismo, o revisionismo e o oportunismo. Dedicaram suas vidas a organizar o partido marxista no seio do proletariado. Foram internacionalistas íntegros. Honramos a memória dos revolucionários Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, dando continuidade à luta pela revolução proletária e pela sociedade comunista”, janeiro de 2016.

Memória eterna aos camaradas Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht!

101 anos do falecimento de Lênin

No dia 21 de janeiro de 1924, Lênin faleceu aos 54 anos. Nasceu em 22 de abril de 1870. Iniciou a militância muito jovem. Em 1887, estudou o livro O Capital de Karl Marx. Nem bem havia entrado na Universidade nesse mesmo ano, foi expulso por participar do movimento estudantil que contestava a monarquia czarista. Seu irmão mais velho, havia sido recém executado pelo governo por ter participado de um ato terrorista contra o czarismo. Mas será em 1893 que Lênin se coloca pela construção de um partido revolucionário. Tratava-se da origem do Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR). Foi preso em 1895 e exilado na Sibéria. Depois de três anos, refugia-se na Europa de onde edita o Jornal Iskra. Em 1903, Lênin se destaca como um dos principais dirigentes do POSDR, travando a luta em torno à concepção marxista do partido. Constituirá no Segundo Congresso do POSDR a Fração Bolchevique, tendo por base as formulações que constam no livro “Que Fazer”, de 1902.

Desse momento em diante, Lênin encarnará o programa e as diretrizes que permitirão os bolcheviques dirigirem a Revolução de Outubro de 1917. A grandiosidade de sua

obra o colocará como o mais preciso e inflexível continuador do socialismo científico assentado por Marx e Engels. Eis por que passou a expressar na história da Revolução Russa e na luta mundial do proletariado pelo socialismo o marxismo-leninismo.

Trotsky em seu livro “Lênin” faz esse reconhecimento diante de sua morte: “Não há, nem houve na história dos homens alguém que, como Lênin, influenciasse o destino não somente de um país, mas da humanidade inteira (...)”. “Lênin já não existe, mas temos o leninismo. O que havia de imortal em Lênin – os seus ensinamentos, o seu trabalho, o seu método, o seu exemplo – vivem em nós, neste partido que ele criou, nesse primeiro Estado Operário, à frente do qual se encontrou e dirigiu”.

Fazemos dessas últimas palavras de Trotsky de 22 de janeiro de 1924 como nossas, do Partido Operário Revolucionário (POR), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Memória Eterna ao camarada Lênin!

Atualidade de Lênin diante das atuais guerras e da projeção do militarismo imperialista

As condições atuais da crise capitalista retomaram ao ponto em que as tendências bélicas se sobrepõem à diplomacia e às negociações de acordos comerciais. Trata-se, evidentemente, de uma escalada militar que emerge da decomposição da ordem instituída após a Segunda Guerra, sob a hegemonia dos Estados Unidos e marcada pela “Guerra Fria”. As formulações de Lênin sobre o caráter das guerras na época do imperialismo são o guia seguro para a vanguarda com consciência de classe, que luta pela superação a crise de direção, desenvolver o programa da revolução social.

A guerra comercial dos Estados Unidos com a China, as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza/Líbano, bem como os crescentes conflitos na África, a exemplo do Sudão, Nigéria e Moçambique, vêm impulsionando o militarismo mundial. É sintomático que, em 2023, os gastos bélicos gerais alcançaram US\$ 2,443 trilhões, um aumento de 6,8% em relação ao ano anterior. Houve uma expansão nas cinco regiões geográficas, sendo a mais expressiva na Europa, Ásia/Oceania e Oriente Médio. Os Estados Unidos, China e Rússia tiveram os maiores orçamentos militares. Somente os Estados Unidos responderam por 41% dos gastos militares mundiais. Em relação ao comércio mundial de armas, os 42% detidos pelos Estados Unidos, somados aos 11% do segundo maior exportador de armas, a França, perfazem 53%. A Rússia em guerra aumentou seus gastos em 24% (cerca de US\$ 109 bilhões).

Os gastos militares dos Estados Unidos atingiram US\$ 916 bilhões, correspondendo a 68% do orçamento militar da OTAN, de US\$ 1,341 trilhão (31 membros compõem a OTAN). A China teve o segundo maior gasto militar com US\$ 296 bilhões, um aumento de 6%. Chama a atenção o fato de que os maiores importadores de armas dos Estados Unidos foram a Arábia Saudita (15%), Japão (9,5%) e Catar (8,2%). Evidentemente, a Ucrânia guarda uma grande dependência dos fornecedores de armas norte-americanos. A Índia, grande importadora, joga com os Estados Unidos e a Rússia. Observa-se, em geral, que os países europeus têm aumentado seus orçamentos militares, e, em particular, a Polônia.

Dos 25 maiores produtores de armas e serviços militares, 11 corporações são dos Estados Unidos. Dessa lista, 5 estão à frente dos

demais países. A China ocupa o sexto lugar, seguida do Reino Unido. Três corporações chinesas estão entre os nove primeiros. A Rússia ocupa o décimo quinto lugar. A Itália, décimo segundo e a França, décimo quarto. O volume de negócios das cinco primeiras empresas norte-americanas equivale a US\$ 165,85 bilhões. A China, US\$ 52,1 bilhões. Bastam esses números para se ter a gigantesca vantagem dos Estados Unidos.

Esses dados apresentados pelo Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI) são referentes a 2023, cuja importância está na indicação de que a tendência é de manutenção da escalada militar. A indústria bélica, como mostra Lênin, se apoia na tese de que a potenciação do armamentismo é “uma questão nacional, uma questão de patriotismo”, quando, na realidade, a indústria militar constitui “empresas internacionais”. Os interesses nacionais do imperialismo são impostos não somente pela capacidade econômica como também pelo poderio bélico.

Os chefes da OTAN e governos europeus dizem que estão obrigados a elevarem o orçamento militar e produzirem mais armas para conter o expansionismo da Rússia. Trump exige que eleve a sua contribuição de 2% para 5%. O certo é que o capitalismo europeu em declínio, juntamente com o norte-americano, necessita penetrar e tomar conta das ex-repúblicas soviéticas. Eis por que a Ucrânia tem servido de bucha de canhão para os Estados Unidos e aliados europeus. A invasão da Ucrânia promovida pela Rússia, por sua vez, corresponde a interesses capitalistas que advêm do processo de restauração e da liquidação da

URSS pela burocracia estalinista. Todos têm de elevar o orçamento militar e preparar-se para uma possível conflagração geral, como indica a confrontação dos Estados Unidos com a China.

A política do proletariado é distinta de todas essas variantes armamentistas e militaristas da burguesia. É por meio da luta de classes e do armamento da classe operária e da maioria oprimida que se enfrentará as guerras em curso e a escalada militar. A concepção marxista sobre as guerras na época imperialista é parte constitutiva do programa da revolução social e do internacionalismo proletário.

Abaixo publicamos um artigo de Lênin escrito um pouco mais de um ano antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 28 de julho de 1914.



Armamentismo e capitalismo

Lênin, 16 de maio de 1913

A Inglaterra é um dos países mais ricos, livres e avançados do mundo. A febre armamentista se apoderou faz tempo da “sociedade” e do governo britânicos, exatamente do mesmo modo que se apoderou do governo francês, alemão e outros.

E eis que a imprensa inglesa - particularmente a imprensa trabalhista - publica agora interessantes dados que mostram a hábil “mecânica” capitalista da fabricação de armamentos. O armamento naval da Inglaterra é particularmente grande. Os estaleiros navais da Inglaterra (Vickers, Armstrong, Brown etc.) são mundialmente conhecidos. Inglaterra e por outros países gastam milhares e milhares de rublos em preparativos bélicos. Não é preciso dizer que se faz única e exclusivamente em nome da paz, defesa da cultura, pelo bem da pátria, pela civilização etc.

Mas vemos como acionistas e diretores das empresas de construção naval, das fábricas de pólvora, dinamite, canhões etc. são almirantes e eminentes homens de Estado da Inglaterra de ambos os partidos: o conservador e o liberal. A chuva de ouro cai diretamente nos bolsos dos políticos burgueses, que constituem um reduzido bando internacional que instiga os povos à competição armamentista e que os saqueia, considerados confiantes, tontos, torpes e submissos como quem tosquia as ovelhas!

O armamentismo é considerado como uma questão nacional, como uma questão de patriotismo; se supõe que o segredo é rigorosamente observado por todos. Mas os estaleiros navais, as fábricas de canhões, de dinamite e de fuzis constituem empresas internacionais, nas quais os capitalistas de diferentes países se unem

para enganar e esfolar o “público” dos diferentes países, fabricando navios ou canhões indiferentemente para a Inglaterra contra a Itália, para a Itália contra a Inglaterra.

Hábil organização capitalista! Civilização, lei e ordem, cultura e paz - e saque de centenas de milhões de rublos pelos negociantes e os fraudulentos capitalistas por meio das construções navais, explosivos etc.!

A Inglaterra é membro da Tríplice Entente, inimiga da Tríplice Aliança. A Itália é membro da Tríplice Aliança. A famosa companhia Vickers (Inglaterra) tem uma filial na Itália. Os acionistas e diretores desta companhia (através da imprensa venal e das “figuras” parlamentares venais, conservadores, liberais, tanto faz) excitam a Inglaterra contra a Itália e o contrário. E obtêm seus lucros tanto dos operários da Inglaterra como os da Itália; em ambos os países espoliam o povo.

Ministros conservadores e liberais, e os membros do Parlamen-

to são quase todos acionistas dessas companhias. São carne e unha. O filho do “grande” ministro liberal Gladstone é diretor da empresa Armstrong. O contra-almirante Bacon, conhecido especialista naval e alto funcionário do ministério da Marinha, foi designado para ocupar um cargo em uma fábrica de peças de artilharia em Coventry com um vencimento de 7000 libras esterlinas (mais de 60.000 rublos), quando o primeiro-ministro inglês ganha 5000 libras (cerca de 45.000 rublos).

O mesmo ocorre, está claro, em todos os países capitalistas. Os governos administram os negócios da classe capitalista. E, assim, se pagam bem os administradores. Os próprios administradores são acionistas. E juntos tosquiavam as ovelhas, sob a máscara de discursos sobre o “patriotismo”...

(Extraído das Obras Completas, Lênin, Tomo XIX, Akal Editor)



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Neste número do Jornal Massas, publicamos extratos dos Congressos do POR referentes ao processo de restauração capitalista e destruição da URSS pela contrarrevolução estalinista. Assim, o POR dá continuidade às exposições iniciadas em janeiro de 2024, momento em que havia completado 32 anos do fim da URSS. Ini-

ciamos uma nova etapa da exposição nestes 33 anos. No Massas 730 e 731, publicamos respectivamente as formulações de Lênin e de Guillermo Lora. Agora, dedicamos a exposição ao desenvolvimento das posições do POR desde o seu 1º Congresso de fundação ao XVI Congresso. É necessário ter em

mente que essa documentação foi publicada internamente em julho de 2022.

No próximo número, concluiremos com a explanação do XVII Congresso, que incluirá a Resolução do V Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUII).

Percursos das formulações congressuais do POR sobre o processo de restauração capitalista na ex-URSS e Rússia

1. Considerações

Com esses extratos dos Congressos do POR, concluímos a tarefa de expor todos os aspectos da questão da restauração capitalista e do programa da revolução política. Anteriormente, fizemos o mesmo com praticamente todos os escritos de Trotsky. Em seguida, selecionamos as formulações de Guillermo Lora sobre a Perestroika e a revolução política. Vimos também a necessidade de apresentar a elaboração de Lênin sobre a natureza do Estado soviético.

Sem dúvida, o XIII Congresso do POR, de janeiro de 2016, teve particularidade de ter discutido a questão de se a restauração já havia se estabelecido, a ponto de a revolução política não ser mais aplicável. Julgamos correta a decisão de que se mantinha aplicável a revolução política, uma vez que não tínhamos um estudo amplo, profundo e mais acabado sobre até que ponto havia chegado o processo de privatização, de recomposição de uma “classe possuidora”, de recondução da classe operária à condição de força de

trabalho voltada às relações capitalistas de produção, de supressão do regime soviético, de sua substituição por uma caricatura de democracia burguesa e de subordinação da economia russa à economia mundial.

Pode-se dizer que, passados seis anos do XIII Congresso, seria pouco tempo para que houvesse mudanças mais substanciais. No entanto, somente saberíamos com precisão o ritmo e as condições da restauração se tivéssemos o conhecimento que estamos alcançando hoje, por meio de um estudo mais sistematizado de todos os fatores que envolveram a destruição da URSS e o subsequente processo de restauração capitalista na Federação Russa. Não se pode referir a um ritmo de um processo de forma abstrata. O XIII Congresso, de nossa parte, mereceu maior detalhamento dos extratos, já que pela primeira vez foi colocado em discussão até onde havia chegado a restauração. Tornou-se necessário fazer o estudo sistemático a que ponto chegou a restauração capitalista. Uma vez desencadeada a contrarrevolução que varreu a URSS, o processo geral de restauração inevitavelmente avançaria. Nenhum recuo poderia ser mais poderoso que a tendência geral de restabelecimento do capitalismo.

Depois de oito anos do XIII Congresso, sem dúvida, os acontecimentos não permaneceriam estacionados no estágio da restauração encarnado no governo de Gorbachev, impulsionado no de Ietsin e consolidado no de Putin. É necessário reconhecer que, em 2016, a crise mundial e a guerra comercial colocaram a China no centro dos conflitos, encabeçados pelos Estados Unidos. Colocava-se para nosso Congresso não apenas a restauração na Rússia como também na China. Mas o estudo mais acabado sobre a China

não foi realizado e somente agora está sendo feito. A questão, no entanto, está colocada nos pontos 14 e 15 de sua Resolução Internacional. Apresentamos em forma de extratos.

É importante também verificar que nesse momento ocorria a guerra civil na Ucrânia, entre outros choques no Oriente Médio e Norte da África. Dada a discussão sobre a restauração na Rússia, o Congresso aprovou uma resolução por maioria pela conservação da revolução política como guia na luta contra a restauração. Acreditamos ter selecionado todos os aspectos fundamentais que envolvem a formulação sobre a manutenção da revolução política, de forma que expressasse o conteúdo geral e não apenas a particularidade.

A justificativa que introduz a Resolução do XIII Congresso assenta as formulações em um prognóstico, que já havia sido elaborado por Trotsky. O programa da revolução política não pode ser desvinculado do processo concreto da restauração e da luta de classes. Não pode, assim, prescindir do prognóstico. Eis a formulação precisa: “No fundamental e na linha geral, a crise de meados dos anos 1980 e 1990, que concluiu com a desintegração da União Soviética e abriu uma nova etapa de impulso das forças pró-capitalistas, desgraçadamente, confirmam a posição do trotskismo de que sem a revolução política as conquistas da revolução de Outubro seriam varridas e o proletariado mundial sofreria um retrocesso de proporções desconhecidas. (...) Sem a IV Internacional e sem o avanço da construção dos partidos marxista-leninista-trotskyistas, o proletariado russo e mundial não teve como combater as pressões do imperialismo e as forças sociais internas, empenhadas em recompor as relações capitalistas de produção, reconstituir as classes e reedificar a ditadura de classe da minoria”. E, finalmente, o Congresso teve o cuidado de não fazer da revolução política um dogma. Eis: “Não se deve desconhecer ou relevar o fato de que o esfacelamento da IV Internacional e a ausência de um partido revolucionário na Rússia dificultam enormemente analisar, compreender e avaliar com máximo de correção o estágio de recomposição do capitalismo”.

É reconhecido claramente que estávamos decidindo pela conservação do programa da revolução política como aplicável nas condições em que não tínhamos um conhecimento mais acabado de até onde havia chegado a restauração. Não se pode fazer qualquer referência à decisão do XIII Congresso sem recorrer a esse cuidado, próprio dos marxistas.

No Congresso posterior, o XIV, de janeiro de 1918, a Resolução afirma: “O desmoronamento da URSS indicou o quanto avançado já se encontrava a restauração capitalista. A transição (do capitalismo ao socialismo) foi interrompida sob a direção da burocracia constituída e orientada pelo estalinismo”. Embora se trate de uma constatação geral, deixa transparecer que era necessário observar as mudanças que haviam levado a Rússia à beira da restauração. Hoje, temos mais claro que o estágio adiantado da restauração expressava a vitória definitiva da contrarrevolução. Definitiva quanto ao objetivo do imperialismo de liquidar a URSS como a maior das conquistas estratégicas do proletariado russo e mundial.

No XII Congresso, janeiro de 2014, os delegados aprovaram uma Resolução Internacional e o Programa do POR. Em ambos os documentos, comparecem como fundamental a questão da restauração capitalista. A formulação sobre a interrupção da transição do capitalismo ao socialismo está na base da constatação histórica do significado da liquidação da URSS. Eis: “Reverteram-se as transformações que havia substituído a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista. Interrompeu-se o processo inicial de extinção da exploração do trabalho e da sociedade de classes. E regrediu em grande escala o desenvolvimento da revolução socialista mundial”. E conclui: “O capitalismo da fase monopolista é de transição para o socialismo, que avançará para a sociedade sem classes”.

Já no Programa, destaca-se o prognóstico sobre a restauração capitalista. Eis: “A previsão de Trotsky de que, sem a revolução política e a derrocada da burocracia estalinista, triunfaria a restauração capitalista, se confirmou”. Esse prognóstico está relacionado ao desmoronamento da URSS. Daí a conclusão: “Trata-se de um profundo retrocesso histórico, mas provisório, ainda que possa se estender por muito tempo”. Nos “Fundamentos históricos do programa imperialismo, capitalismo na fase de transição para o socialismo”, se explicita que “a luta de morte contra a restauração por meio da revolução política e em defesa da revolução proletária é parte do combate pela recuperação das forças do proletariado mundial, que começa pelo trabalho político-organizativo no meio dos explorados em cada país e pelas respostas à luta de classes internacional”. Antecedendo essa formulação, comparece o prognóstico e uma confirmação. Eis: “A derrota da Oposição de Esquerda russa impossibilitou concretizar o programa da revolução política”. Repetimos que a revolução política não pode servir ao dogmatismo, que se caracteriza por negar o estudo da realidade em transformação e assumir feições típicas de seita.

Bastariam essas formulações do Programa de 2014, para colocar as divergências no terreno concreto do conhecimento e da explicação sobre se a restauração capitalista triunfou ou ainda está por triunfar na Rússia. Mas, para o mais completo esclarecimento, vamos dar continuidade aos demais Congressos.

Tomemos o I Congresso de 1989. Analisa-se o impulso dado pela Perestroika de Gorbachev à restauração. Afirma: “A eliminação total das conquistas da Revolução Russa, entre elas, o Estado Operário (burocratizado) é o retrocesso mais desejado pelo imperialismo, pois implicará a quebra das tendências revolucionárias internacionais de combate anticapitalista e de luta pela revolução política nos países dominados pela burocracia estalinista”. Nota-se que a colocação da revolução política corresponde a uma situação concreta onde a contrarrevolução apenas dava seus primeiros passos para acabar com a URSS.

No II Congresso, de junho de 1991, o partido prosseguiu a análise do processo de restauração, sob o governo de Gorbachev. Seis meses depois, a URSS foi dissolvida. O prognóstico se mostrou certo e necessário. Eis: “A impossibilidade da revolução política na Rússia, que desbanque a burocracia traidora e desenvolva o internacionalismo proletário, favorece o imperialismo que necessita de campo para suas manobras. (...) No Leste Europeu, as massas se insurgiram contra a burocracia estalinista, porém carecem do partido revolucionário, para que possam se projetar internacionalmente em defesa do socialismo e da estratégia da revolução e ditadura proletárias”. O vínculo entre a crise de direção e a impossibilidade das massas em luta marcharem sob a estratégia da revolução política é determinante para se compreender o curso da inexorável restauração.

As bases programáticas aprovadas no III Congresso, janeiro de 1993, assinalam o essencial do caminho por onde passaria a restauração capitalista. Eis: “A Perestroika e suas variantes têm por estratégia subverter as formas de propriedade criadas pela Revolução de Outubro. O triunfo completo da restauração depende

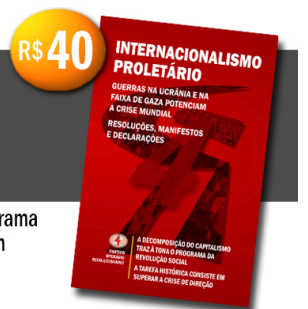
LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



da liquidação da propriedade dos meios de produção estatizada, fator fundamental para estruturar organicamente a burguesia interna, entrelaçada ao imperialismo". Basta essa afirmação para se ter hoje, com maior clareza, que as forças restauracionistas impuseram as relações capitalistas de produção, portanto, o predomínio da propriedade privada dos meios de produção.

Há uma outra passagem de extrema importância, que foi sendo posta de lado em nossas análises da restauração. Vejamos: "A luta da Oposição de Esquerda, dirigida por Trotsky, contra as posições de Stalin, caracterizadas pela negação do internacionalismo marxista, se revelou historicamente correta. A crítica ao princípio do "socialismo em um só país" e da "coexistência pacífica" com o imperialismo, com posições que conduziram à destruição das conquistas da revolução russa e à restauração burguesa, se evidenciou nos fatos: medidas de abolição da propriedade estatal, implantação da economia de mercado, quebra do monopólio do comércio exterior, modificações políticas no Estado para favorecer a restauração, aplicação de medidas neoliberais de quebra de forças produtivas, ataque aberto à vida as massas (desemprego, arrocho salarial) e apoio ao intervencionismo imperialista. As guerras civis provocadas pela desagregação econômica e pela ação restauracionista confirmam que a destruição das conquistas históricas do proletariado se imporá pela violência reacionária dos bandos burocráticos, incentivados pelo imperialismo. O confronto das nacionalidades na Iugoslávia e na Rússia são manifestações da divisão burocrática e das pressões pró-imperialistas". Nota-se a importância decisiva da constatação de que a restauração implicava a abolição da propriedade estatal, a implantação da economia de mercado, a quebra do monopólio do comércio exterior etc. Certamente, teríamos de ter continuado a observação de tais mudanças que levariam à conclusão da restauração capitalista. É nessas condições que devemos observar as mudanças na base material da Rússia que foram essenciais para a revolução política ceder lugar à revolução social. O que não implica nenhuma contradição programática.

O IV Congresso, julho de 1994, tem o mérito da seguinte colocação: "Sem a reação do proletariado e a revolução política, que restabeleça a ditadura do proletariado, a barbárie se imporá como condição de sobrevivência do sistema de exploração do trabalho". A restauração capitalista e a referida barbárie estão interligadas, e é o que vem ocorrendo nesse exato momento da crise mundial marcada pela guerra na Ucrânia.

Do V Congresso, julho de 1997, destacamos duas passagens: "O imperialismo vem conseguindo destruir as conquistas históricas da Revolução Russa, não porque o capitalismo se manifeste como um regime social vigoroso e progressivo, mas porque a direção estalinista do Estado Operário e os partidos comunistas estalinizados no mundo todo impuseram ao proletariado mundial uma política contrarrevolucionária pró-capitalista". "A situação mundial vem sendo marcada pelo acirramento da guerra comercial interimperialista, crescimento do desemprego estrutural, recrudescimento da opressão nacional, avanço da restauração capitalista na ex-União Soviética etc.". Como se vê, nossas formulações insistem no avanço constante da restauração capitalista.

O VI Congresso, janeiro de 2000, retoma a constatação de que a base da restauração se encontra no restabelecimento da propriedade privada dos meios de produção. Eis: "A reintrodução das re-

lações capitalistas de produção dominante implica o ataque brutal à vida das massas e a submissão do país ao domínio imperialista, ou seja, alienação da soberania e abertura da economia para que as multinacionais e os financistas saqueiem". Reconhece como tarefa: "Está colocado para o proletariado da URSS reconstituir o Partido Bolchevique (leninista-trotskista), para destruir a burocracia pró-imperialista e recuperar a propriedade coletiva dos meios de produção, que está sendo destruída pelo avançado processo de restauração capitalista. As conquistas da Revolução de Outubro vêm sendo expropriadas do proletariado, base para a reconstrução da burguesia interna, como parte da burguesia imperialista. A revolução política, nas condições de adiantada restauração, implica derrotar as forças pró-capitalistas, que caminham para completar a reestruturação do capitalismo, reconstituir organicamente a burguesia e edificar a ditadura de classe sobre a maioria oprimida". Observa-se que o objetivo de recuperar a propriedade coletiva dos meios de produção é próprio da revolução social, no entanto, não fizemos a diferenciação com a revolução política que consiste em uma reforma do sistema soviético. Essa indiferenciação refletiu nossas dificuldades de assimilação plena dos fundamentos da revolução política.

O VII Congresso, janeiro de 2003, continua entendendo que a restauração capitalista estava em curso, sem, no entanto, demonstrar até onde havia chegado. Apenas repete formulações anteriores. Eis: "O proletariado mundial tem pela frente a tarefa de recuperar o terreno perdido com a quebra da URSS e a restauração capitalista em curso". Essa assertiva indica que o partido não via a necessidade de conhecer mais a fundo o processo de restauração.

O VIII Congresso, janeiro de 2005, se viu diante do problema de reconstituição da burguesia. Eis: "A desintegração da ex-URSS, a privatização de alguns ramos e a destruição de conquistas sociais, implementadas pela revolução de Outubro de 1917, vêm impulsionando a formação de uma casta de burocratas, que se enriquecem às custas do Estado, e de uma massa de famintos, que vive a tragédia do desemprego, falta de moradia, expansão das doenças, prostituição e toda sorte de desgraça". (...) "O processo de privatização da economia formou máfias a partir da burocracia estalinista instalada no Estado e estabeleceu uma profunda dependência em relação à especulação financeira". Essa constatação, embora colocada de passagem e misturada a outras formulações, poderia ser melhor aproveitada para o reconhecimento da restauração, caso fosse demonstrado o processo de constituição das oligarquias, que só hoje conseguimos evidenciar mais claramente.

O IX Congresso, janeiro de 2007, retoma o reconhecimento da crise de direção. "A putrefação do capitalismo e a ofensiva da burguesia sobre as condições de vida da maioria expõem o profundo retrocesso que sofreu o proletariado com a liquidação da III Internacional por Stalin e a restauração do capitalismo na ex-União Soviética que se processa". Nota-se, como já reconhecemos anteriormente, que nos referimos à restauração que se processa, sem verificar as mudanças.

O X Congresso, janeiro 2009, ao analisar o avanço da restauração, volta à questão de que a revolução política não teve como ser encarnada pelas massas oprimidas. Eis: "O proletariado disperso, com suas novas gerações distantes do partido bolchevique e odiando o derivado PCUS de camarilhas, não teve como transformar a sua revolta e das nacionalidades oprimidas em revolução política antirrestauracionista e internacionalista". A recorrência dessa constatação não é por acaso. Evidencia que sem a revolução política a restauração acabaria liquidando a URSS.

O XI Congresso, janeiro de 2011, acentuou o significado histórico da destruição da URSS. "O retrocesso das conquistas revolucionárias do século passado, cuja expressão maior é a desintegração da União Soviética e o processo de restauração capitalista, compõem objetivamente como fator da crise e da preservação do capitalismo. A crise de direção anunciada no Programa de Transição

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

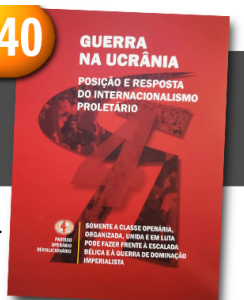
Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



da IV Internacional não deve ser uma bandeira vazia, tantas vezes repetida pelas correntes revisionistas do trotskismo”. Está claro que a restauração não poderia se impor definitivamente sem que a contrarrevolução destruísse a maior das conquistas históricas do proletariado, que foi a construção da URSS.

Conclusão

O XVI Congresso, na Resolução da Situação Internacional, no ponto 13, não fez senão expressar formulações já estabelecidas anteriormente. Nota-se a enorme importância do reconhecimento de que a destruição da URSS interrompeu o processo de transição do capitalismo ao socialismo.

Os prognósticos dos Congressos anteriores indicavam que sem a revolução política a restauração se imporia e a contrarrevolução derrubaria a mais importante conquista mundial da classe operária, que foi a URSS, edificada em dezembro de 1922. Essa obra socialista resistiu por 69 anos.

O imperialismo, como não poderia deixar de ser, fixou como objetivo histórico retroceder e varrer as maiores conquistas da revolução proletária, que se concentraram na edificação da URSS. Está aí a importância particular do ponto 13 da Resolução do XVI Congresso. É visível o vínculo da restauração que levou ao desmoronamento da URSS com o processo de restauração capitalista na China, como indica o ponto 13.

A guerra na Ucrânia foi, de fato, o motivo pelo qual o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) se viu na contingência de discutir a questão de até onde havia chegado a restauração capitalista. Nos marcos do V Congresso do CERQUI, (de setembro de 2022), a minoria que se insurgiu contra o ponto 13 acabou potenciando o fracionismo e o liquidacionismo interno à seção brasileira, que tão somente havia se despojado no XVI Congresso. Os ex-camaradas acabaram por romper com o POR e constituir um novo agrupamento. O que tem caracterizado essa posição é a transformação do programa da revolução política em dogma. O dogmatismo se prende ao XIII Congresso, tendo por base o desprezo aos prognósticos de Trotsky, aos quais os nossos Congressos, reiteradamente, se valeram ao formularem as posições diante do processo de restauração capitalista, expressando o programa da revolução política. A posição ortodoxa, portanto, subjetiva, não admitiu que os prognósticos de Trotsky poderiam, em algum momento, confirmar-se materialmente na derrocada da URSS e na reconstituição das relações capitalistas de produção.

Temos consciência de que não se trata de uma tarefa simples demonstrar, objetivamente, até que ponto o avanço da restauração concluiu na completa vitória da contrarrevolução termidoriana. A única forma, ao nosso dispor, é investigar, de maneira que se tenha um quadro mais completo possível dos fatores e do processo que levou à destruição da URSS e à interrupção da transição do capitalismo ao socialismo.

A Resolução da maioria da direção do CERQUI fez o máximo esforço para cumprir essa tarefa. Na seção brasileira, o Comitê Central dispôs um farto material às células, que vale para todas as seções do CERQUI. Este estudo que agora publicamos externamente fez parte do enorme esforço para clarear o caminho da divergência e evitar que o dogmatismo progredisse em seu liquidacionismo.

2. Formulações do POR sobre a restauração capitalista

I. Congresso – 1 e 2 de julho de 1989

“Nestas circunstâncias de desmoronamento do sistema, a dis-

puta do capital monopolista, por alargar as fronteiras, se torna mais feroz. A movimentação da burguesia em torno à ‘Perestroika’ de Gorbachev vem nesse sentido. O imperialismo exige concessões mais profundas da burocracia estalinista, para manter a política pró-imperialista de ‘convivência pacífica’. Ele visa a ampliar os limites do capital sufocado. O regime de propriedade dos Estados socialistas, existente em uma parcela significativa do mundo, se choca com o estreitamento do mercado mundial.

Um passo exigido ao Kremlin diz respeito à abertura para a penetração do capital e restabelecimento parcial da grande propriedade capitalista, tanto na indústria quanto na agricultura. Essa ofensiva tem como estratégia incorporar, numa fase inicial, os países socialistas mais propensos à integração na esfera capitalista. A eliminação total das conquistas da Revolução Russa, entre elas o Estado Operário (burocratizado), é o retrocesso mais desejado pelo imperialismo, pois implicará a quebra das tendências revolucionárias internacionais de combate anticapitalista e de luta pela revolução política nos países dominados pela burocracia estalinista.

A crise do capitalismo vem sendo imposta e assimilada já há algum tempo pelas economias socializadas através da política reacionária da burocracia, desta forma, a expansão por toda a parte das forças centrífugas da crise imperialista traz à tona a incompatibilidade do desenvolvimento das forças produtivas com a ordem burguesa e expõe a necessidade de ampliar as relações de opressão nacional”. (...) (pág.24)

“A necessidade da revolução socialista internacional emerge da situação de afundamento contínuo do capitalismo imperialista e de aumento das atividades das massas. A estratégia do internacionalismo revolucionário tem raízes nessas contradições. É a única que pode organizar o movimento das massas para derrubar a burguesia do poder, e também realizar as transformações políticas nos países socialistas, opostas à burocracia e ao restabelecimento do capitalismo”. (pág.27)

II. Congresso – 1 e 2 de junho de 1991

“O período de aparente pacifismo e integração entre as poucas nações opressoras que dominam a economia mundial cedeu lugar a uma guerra comercial aberta. Se não podemos prever com exatidão o ritmo de seu desenvolvimento, sua escalada certamente será ascendente. Numa situação de aumento selvagem da competitividade internacional, impulsionado pela extraordinária capacidade produtiva dos monopólios, cresce o protecionismo. As forças produtivas internacionalizadas, sob o controle do imperialismo e sob a forma de opressão nacional das semicolônias, esbarram nas fronteiras nacionais das metrópoles imperialistas e forçam passagem sobre as dos países semicoloniais e do Leste Europeu” (...) (pág. 51)

“Faz parte desse quadro a abertura pró-capitalista da Perestroika russa. Nos últimos anos, foi dado, nesse sentido, um importante passo em países como Polônia, Hungria, Checoslováquia etc., e, particularmente, na Alemanha Oriental, com a sua anexação à Ocidental. O imperialismo obteve importantes vitórias com a sujeição da burocracia estalinista, no sentido de avançar o processo de recomposição do capitalismo, embora não se trate ainda de algo definitivo. (pág. 52)

Em termos da crise capitalista mundial, a capitulação da burocracia russa e seus congêneres é fundamental para um respiro transitório do grande capital. O sacrifício dos meios de produção estatizados e a perda da soberania nacional, mesmo que há muito abalada pela decomposição estalinista do Estado Operário, bem como a abertura de novos mercados e a sujeição das massas à exploração burguesa, são fundamentais para descarregar o choque interimperialista, o que depende da derrota do proletariado. A impossibilidade da revolução política na Rússia, que desbanque a burocracia traidora e desenvolva o internacionalismo proletário,

favorece o imperialismo que necessita de campo para suas manobras. Tudo indica que a fusão das Alemanhas dará novo alento à disputa imperialista pelo controle do Leste Europeu, bem como dos mercados mundiais, começando pela Europa, na qual os alemães despontam como carro-chefe e trabalham por se impor como gendarme. As tentativas de aprofundar a submissão da Rússia e Leste Europeu darão lugar à ampliação da luta do proletariado em defesa de suas conquistas. Por outro lado, a recessão, a inflação, o desemprego e a destruição das conquistas de vida das massas despertarão a luta de classes nas metrópoles". (...) (pág. 53)

"No Leste Europeu, as massas se insurgiram contra a burocracia estalinista, porém carecem do partido revolucionário, para que possam se projetar internacionalmente em defesa do socialismo e da estratégia da revolução e ditadura proletárias". (pág. 54)

III. Congresso – 9 e 10 de janeiro de 1993

Programa

I. A crise do imperialismo e o internacionalismo proletário

"5. O esgotamento das possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas na União Soviética e no Leste Europeu, sob a direção da ditadura estalinista e sob o esmagador domínio mundial da economia capitalista em crise, rompeu o equilíbrio burocrático anterior e impulsionou o processo de restauração.

O retorno das greves, manifestações e revolta das massas evidenciaram a presença do choque do proletariado com a opressão social exercida pela ditadura burocrática. A ausência do Partido Revolucionário impossibilitou o desenvolvimento independente da classe operária para realizar a revolução política, ou seja, destruir o poder da casta parasitária e restabelecer a ditadura do proletariado. A necessidade da IV Internacional se revelou plenamente.

As frações burocráticas do aparelho estatal se projetaram pela restauração das relações capitalistas de produção e distribuição. A Perestroika serviu para unificá-las em um curso de reformas pró-capitalistas, travestidas de 'socialismo democrático'. O estalinismo chegou a seu último estágio de evolução com a proposição da instalação da economia de mercado e implantação da democracia formal burguesa. O termidor triunfante da década de 1920 chega a nossos dias como a casta pró-capitalista profundamente desagregada e submetida às decisões do imperialismo.

A anexação da Alemanha Oriental e o amplo ataque às condições de vida das massas expressaram o curso contrarrevolucionário trilhado pela falida casta, guiada pelas pressões do grande capital internacional. A burocracia servil facilita a concretização do objetivo burguês de retroceder a Rússia à condição de país oprimido semicolonial e o proletariado à de escravo de meia dúzia de industriais e financistas.

A Perestroika e suas variantes têm por estratégia subverter as formas de propriedade criadas pela Revolução de Outubro. O triunfo completo da restauração depende da liquidação da propriedade dos meios de produção estatizada, fator fundamental para estruturar organicamente a burguesia interna, entrelaçada ao imperialismo. A fragmentação do Estado Operário degenerado, ou seja, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, expressou a bancarrota da estrutura burocrática de opressão nacional e as tendências restauracionistas.

As nacionalidades que daí resultaram conservam suas burocracias, que, de conjunto, refletindo interesses particulares, trabalham a favor da destruição da propriedade estatal. O caminho para a sua realização está aberto, dependendo do proletariado reconstruir o partido bolchevique da IV Internacional e se contrapor com o programa da revolução política. A tarefa de retorno do proletariado

ao poder é parte da luta contra o capitalismo mundial em franco declínio.

A luta da Oposição de Esquerda, dirigida por Trotsky, contra as posições de Stalin, caracterizadas pela negação do internacionalismo marxista, se revelou historicamente correta. A crítica ao princípio do "socialismo em um só país" e de "coexistência pacífica" com o imperialismo, expressando posições que conduziram à destruição das conquistas da Revolução Russa e à restauração burguesa, se evidenciou nos fatos: medidas de abolição da propriedade estatal, implantação da economia de mercado, quebra do monopólio do comércio exterior, modificações políticas no Estado para favorecer a restauração, aplicação de medidas neoliberais de quebra de forças produtivas, ataque aberto à vida as massas (desemprego, arrocho salarial) e apoio ao intervencionismo imperialista. As guerras civis provocadas pela desagregação econômica e pela ação restauracionista confirmam que a destruição das conquistas históricas do proletariado se imporá pela violência reacionária dos bandos burocráticos, incentivados pelo imperialismo. O confronto das nacionalidades na Iugoslávia e na Rússia são manifestações da divisão burocrática e das pressões pró-imperialistas.

Sem que o proletariado transforme a guerra civil em meio de reconstituição da ditadura revolucionária proletária, para derrotar as forças pró-capitalistas e para edificar o Estado Operário, o caminho da barbárie se solidificará. A guerra civil na Iugoslávia e a que se desenvolve em algumas regiões da Rússia não são expressões do comunismo, como divulga o imperialismo, mas sim da restauração burguesa. Este caminho da contrarrevolução foi claramente previsto pela IV Internacional.

Embora a burocracia capituladora tenha feito o impossível para implantar definitivamente as relações capitalistas de produção como forma hegemônica e restabelecer o Estado capitalista, ainda não conseguiu alcançá-las plenamente, por se tratar de um retrocesso histórico de reconstrução da burguesia. Fundamentalmente, na Rússia se concentra o problema. A caracterização dos revisionistas do trotskismo de que o Estado Operário degenerado já é capitalista falseia o problema em andamento. Conduz à negação de que ainda se coloca a defesa da revolução política. cuja essência está na destruição do poder da burocracia estalinista e das forças pró-imperialistas que se fortalecem nos últimos tempos e de retomada da democracia operária, baseada no internacionalismo revolucionário". (pág. 90 e 91)

IV. Congresso- 9 e 10 de julho de 1994

"A crise mundial arrasta nações inteiras para o precipício, sendo as massas dos países atrasados sacrificadas em nível de barbárie: fome e destruição física de milhões". (...) (pág. 139)

"A restauração burguesa no Leste Europeu, Rússia, China etc. é uma válvula de escape para o capital financeiro. É parte da estratégia imperialista para enfrentar o impasse da economia mundial. A destruição das conquistas revolucionárias do proletariado nesses países não leva ao desenvolvimento das forças produtivas internas e à melhoria de vida das massas. Ao contrário, a penetração imperialista e a reconstrução da burguesia tornam a ex-URSS em semicolonía, em bolsão de miséria, e impõem o atraso. Sem a reação do proletariado e a revolução política, que restabeleça a ditadura do proletariado, a barbárie se imporá como condição de sobrevivência do sistema de exploração do trabalho". (pág.139)

V. Congresso – 12 e 13 de julho de 1997

"A outra face da situação é que a solução de tal contradição se encontra na revolução proletária. A era de guerra e revoluções permanece, contradizendo a caracterização burguesa imperialista de que o capitalismo triunfou definitivamente com a derrocada

da União Soviética. Esse triunfo se dá em meio à desintegração mundial do capitalismo, e não em meio à sua ascensão. O imperialismo vem conseguindo destruir as conquistas históricas da Revolução Russa, não porque o capitalismo se manifeste como um regime social vigoroso e progressivo, mas porque a direção estalinista do Estado Operário e os partidos comunistas estalinizados no mundo todo impuseram ao proletariado mundial uma política contrarrevolucionária pró-capitalista. O abandono do programa internacionalista pela fração estalinista do partido comunista e seu triunfo contra a Oposição de Esquerda trotskista abriram caminho para a restauração capitalista. Tal retrocesso não modifica a crise histórica do capitalismo, nem suprime a necessidade das relações proletárias para colocar a economia a serviço da humanidade". (...) (pág.188)

"Os países da ex-URSS e do Leste Europeu foram arrastados pela crise capitalista e pela bancarrota da burocracia estalinista e de sua política colaboracionista do socialismo em um só país. O endividamento externo, a abertura do mercado ao imperialismo, a privatização massiva e a destruição das conquistas da revolução russa aceleraram, nos últimos dez anos, a restauração capitalista. O estalinismo se dividiu em várias frações, todas restauracionistas. Trabalham, com a colaboração imperialista, para reconstruir a burguesia e submeter os países à opressão imperialista. Em muitos casos, transformaram-se em marionetes das frações imperialistas ao conduzirem guerras de nacionalidades e étnicas. Em outros, transformaram-se em verdadeiras máfias. A destruição em massa das forças produtivas na Rússia e a penetração imperialista agravaram as condições de vida das massas, que reagem instintivamente por não possuírem direção revolucionária (partido marxista-leninista-trotskyista). Mas os gigantes retrocessos no berço da revolução proletária são inflexões da história. São as dores do parto de uma nova sociedade, a socialista". (...) (pág.193)

"A situação mundial vem sendo marcada pelo acirramento da guerra comercial interimperialista, crescimento do desemprego estrutural, recrudescimento da opressão nacional, avanço da restauração capitalista na ex-União Soviética etc." (...) (pág. 194)

"A desintegração da ex-União Soviética é consequência da política contrarrevolucionária e restauracionista estalinista e da crise mundial capitalista, resultando na vitória do imperialismo. O retrocesso nas conquistas anticapitalistas da Revolução Russa, bem como de outras latitudes, auxilia o prolongamento do sistema de exploração do trabalho bárbaro e decadente, mas, em hipótese alguma, significa o triunfo de uma nova ordem capitalista, mais sólida e mais avançada. A burguesia internacional se aproveitou de uma situação favorável e de superioridade mundial para afofar economicamente a ex-URSS, sem, contudo, poder superar suas próprias contradições e as tendências desintegradoras de sua economia.

Dessa forma, com o auxílio dos restos da burocracia estalinista, transporta toda a sua degenerescência para o interior dos países em processo de restauração. O sucateamento industrial, a livre especulação, as máfias, o rápido enriquecimento de uma minoria privilegiada, o desemprego em massa, a volta do analfabetismo, a

desproteção dos trabalhadores idosos etc. são marcas de tal degradação". (pág.195)

VI. Congresso – 8 e 9 de janeiro de 2000

"16. O processo de restauração capitalista na ex-União Soviética (em todos os países em que houve expropriação da propriedade privada dos meios de produção) provou que implica retrocesso das forças produtivas e manifestação da crise social crônica, que caracteriza o capitalismo na época do imperialismo. A reintrodução das relações capitalistas de produção dominante implica o ataque brutal à vida das massas e a submissão do país ao domínio imperialista, ou seja, alienação da soberania e abertura da economia para que as multinacionais e os financistas saqueiem". (pág. 229)

"17. A restauração na ex-União Soviética se dá sobre a base da ruptura entre as nacionalidades e das guerras separatistas. Se a manutenção da opressão nacional pelo estalinismo foi um fator decisivo para se chegar à situação separatista, a desintegração da ex-União Soviética pela via do separatismo golpeia as forças produtivas e abre caminho para o domínio imperialista. Somente a revolução política poderá assegurar a autodeterminação, fim da opressão nacional e restabelecer a unidade revolucionária anti-imperialista e socialista".

"18. Está colocado para o proletariado da URSS reconstituir o Partido Bolchevique (leninista-trotskyista) para destruir a burocracia pró-imperialista e recuperar a propriedade coletiva dos meios de produção, que está sendo destruída pelo avançado processo de restauração capitalista. As conquistas da Revolução de Outubro vêm sendo expropriadas do proletariado, base para a reconstrução da burguesia interna, como parte da burguesia imperialista. A revolução política, nas condições de adiantada restauração, implica derrotar as forças pró-capitalistas, que caminham para completar a reestruturação do capitalismo, reconstituir organicamente a burguesia e edificar a ditadura de classe sobre a maioria oprimida". (pág. 230)

VII. Congresso – 11 e 12 de janeiro de 2003

"1. Os Estados Unidos estão prontos para atacar o Iraque, como parte da ofensiva bélica mundial. O aumento do intervencionismo militar norte-americano, em várias partes do mundo, na última década, se destaca na conjuntura mundial. O imperialismo ianque aproveitou a desintegração da URSS e o amplo processo de restauração capitalista nos países que viveram a revolução social para ampliar seu domínio econômico e militar. A ofensiva bélica é uma das expressões da crise de superprodução. As demais potências compõem subordinadas aos imperativos dos Estados Unidos. Procuram evitar conflitos e ceder ao expansionismo norte-americano". (...) (pág.258)

"13. O proletariado mundial tem pela frente a tarefa de recuperar o terreno perdido com a quebra da URSS e a restauração capi-

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

alista em curso. Trata-se de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. A socialdemocracia e o estalinismo arrancaram da vanguarda mundial as conquistas do marxismo. E bloquearam a transformação do instinto revolucionário das massas em movimento socialista. O estalinismo concluiu como serviçal do objetivo estratégico de destruição das conquistas revolucionárias. É sobre essa base que o imperialismo atua com liberdade e prepotência. A presença do Partido Revolucionário, trabalhando incessantemente com o método da luta de classes, é a condição para o proletariado responder aos grandes problemas que se apresentam". (...) (pág. 260)

"Os retrocessos nas revoluções proletárias das últimas décadas, por meio da restauração capitalista, não modificam esse caráter da fase imperialista. Demonstram que, se o proletariado não avança na revolução mundial, acaba por ceder conjunturalmente em conquistas históricas. O retrocesso da Revolução Russa, sob a condução do Estado Operário pela burocracia estalinista, retarda a derrota da burguesia mundial, prolongando a agonia do capitalismo apodrecido. Se a restauração burguesa derruba os avanços da revolução socialista e dificulta ao proletariado a tarefa de eliminar a barbárie, não o impossibilita de retomar a via das transformações. As experiências acumuladas pelas revoluções são um patrimônio que o proletariado recorrerá para enfrentar as ofensivas imperialistas que serão tão devastadoras à humanidade como foram as duas grandes guerras mundiais". (pág.268)

VIII. Congresso – 8 e 9 de janeiro de 2005

"A crise capitalista condiciona a restauração do capitalismo no Leste Europeu, China e Cuba. A desintegração da ex-URSS, a privatização de alguns ramos e a destruição de conquistas sociais, implementadas pela Revolução de Outubro de 1917, vêm impulsionando a formação de uma casta de burocratas, que se enriquecem às custas do Estado, e de uma massa de famintos, que vive a tragédia do desemprego, falta de moradia, expansão das doenças, prostituição e toda sorte de desgraça. O Estado russo intensifica a opressão sobre as nacionalidades, a exemplo da guerra com a Chechênia. O governo de Vladimir Putin apoiou a política de Bush contra o terrorismo (setembro de 2001), aceitou a redução de seu arsenal de mísseis a mando dos Estados Unidos (maio de 2002), juntou-se à Alemanha e França (início de 2003) formalmente contra a invasão do Iraque e, pouco antes, o governo anterior havia concordado com a 'ajuda' do FMI como forma de conter a crise.

O processo de privatização da economia formou máfias a partir da burocracia estalinista instalada no Estado e estabeleceu uma profunda dependência em relação à especulação financeira. As etnias, sufocadas pela opressão nacional, rebelaram-se contra a centralização de Moscou, não em defesa do comunismo, mas da restauração capitalista, que favorece a camada social aburguesada. A divisão da Ucrânia, nas eleições de dezembro de 2004, reflete os choques das tendências restauracionistas. O imperialismo norte-americano e europeu procura fortalecer a fração que se dispõe a se subordinar ao grande capital. O governo russo, que administra o processo restauracionista, vê ameaçados os interesses da Rússia com a subordinação da Ucrânia às potências europeias e aos Estados Unidos. As massas, sem o partido bolchevique, são arrastadas por trás das frações restauracionistas". (...) (págs. 287-2888)

"A restauração expressa a política pró-capitalista do estalinismo de 'socialismo em um só país', de 'coexistência pacífica' com o imperialismo e de negação do internacionalismo proletário. Evidencia também o acerto da Oposição de Esquerda trotskista contra a linha restauracionista. Portanto, o que morreu não foi o comunismo, mas sim a política dos partidos comunistas estalinizados. A defesa das conquistas da Revolução Russa e de outros países contra o restauracionismo é uma tarefa internacionalista que se combina com a luta pela organização mundial do proletariado pela derrocada geral do capitalismo. Para isso, as lições das revoluções

proletárias devem ser assimiladas pelos partidos e organizações que se reivindicam da classe operária, como classe revolucionária pelo lugar que ocupa no processo de produção e transformação social". (pág. 288)

IX. Congresso – 13 e 14 de janeiro de 2007

"7. A resistência à ofensiva econômica e militar das potências depende do movimento de massa e da direção da classe operária. A putrefação do capitalismo e a ofensiva da burguesia sobre as condições de vida da maioria expõem o profundo retrocesso que sofreu o proletariado com a liquidação da III Internacional por Stalin e a restauração do capitalismo na ex-União Soviética que se processa.

Vemos o quanto a reação burguesa avançou no Leste Europeu e avança contra as conquistas históricas dos explorados da China e em Cuba. O que resta dos partidos comunistas segue este ou aquele partido da burguesia. Integram-se inteiramente na democracia burguesa. Acham-se corrompidos. Confirmaram o papel contrarrevolucionário do estalinismo". (pág. 334)

X. Congresso – 10 e 11 de janeiro de 2009

"13. A restauração capitalista deu fôlego à economia mundial que, a partir de 1970 entrou em crise. Em fins de 1980, as contradições entre a propriedade dos meios de produção estatizada e a propriedade privada monopolista desintegraram a burocracia estalinista na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Sob pressão do capitalismo em crise e da ofensiva imperialista em retroceder as conquistas históricas do proletariado e demais explorados, a fração burocrática, profundamente corrompida e comprometida com a propriedade privada, passou a fazer o desmonte restauracionista. Esgotaram-se as possibilidades de sustentar a expropriação da burguesia pela Revolução de 1917 nos limites do 'socialismo em um só país', posto em prática por Stalin. O proletariado disperso, com suas novas gerações distantes do partido bolchevique e odiando o derivado PCUS de camarilhas, não teve como transformar a sua revolta e das nacionalidades oprimidas em revolução política antirrestauracionista e internacionalista". (...) (pág. 350)

XI. Congresso – 8 a 9 de janeiro de 2011

"A região do Cáucaso se tornou uma área de disputa entre países e etnias separatistas, surgidas com a desintegração da União Soviética e o processo de restauração capitalista. Por trás das forças centrífugas pró-capitalistas, esteve o imperialismo. Na atual etapa da avançada recuperação da propriedade privada dos meios de produção e reconstituição de repúblicas burguesas, os Estados Unidos e seus aliados da OTAN penetraram no Cáucaso e estabeleceram fortificações militares, numa clara confrontação com a Rússia. A tentativa da Geórgia de ocupar a Ossétia do Sul, reivindicando-a como sua província, e a resposta russa com tanques de guerra trouxeram à luz do dia a presença dos Estados Unidos, que atuam no sentido de enfraquecer a influência da Rússia no Cáucaso. A Geórgia tornou-se estratégica para o imperialismo norte-americano, haja vista a implantação de uma base militar que capacita os Estados Unidos a atuar militarmente na região, incluindo o Irã. O anúncio de um plano de rearmamento, no valor de 700 bilhões de dólares, pela Rússia, corresponde à restauração capitalista e as tendências bélicas da crise. (...)

"O projeto mais audacioso é o de unificar o Atlântico Norte com o Atlântico Sul como uma só área de controle da OTAN. A busca da "atlantização" corresponde à tese norte-americana de que a soberania de um país se relativizou em grande medida pela "globalização". O imperialismo ianque não só atua com forças

próprias em qualquer parte do mundo como conta com aliança militar materializada pela OTAN. O avanço dessa força imperialista além do Atlântico Norte ocorre como parte do processo de desmonte da União Soviética e do Leste Europeu, que pôs fim ao Pacto de Varsóvia. A estratégia do imperialismo norte-americano é tornar essa força auxiliar em instrumento de intervenção sem limites geopolíticos” (p. 312)

“O retrocesso das conquistas revolucionárias do século passado, cuja expressão maior é a desintegração da União Soviética e o processo de restauração capitalista, compõem objetivamente como fator da crise e da preservação do capitalismo. A crise de direção anunciada no Programa de Transição da IV Internacional não deve ser uma bandeira vazia, tantas vezes repetida pelas correntes revisionistas do trotskismo”. (pág. 320)

XII. Congresso – 11 e 12 de janeiro de 2014

“37. A tese de que o capitalismo havia entrado em um novo tipo de desenvolvimento e de equilíbrio com o triunfo da restauração na ex-União Soviética, Leste Europeu e China se mostrou o contrário. O imperialismo arrasta a economia mundial para a via da destruição de forças produtivas. Os monopólios agem vorazmente contra as velhas conquistas operárias e populares. Atuam por cima dos Estados nacionais para impor suas diretrizes correspondentes à situação de agravamento da crise estrutural. Potenciam a militarização das relações mundiais. Promovem os conflitos bélicos em várias partes do mundo. Tornam-se mais destrutivos com o intervencionismo militar.

38. A interrupção na marcha das transformações sociais iniciada pela Revolução Russa e o bloqueio das novas revoluções proletárias dificultam imensamente o proletariado de atuar como força internacional contrária às tendências desintegradoras do capitalismo e o avanço da barbárie. A burguesia imperialista, auxiliada pela burocracia estalinista e suas variantes, conseguiu reatar os elos rompidos na cadeia mundial do capitalismo. Reverteram-se as transformações que haviam substituído a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista. Interrompeu-se o processo inicial de extinção da exploração do trabalho e da sociedade de classes. E regrediu em grande escala o desenvolvimento da revolução socialista mundial.

39. Os países que enfrentaram as duas grandes guerras com a revolução proletária e que percorreram a via de solução da pobreza, do desemprego, das deformações sociais e das opressões (de classe e nacional), em pouco tempo de restauração, viram renascer a barbárie. A luta de classes tem sido sufocada por ferrenhas ditaduras, encarnadas pelas burocracias pró-capitalistas. Os extraordinários saltos na consciência socialista do proletariado, sob a direção do bolchevismo, foram soterrados pela contrarrevolução.

40. o retrocesso político-organizativo da classe operária, sem dúvida, continua a favorecer a restauração e a burguesia imperialista. Mas é questão de tempo para o proletariado voltar à luta, passar à recuperação do terreno perdido e retomar as conquistas revolucionárias. O capitalismo se desintegra, obriga o destacamento mais avançado da classe operária a retomar as tradições marxistas e a impulsionar uma nova etapa da luta de classes. Etapa essa distinta do período aberto com a desintegração da União Soviética, desmoroamento do Leste Europeu e abertura pró-capitalista da China. (p. 292-293)

49. (...) A desintegração da União Soviética, da Federação Socialista da Iugoslávia, a reunificação alemã, a conquista da China para a economia de mercado, enfim, a restauração burguesa, deram fôlego ao capitalismo mundial por um tempo. No entanto, não serviram para conter as tendências centrífugas ditadas pelo esgotamento da partilha mundial e pela emergência da crise estrutural que se manifesta como forma de existência do capitalismo da fase imperialista”.

(...)

52. O capitalismo da fase monopolista é de transição para o socialismo, que avançará para a sociedade sem classes. (...) (pág. 295)

Programa do POR - aprovado no XII Congresso em janeiro de 2014

Fundamentos do programa

28. A Revolução Russa abriu caminho para o desenvolvimento da revolução em outros países e assentou as bases do programa marxista para a revolução mundial. (...) O proletariado se mostrou capaz, por meio de seu partido, de constituir a democracia soviética. Por meio da qual, a sua ditadura de classe iniciou o processo de transição do capitalismo para o socialismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. As inúmeras revoluções que a sucederam confirmaram que o capitalismo monopolista é de transição para o socialismo.

29. A previsão de Trotsky de que, sem a revolução política e a derrocada da burocracia estalinista triunfaria a restauração capitalista, se confirmou. Os bolcheviques previam a possibilidade de se interromper a transição, caso o proletariado não impusesse derrotas à burguesia, principalmente em países de capitalismo avançado da Europa. O socialismo não poderia se consolidar e se desenvolver isoladamente na União Soviética. (...) O estalinismo emergiu como fração revisionista do internacionalismo proletário no seio do Partido Comunista Russo e no do Estado Operário. A sua vitória contra o trotskismo resultou na aplicação da tese da possibilidade da construção do “socialismo em um só país”. As mudanças no equilíbrio de forças mundiais com a hegemonia dos Estados Unidos após a 2ª Guerra, com o assentamento da nova partilha do mundo e a completa sujeição da Europa às diretrizes norte-americanas permitiram isolar as revoluções socialistas, alimentar as divisões interburocráticas, interromper a ascensão da União Soviética e bloquear seu desenvolvimento industrial. O imperialismo venceu a “guerra fria”, impondo o curso da restauração aos governos impregnados do nacionalismo socialista e degenerados em ditaduras burocráticas. Trata-se de um profundo retrocesso histórico, mas provisório, ainda que possa se estender por muito tempo. (Programa, pág. 17)

I. Fundamentos históricos do programa

Imperialismo, capitalismo na fase de transição para o socialismo

7. A desintegração da União Soviética por obra da burocracia restauracionista, sem que o imperialismo precisasse se valer da guerra, foi fundamental para o capitalismo se fortalecer e impor um retrocesso de proporções históricas aos avanços do movimento socialista.

8. A derrota da Oposição de Esquerda russa impossibilitou concretizar o programa da revolução política. A derrubada da burocracia terdioriana se colocou como condição para enfrentar os obstáculos internos à transição da União Soviética para o socialismo, para responder ao isolamento e para combater a ofensiva imperialista. Sem o restabelecimento da democracia operária e sem a recuperação do partido bolchevique, a burocracia se consolidou como canal de pressões burguesas e pequeno-burguesas e como instrumento da restauração. (...) A crise de direção revolucionária chegou ao seu mais alto ponto. O estalinismo – com suas variantes do socialismo nacional, titoísmo, maoísmo, castrismo – se compõe em frações ligadas ao capital imperialista. As massas que ganharam as ruas, mas que não estavam sob a direção marxista,

serviram às pressões imperialistas de reformas pró-capitalistas. A IV Internacional não teve como superar as limitações históricas, não se transformou no Partido Mundial da Revolução Socialista e foi pulverizada. A luta de morte contra a restauração por meio da revolução política e em defesa da revolução proletária é parte do combate pela recuperação das forças do proletariado mundial, que começa pelo trabalho político-organizativo no seio dos explorados em cada país e pelas respostas à luta de classes internacional. (pág.47-48)

XIII. Congresso – 16 e 17 de janeiro de 2016

“14. A restauração (na China), sob a forma de penetração das multinacionais, de brutal exploração da vasta força de trabalho, de ativação das potencialidades do mercado interno e de constituição de uma plataforma de exportação, estabeleceu poderosos vínculos de conflituosa interdependência da China com os Estados Unidos. Esse movimento, que deve ser considerado no conjunto da restauração capitalista, principalmente a da Rússia, serviu de respiro às forças produtivas mundiais em choque com as relações de produção monopolistas e com o parasitismo financeiro (...)

15. O imperialismo necessita que a China e a Rússia se transformem em semicolônias. Esse passo já foi dado em todo o Leste Europeu. Não podem restabelecer as bases do capitalismo destruídas pelas revoluções proletárias sem perder a independência estatal e a autonomia governamental para dirigir a economia. A Rússia sofreu uma grande regressão incorporando-se ao capitalismo como exportadora de commodities. O isolamento ditado pelas potências sufoca suas capacidades industriais. As suas potencialidades devem ser entregues ao capital financeiro internacional. A China foi lançada à economia de mercado, tornando-se grande importadora de matérias-primas e exportadora de manufaturas. Permitiu, assim, a abertura de caminhos para a valorização do capital imperialista, atenuando por um tempo a tendência de queda da taxa de lucro e pressionando os trabalhadores do ocidente com o desemprego e o rebaixamento dos salários. A manifestação da crise em suas fronteiras é parte da desintegração geral do capitalismo. (pág. 265)

17. A eclosão da guerra civil na Ucrânia, o agravamento da guerra civil na Síria, a guerra imperialista contra o Estado Islâmico em várias regiões do Oriente Médio e Norte da África, os levantes armados em países da África, a permanência do Estado beligerante no Afeganistão e no Iraque e o avanço colonialista de Israel sobre a Palestina constituem um quadro de fortalecimento das tendências bélicas, que vêm se potenciando desde os anos 1960. Nesse sentido, os Estados Unidos e a OTAN montam um cerco à Rússia e à China, que, por seu lado, ampliam a capacidade militar. O Japão começou a se rearmar, sob a justificativa de que a China é uma ameaça à Ásia. Se as potências não chegaram ao ponto de se ameaçarem e se continuam em geral unidas sob a hegemonia dos Estados Unidos, essa situação se deve a que estão ainda sob os interesses e a estratégia comum de levar adiante a restauração capitalista, a saquear as semicolônias e sufocar os levantes nacionais. (pág. 266)

Resolução aprovada no XIII Congresso sobre a restauração capitalista na Rússia

Justificativa

“Não se trata de criar novas explicações para o fenômeno da degeneração da ditadura do proletariado sob a condição do estalinismo na União Soviética e para o longo processo de restauração capitalista. Partimos do acerto geral das formulações da Oposição de Esquerda e da IV Internacional, lideradas por Leon Trotsky. Evidentemente, também não é o caso de avaliar erros de prognós-

tico. No fundamental e na linha geral, a crise de meados dos anos 1980 e 1990, que concluiu com a desintegração da União Soviética e abriu uma nova etapa de impulso das forças pró-capitalistas, desgraçadamente confirmam a posição do trotskismo de que sem a revolução política as conquistas da Revolução de Outubro seriam varridas e o proletariado mundial sofreria um retrocesso de proporções desconhecidas.

(...) Sem a IV Internacional e sem o avanço na construção dos partidos marxista-leninista-trotskistas, o proletariado russo e mundial não teve como combater as pressões do imperialismo e as forças sociais internas, empenhadas em recompor as relações capitalistas de produção, reconstituir as classes e reedificar a ditadura de classe da minoria.

É nessa situação adversa que os trotskistas têm de aplicar o programa da IV Internacional, expor a teoria elaborada sobre a burocratização do Estado Operário à luz dos novos acontecimentos, defender as conquistas da Revolução Russa e trabalhar com a política do internacionalismo marxista no seio do proletariado em cada país. É por essa via que caminhamos na contracorrente do poderoso movimento restauracionista e combatemos a burguesia mundial.

Não se deve desconhecer ou relevar o fato de que o esfacelamento da IV Internacional e a ausência de um partido revolucionário na Rússia dificultam enormemente analisar, compreender e avaliar com o máximo de correção o estágio de recomposição do capitalismo. Observamos que o programa da revolução política, que é parte do Programa de Transição da IV Internacional, tem sido um guia seguro para a intervenção do POR diante dos novos acontecimentos da luta de classes mundial e nacional, que se trava repúblicas soviéticas.

Em sua essência, a Resolução sobre o processo de restauração na Rússia objetiva demonstrar a vigência do Programa de Transição e das formulações fundamentais da IV Internacional. Vigência que exige dos marxistas atenção às manifestações concretas da luta de classes mundial. É delas que surgirão novos problemas e novas exigências teórico-programáticas.

O POR boliviano e o Comitê de Enlace se viram diante dos tremores que desmoronaram a União Soviética e espatifaram as ditaduras burocráticas no Leste Europeu. Documentos e resoluções, amparados na teoria da burocratização e nas formulações sobre o caráter restauracionista da política estalinista, elaborados por Trotsky, comprovam a importância da aplicação do programa da revolução política. Passaram-se quase trinta anos, a crise do capitalismo ganhou novas proporções e a questão da restauração continua exigindo resposta do proletariado mundial. São as mudanças de circunstâncias, portanto, que levaram o POR a aprovar a presente resolução.

Resolução do XIII Congresso

1. A desintegração da União Soviética estabeleceu uma nova etapa no processo de restauração capitalista. As frações da burocracia estalinista em choque no seio do Estado Operário degenerado se colocaram francamente pelo retorno às relações capitalistas de produção. (...)

2. (...) O governo de Boris Ietsin concluiu o processo de desmembramento da União Soviética. A nova ordem política constituída pela Federação Russa e pela Comunidade dos Estados Independentes (CEI) representou um passo decisivo no avanço da destruição das conquistas revolucionárias de Outubro de 1917.(...) Esse processo evidenciou as enormes dificuldades em se concluir a transição iniciada nos anos 1980. Recrudescceu a luta interburocrática, sem que houvesse uma força burguesa interna capaz de concluir a restauração.

3. A burocracia teve de recompor a centralização autoritária.

Esta tarefa coube a Vladimir Putin. Manteve os laços com os Estados Unidos estabelecidos por Gorbachev e ampliado por Ietsin. No entanto, foi obrigado a redirecionar o movimento restauracionista, recuperando o poder do Estado sobre as corporações industriais estratégicas. Não restabeleceu, porém, o monopólio estatal. O Estado tão somente passou a ser acionista majoritário ou controlador. A necessidade da intervenção nas poderosas estatais entregues à oligarquia parasitária e ao capital imperialista se deveu não apenas ao fato de a crise econômica golpeá-las, mas também devido ao imperativo político de recompor o poder centralizador da burocracia. Esse passo atrás evidenciou a ausência de uma poderosa fração da burguesia russa capaz de tomar em suas mãos o Estado e expurgar o que restou da velha burocracia da ordem estalinista. A raquítica burguesia russa não detinha um montante de capital acumulado para pôr em marcha os ousados planos restauracionistas. De forma que, portanto, cabia ao capital imperialista tomar em suas mãos a economia estatizada. (...) Está aí por que o processo de restauração capitalista ainda não se completou.

4. (...) O Leste Europeu se distingue, no entanto, da Rússia por ser constituído de países com débeis economias e que em sua história sempre estiveram subordinados às potências. Uma vez desvinculados da centralização russa, caminharam rapidamente para se tornarem apêndice do imperialismo. Está aí por que as etapas e ritmos do processo restauracionista na Rússia é distinto em relação ao Leste Europeu. (...)

5. A conclusão da restauração na Rússia implica a quebra da soberania conquistada pela revolução proletária e reduzi-la a condição de país capitalista atrasado e semicolonial. (...)

6. A crise da burocracia estalinista dos anos 1990 obrigou as correntes que se reivindicam da IV Internacional a se posicionarem. Evidenciou a política nefasta dos revisionistas do trotskismo. Comportaram-se como democratizantes diante do levante das massas e da derrocada dos partidos comunistas. Uma das variantes do pablismo considerou progressistas as reformas políticas gorbachevianas, embora criticassem a orientação privatizante. Outra, concluiu que houve uma revolução política, desconhecendo o domínio das forças pró-capitalistas. Posições antimarxistas que caíram no esquecimento.

O POR boliviano e o Comitê de Enlace, ao contrário, formularam o programa da revolução política em contraposição ao movimento restauracionista. (...) Na divisão e na disputa interburocrática, não se tratava de apoiar nenhuma das frações, mas de desenvolver a política independente da classe operária sob a estratégia da revolução política. As tendências democratizantes pró-capitalistas se levantaram como o inimigo mais perigoso à luta revolucionária das massas e das nacionalidades oprimidas. Tratava-se de tendências internas restauracionistas apoiadas no imperialismo.

Essa caracterização e a correspondente política do proletariado somente foram possíveis devido à aplicação do programa da revolução política da IV Internacional. Nos embates dos oprimidos contra a burocracia e os partidos comunistas em desintegração, emergiu a crise de direção revolucionária. Sem o partido do proletariado que encarnasse a estratégia da revolução política, triunfariam, inevitavelmente, as forças voltadas a destruir as conquistas da Revolução de Outubro. Confrontavam-se os objetivos da burguesia mundial, empenhada em recompor a propriedade privada dos meios de produção, com a revolução política embrionária, que poderia varrer a burocracia, reconstituir a democracia operária e derrotar os partidários da contrarrevolução. O acerto dessa posição coloca o Comitê de Enlace como instrumento programático da reconstrução da IV Internacional. (...)

7. (...) O imperialismo age no sentido de empurrar o máximo possível a Rússia para suas fronteiras nacionais e, assim, reduzir o seu poderio militar. O cerco econômico decretado pelos Estados Unidos em função dos acontecimentos na Ucrânia é uma demonstração de que não há saída para a Rússia a não ser se incorporar na

estratégia geral do imperialismo para a crise mundial. Está aberto um terreno de choques imprevisíveis. (...)

8. A impossibilidade de as massas transformarem sua revolta em revolução política e o triunfo das forças restauracionistas determinaram o curso dos acontecimentos desde os anos 1980. O fator principal da situação é a crise de direção revolucionária. Os próximos confrontos da classe operária na Rússia indicarão as tarefas revolucionárias e por onde passará o combate à burocracia governamental e à oligarquia russa. Está claro que a classe operária enfrentará as forças burguesas que controlam setores da produção e a concentrada oligarquia empresarial que se apossou de parte das estatais.

A maioria oprimida arca com a destruição de conquistas da revolução proletária, com o retrocesso das forças produtivas e com a incapacidade da burocracia em se contrapor à ofensiva do imperialismo. É nesse sentido preciso que o programa da revolução política ainda mantém sua vigência. Quanto mais os explorados aceitarem a política do governo pró-capitalista, mais a Rússia se aproximará da restauração definitiva e mais próxima ficará de sua transformação em semicolônia.

A interrupção da transição do capitalismo para o socialismo expressa a época de desintegração do capitalismo mundial. O horizonte é o do avanço geral da barbárie. Somente a luta de classes do proletariado russo e mundial e a rebelião das nações oprimidas poderão resistir ao gigantesco retrocesso e dar um salto à frente na construção dos partidos revolucionários e reconstrução da IV Internacional.

Ainda lutamos na contracorrente, mas melhoram as condições para a vanguarda se colocar à altura do Programa de Transição da IV Internacional. Nota-se que os revisionistas do trotskismo e os estalinistas já não têm por que defenderem os fundamentos e as conquistas da Revolução Russa. No entanto, essa é a tarefa fundamental da situação. A construção do partido marxista-leninista-trotskista em nosso país e o fortalecimento do Comitê de Enlace, como embrião do Partido Mundial da Revolução Socialista, exigem a retomada do internacionalismo proletário.

XIV. Congresso – 27 e 28 de janeiro de 2018

“6. A desintegração da URSS foi questão de tempo. A reconstrução da Europa e a expansão da influência econômica e militar dos Estados Unidos em todo o globo tiveram em contrapartida o bloqueio das forças produtivas na URSS, no Leste Europeu e na China. Cresceram as pressões restauradoras do capitalismo, interna e externamente. (...) A transição do capitalismo ao socialismo sob a forma de Estados nacionais se mostrou inviável. O desmoronamento da URSS indicou o quanto avançado já se encontrava a restauração capitalista. A transição foi interrompida sob a direção da própria burocracia constituída pelo estalinismo.

7. O movimento gradativo restauracionista de meados de 1970 a início de 1990 abarcou um período de retomada da crise mundial do pós-guerra. Acumularam-se as contradições entre os regimes burocráticos estalinistas, ou variantes do socialismo nacional, e o processo de transição do capitalismo ao socialismo. (...) A crise de fins de 1980 e início de 1990, ao atingir o ápice, levou à derrocada geral do Leste Europeu. Em meio à hecatombe, desmoronou a URSS, sob a responsabilidade da burocracia estalinista dividida e subordinada aos interesses de setores burgueses e do imperialismo. O proletariado mundial se encontrava completamente fragmentado e suas organizações em franco retrocesso. (...) A derrocada da URSS, finalmente, levou à total dispersão e ao grande motivo que a burguesia mundial esperava para agir sobre os explorados com a infâmia de que o “socialismo real” havia historicamente fracassado. (pág. 229)

XV. Congresso – 25 e 26 de janeiro de 2020

18. A restauração capitalista na Rússia e China avança, com oscilações (maior estatização momentânea), sob o controle da burocracia. É preciso distinguir as semelhanças e diferenças do estágio da restauração capitalista que se processam aceleradamente nesses países, onde ocorreu a revolução proletária. Na Rússia, a restauração, iniciada por Stalin já na década de 1920, ganhou aceleração a partir dos anos de 1980, com a dissolução da URSS em 1991 e a perda do poder do Partido Comunista. (...) Ietsin encabeçou o projeto da aceleração das privatizações e desnacionalização. (...) A restauração se acelerou sobre a base da divisão burocrática e aquisição de parte dos meios de produção instalados. A ascensão de Putin revelou que a burocracia filoestalinista, ainda que fragmentada, preservava o controle sobre os principais ramos da produção estatizados pela classe operária na revolução. A ditadura burocrática se mantém e ainda se coloca para a classe operária a revolução política.

XVI. Congresso – 12 e 13 de fevereiro de 2022

13. O desmoronamento da União Soviética, em 1991, representou uma vitória final do imperialismo sobre as mais avançadas conquistas históricas do proletariado russo e mundial. Seus reflexos restauracionistas na China seriam inevitáveis. Eis por que os Estados Unidos anunciaram o fim da “guerra fria”, lançada sob a “Doutrina Truman”, em 1947. O Plano Marshall, de 1948, se encarregaria de reerguer a Europa imperialista, e entregar a condução da política mundial aos Estados Unidos, o grande vencedor da Segunda Guerra. O experimento nuclear das Forças Armadas norte-americanas contra o Japão estabeleceu um novo marco da corrida armamentista, sob a “Doutrina Truman” e o “Plano Marshall”. O estilhaçamento e desaparecimento da União Soviética serviram à política de “paz” do imperialismo, que correspondia à contenção dos movimentos revolucionários e ao desarmamento dos adversários, agora se fala em uma nova “Guerra Fria”, não mais entre as potências capitalistas e a União Soviética, mas entre os Estados Unidos e a China, que se encontra em avançado estágio de restauração.

Conclusão sobre a exposição do posicionamento do POR, seção brasileira do CERQUI

A exposição de aspectos sobre a questão da restauração capitalista e a derrocada da URSS, percorrendo dezesseis Congressos, surgiu da necessidade das discussões internas sobre até que ponto as relações capitalistas de produção haviam sido reconstituídas em contraposição às transformações provenientes da Revolução Russa de Outubro de 1917. Essa documentação foi apresentada em julho de 2022. Passaram-se dois anos e meio. Decidimos publicá-la como parte da campanha do POR iniciada em dezembro de 2023 quando a liquidação da URSS completou 32 anos. Durante um ano, expusemos no Jornal Massas as análises e posicionamentos de Trotsky, que vão de 1929 a 1940, cuja documentação se encontra nos seus Escritos.

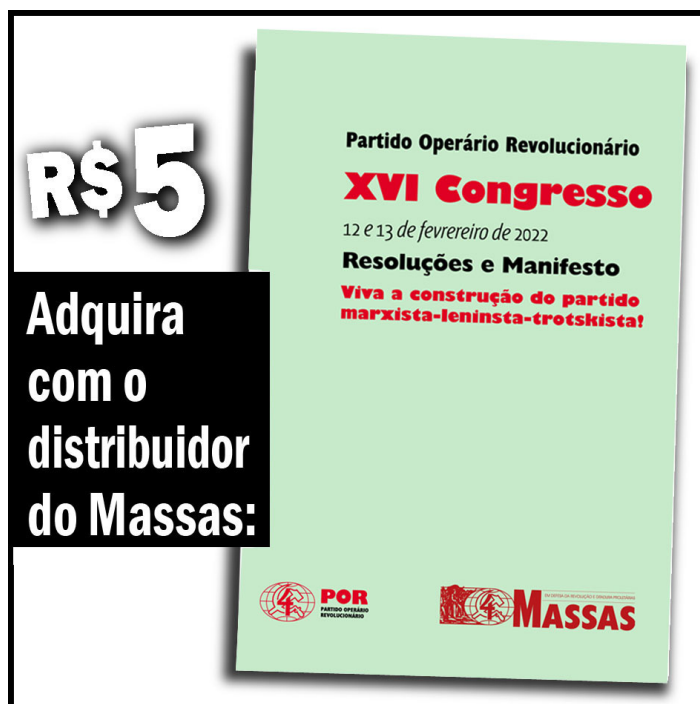
A publicação sequencial correspondeu a 25 números do Jornal Massas, iniciada no nº 705 e finalizada no 729. Começamos uma nova exposição em referência aos 33 anos do desmoronamento da URSS, no Jornal 730. Introduzimos um novo ciclo de exposição com as formulações de Lênin sobre a constituição da União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1922. O Massas 731 foi dedicado à publicação das formulações de Guillermo Lora, que abrange o período de 1990 a 1998. No presente número, 732, expomos o percurso realizado pelo POR quanto ao processo de restauração capitalista.

O fato da seção brasileira do Comitê de Enlace ter respondido à questão do processo de restauração em todos os seus Congressos evidencia o esforço de aplicação da linha elaborada nos marcos do CERQUI. O leitor verá que conservamos a defesa da revolução política, tal qual formulada por Trotsky, mas se apoiando nos acontecimentos que demonstraram que a contrarrevolução terdioriana estalinista avançava no sentido da previsão histórica feita por Trotsky em seus prognósticos. Se o proletariado soviético não realizasse a revolução política, era questão de tempo e ritmo para que o processo de restauração despontado já em 1924 concluísse com a destruição da URSS. É importante observar que o POR, no Brasil, iniciou suas considerações programáticas no seu primeiro Congresso em 1989, portanto, cerca de dois anos e meio antes da Perestroika levar ao desmoronamento da URSS.

No XVI Congresso, fevereiro de 2022, eclodiu a discussão sobre até onde havia chegado a restauração capitalista e o significado histórico da destruição da URSS. A invasão da Rússia à Ucrânia ocorreu menos de duas semanas após o Congresso. Mas o conflito na fronteira dos dois países se agravou desde outubro de 2021. O CERQUI tomou para si a discussão surgida na seção brasileira e realizou o seu V Congresso, em setembro de 2022, no qual se aprovou uma Resolução por maioria em que se reconhece o triunfo da restauração, cuja expressão maior se encontra na liquidação da URSS e, portanto, supressão do Estado operário degenerado, substituído pelo Estado burguês. É nesse quadro que se reconheceu uma mudança qualitativa que deixou para trás a revolução política, colocando a previsão de Trotsky sobre a necessidade de uma nova Revolução de Outubro, caso a restauração destruísse os fundamentos do Estado soviético e das bases sociais de sua economia.



No próximo Jornal Massas, por questão de espaço, exporemos o XVII Congresso, realizado em março de 2024, após as decisões por maioria no V Congresso do CERQUI.



R\$5

Partido Operário Revolucionário
XVI Congresso
12 e 13 de fevereiro de 2022
Resoluções e Manifesto
Viva a construção do partido marxista-leninista-trotskista!

Adquira com o distribuidor do Massas:

 **POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO 

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

